



CAPÍTULO I

*Hernâni Veloso Neto**

TERRITÓRIO, AMBIENTE E ARQUÉTIPOS DE DESENVOLVIMENTO NO NORTE DE PORTUGAL

1. Notas de introdução

O território é o centro da interactividade humana, a ele são consignados os principais acontecimentos humanos. O solo acaba por ser a sua extensão concreta, aquilo a que Beaujeu-Gardnier (1997) designa por a parte propriamente espacial – se assim se pode dizer – do território, a superfície na qual se inscreve a ocupação humana nas suas diferentes vertentes. Essa extensão vai ser a base de partida e de ancoragem de todo o processo reflexivo a empreender. “A acção situada é uma propriedade emergente das interacções, momento a momento, dos actores e entre estes e os ambientes da interacção” (Suchman, 1987, citado por Mela, 1999, p.209), daí que as recomposições e infra-estruturações territoriais assumam especial pertinência. Não só porque “as variáveis espaço-temporais intervêm forçosamente para definir a acção e determinar o sentido” (Mela, 1999, p.207) do social, mas porque são contextuais e explicativas desses mesmos enlances societários, devendo, por isso, ser consideradas no próprio “momento em que se formula a teoria sociológica ao seu nível mais ‘puro’” (idem.).

Nesse pressuposto, será, obviamente, uma abordagem sociológica mais “espacialista”, por contraste de princípios e pressupostos à abordagem sociológica clássica, em *latos sensus*, e à sociologia rural e urbana, em *strictus sensus*. No entanto, para se compreender e ponderar os processos de desenvolvimento regional e nacional torna-se necessário tomar em consideração “as principais características daquilo que de algum modo se poderia designar como a sua matéria-prima” (Angulo e Dominguez, 1991, p.121) e base de registo ou de contexto, o solo (com maior rigor e especificidade, as suas potencialidades e debilidades, modelos de ocupação, de ordenamento e organização e redes e disposições de estrutura). Por isso, o presente texto, centrando-se em cinco blocos analíticos (Tipologia Espacial e Administrativa do Território; Ocupação do Solo e Ordenamento do Território; Mobilidade, Redes de Proximidade e Acessibilidades; Investimento Público e Desenvolvimento Socioeconómico do Território; Infra-Estruturação Ambiental e Sustentabilidade do Território), contemplará uma representação dos processos de urbanização a partir da evolução das redes de estrutura e dos reposicionamentos humanos no espaço e tempo.

* Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.



2. Tipologia espacial e administrativa do território

O espaçamento territorial alvo de dimensionamento analítico neste texto, como é óbvio, é a Região Norte e suas unidades constituintes, sem, no entanto, descurar o sistema de maior dimensão que o integra, Portugal. Como o próprio nome indica, esta região encontra-se a Norte do país e é limitada em dois quadrantes por Espanha (Norte e Oeste), noutro pelo Oceano Atlântico (Este) e a Sul pela Região Centro de Portugal. A área territorial açambarcada ascende a cerca de 21.285,8 Km², o que corresponde a cerca de 23,1% da área total do país e a posiciona como a terceira maior região de Portugal e “no 1º quartil das maiores NUTS II da UE25” (CCDRN/MAOTDR, 2006, p. 55). Este espaçamento desagrega-se internamente de forma desigual, onde a NUT III Alto Trás-os-Montes acaba por abranger mais de 38% da área total. Esta circunstância em muito se fica a dever ao dimensionamento médio das unidades concelhias que a conformam, cerca de 583,7 Km², a qual é claramente superior à média regional (situa-se nos 247,5 Km², menos de metade do volume referenciado) e à própria média nacional (situa-se nos 331,3 Km²). Como pode visualizar-se através do Quadro 1, todas as médias concelhias das demais NUTS III acabam por apresentar uma área média inferior à das unidades referenciadas, com especial alusão para o Grande Porto que transpõe ligeiramente os 90 Km². Esta disposição encontra-se, de certo modo, associada ao número de unidades concelhias arroladas pelas diferentes NUTS III. A exceção poderá ser a sub-região Tâmega, já que é uma das unidades que mais concelhos comporta (15 para se ser mais preciso), só superada pela NUT III Douro que circunscreve 19 concelhos.

Quadro 1
Superfície territorial em 2005 a)

Unidade Territorial	Área Total (Km ²)	Área Média Por Concelho	Percentagem de Área Açambarcada	
			Face a Portugal	Face à Região Norte
Portugal	92.089,7	331,3	100,0	b)
Região Norte	21.285,8	247,5	23, 1	100,0
Alto Trás-os-Montes	8.171,4	583,7	8, 9	38, 4
Ave	1.246,2	155,8	1, 4	5, 9
Cávado	1.245,6	207,6	1, 4	5, 9
Douro	4.108,1	216,2	4, 5	19, 3
Entre Douro e Vouga	862,2	172,4	0, 9	4, 1
Grande Porto	814,5	90,5	0, 9	3, 8
Minho-Lima	2.218,2	221,8	2, 4	10, 4
Tâmega	2.619,7	174,6	2, 8	12, 3

Notas:

a) Como a área territorial é um indicador relativamente estante, optou-se por veicular unicamente o momento temporal de partida para a análise retrospectiva.

b) Não aplicável.

Fonte: INE, *Anuários Estatísticos Regionais 2005*.



A estrutura administrativa acaba por ser uma variável muito importante na dinâmica de ocupação e organização territorial e sua inter-relação com as próprias disponibilidades espaciais, não só pelas considerações tecidas anteriormente, mas por aquilo que uma leitura longitudinal das suas conformações suscita ao nível do afilamento dos processos de transformação e desenvolvimento formalizados. Descartando o ordenamento administrativo suscitado pela lógica distrital (apesar de essa ser a base classificativa de primeira instância contemplada na Carta Administrativa Oficial de Portugal¹), isto porque, o confluir dessas delimitações administrativas não favorece uma equiparação à Nomenclatura das Unidades Territoriais Para Fins Estatísticos (NUTS)² conformada pela Região Norte³ e suas sub-regiões⁴, o Quadro 2 (página seguinte) patenteia a estrutura de limites administrativos oficiais e as aglomerações populacionais contínuas legisladas em Portugal, com a respectiva confluência para as NUTS associáveis ao Norte de Portugal. Esta representação favorece uma primeira leitura sobre os processos de desenvolvimento, infra-estruturação e densimetria humana regional, na medida em que as delimitações espaciais e as categorizações populacionais se afiguram como uma “dimensão constitutiva do comportamento e dos sistemas sociais” (Mela, 1999, p. 33), bem como do enlace rural-urbano e das redes de urbanidade que se conformam e instituem. A própria estrutura administrativa da região foi alvo de alguns reajustamentos, não necessariamente processos de profunda reestruturação, mas que implicaram uma reconfiguração das dinâmicas territoriais e das lógicas inter-actantes, grande parte fruto do aparecimento de actores antigos com novos estatutos e configurações. Antes de se avançar para essas mudanças, importa ressaltar que as mesmas não incidiram directamente sobre todas as sub-regiões, uma vez que NUTS como o Douro e o Entre Douro e Vouga não contemporizaram qualquer alteração na sua estrutura administrativa nos últimos 25 anos. Nas remanescentes, registou-se algumas transfigurações, com especial relevo para a NUT III Ave. A autonomização administrativa de dois novos concelhos em 1998, Trofa e Vizela, foi o indutor de mudança. Se no caso da Trofa, a autonomia administrativa granjeada não suscitou impacto no número total de freguesias da NUT Ave, já que as freguesias que totalizam essa unidade concelhia (oito no total) eram parte integrante de outro concelho da sub-região, Santo Tirso, já no caso do concelho de Vizela, a situação altera-se, isto porque das sete freguesias que o compõem, duas advieram de unidades concelhias que

¹ Disponível para consulta em <http://www.igeo.pt/produtos/caop.htm>.

² Estipuladas inicialmente pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/86, de 5 de Maio, foram redefinidas pelo Decreto-Lei n.º 46/89, de 15 de Fevereiro (revoga, entre outros, a Resolução do Conselho de Ministros), e pelo Decreto-Lei n.º 244/2002, de 5 de Novembro (altera o Decreto-Lei n.º 46/89, de 15 de Fevereiro), de modo a atender às mudanças legislativas e administrativas que ocorreram no país e permitir a harmonização estatística da informação recolhida no seio da União Europeia.

³ Distritos como o Aveiro, Guarda ou Viseu contemplam concelhos que integram a Região Norte (no caso do Distrito da Guarda é só Vila Nova de Foz Côa) e outros que integram a Região Centro, impossibilitando uma articulação entre unidades territoriais, tal como favorece a base concelhia ou de freguesia.

⁴ Com excepção da NUT III Minho-Lima que tem equiparação territorial com o Distrito de Viana do Castelo.



integram a NUT III Tâmega (uma do concelho de Felgueiras e a outra de Lousada). As remanescentes cinco provieram do concelho de Guimarães, onde estava situada a sede de concelho actual. O ano de 1998 marca, indubitavelmente, a estrutura administrativa nortenha e os próprios modelos e lógicas organizacionais que se afiguraram a partir do final da década de 90.

Quadro 2
Estrutura administrativa e aglomerações populacionais contínuas em 1981, 1991, 2001 e 2005 a)

Unidade Territorial	Concelhos				Freguesias			
	1981	1991	2001	2005	1981	1991	2001	2005
Portugal	305	305	308	308	4.105	4.208	4.257	4.260
Região Norte	84	84	86	86	2.017	2.023	2.026	2.028
Alto Trás-os-Montes	14	14	14	14	393	394	397	398
Ave	6	6	8	8	240	240	242	243
Cávado	6	6	6	6	264	265	265	265
Douro	19	19	19	19	301	301	301	301
Entre Douro e Vouga	5	5	5	5	80	80	80	80
Grande Porto	9	9	9	9	128	130	130	130
Minho-Lima	10	10	10	10	288	290	290	290
Tâmega	15	15	15	15	323	323	321	321
	Cidades a)				Vilas			
Portugal	b)	106	134	150	b)	397	532	561
Região Norte	b)	36	46	51	b)	b)	177	193
Alto Trás-os-Montes	b)	4	6	6	b)	b)	17	17
Ave	b)	5	6	6	b)	b)	20	20
Cávado	b)	3	3	3	b)	b)	9	11
Douro	b)	3	4	5	b)	b)	39	40
Entre Douro e Vouga	b)	4	6	6	b)	b)	24	24
Grande Porto	b)	10	12	13	b)	b)	28	33
Minho-Lima	b)	1	1	1	b)	b)	13	14
Tâmega	b)	6	8	11	b)	b)	27	34

Notas:

a) Os dados contemplados na coluna de 1991 reportam-se ao ano de 1993.

b) Dado não disponível.

Fonte: INE, *Anuário Estatísticos Regionais 2005*.

Para George (1969), todas as povoações projectam-se sobre uma parcela do espaço terrestre que, sob configurações específicas, serve de base às suas actividades. Todavia, essa parcela nem sempre possui limites geográficos tão estritos como se evidenciou aquando da apresentação da estrutura administrativa, o que pressupõe um entendimento para além do pressuposto de entidade administrativa propriamente dita. Isto é, implica a transposição de um conceito puro de “espaço de localização” para uma concepção de “espaço de continuidade”. Nesta óptica cada parcela deve ser atendível como um átomo que, apesar de minimamente delimitado, “conserva e propaga determinada forma de civilização, caracterizada por um



conjunto de traços possíveis de difusão mais ou menos global” (Beaujeu-Garnier, 1997, p. 6.), que “contém de facto uma estratificação de espaços, qualificados conforme a natureza de suas relações com as actividades e as formas de existência dos grupos considerados” (George, 1969, p. 29), e fortes desígnios de contiguidade. Os exemplos mais pragmáticos deste arquétipo são os conceitos de vila e cidade, com especial relevo para este último. Apesar destes aglomerados contínuos se encontrarem legislados, carecerem de reconhecimento formal para “nascer” e de emergirem subjacentes a uma (ou mais) entidade administrativa específica, eles simbolizam um espriar da sociedade e do próprio conceito ao longo do território, onde, na maioria dos casos, o tempo, as vontades socioeconómicas e o progresso técnico-científico encarrega-se que a projecção transponha a designação.

Desde a sua origem que o modelo social de classificação (visto como um todo, englobando os próprios preceitos administrativos, legislativos e culturais)⁵ das povoações se arrola como uma das principais formas do ser humano estratificar o território em função dos níveis de urbanidade manifestados por cada parcela ou conjunto de parcelas que o constitui. É um papel que a sociedade e, em particular, o Estado, enquanto instância formalizada e sufragada pela mesma, tratou de assegurar e, em simultâneo, a forma que encontrou para marcar, registar e conferir os seus próprios ritmos de crescimento e desenvolvimento socioeconómico. O processo de elevação das povoações reveste-se, nesse sentido, como um processo de validação da capacidade instalada de sustentabilidade e desenvolvimento social e um indício muito importante do trajecto evolutivo das próprias unidades que se autopropuseram e dos domínios regionais que integram. É de salientar que a Região Norte tem conservado nas últimas décadas mais de 1/3 do número total de vilas e cidades do país. A estabilidade desta proporção denota que a região tem acompanhado a tendência evolutiva do país neste campo, ou seja, “um ‘policentrismo de expansão’, em que o povoamento é disperso e de fraca densidade urbana, mas organizado em torno de uma multiplicidade de centralidades” (Marques, 2005, p. 6).

O Quadro 2 apresentado anteriormente deixa transparecer precisamente as diferentes centralidades e confluências policêntricas. É bastante pertinente demarcar esses dois estádios, uma vez que em sub-regiões como o Grande Porto e o Entre Douro e Vouga faz sentido falar-se em “policentrismo”, na medida em que pode identificar-se todo um conjunto de interações em torno do conceito de cidade, e nas remanescentes fará mais sentido efectuar uma focalização nas centralidades, na medida em que todo o conjunto de interações é predominantemente alicerçado em torno do conceito de Vila. Obviamente que serão necessárias efectuar algumas ressalvas e ter em consideração as particularidades dessas mesmas sub-regiões, já que comportam discrepâncias importantes. Um dos exemplos mais prementes a esse nível é a NUT III Tâmega, onde, apesar da prevalência dessa diáfora em torno da variável Vila, se encontra

⁵ Em Portugal, esse modelo foi formalizado através da Lei n.º 11/82, de 2 de Junho.



bem patente eixos estruturantes de “poli-centrismo”. Os concelhos de Paços de Ferreira, Felgueiras e Paredes são os seus exemplos mais pertinentes, recaindo, todavia, a atenção maioritariamente para a última unidade mencionada, não só por ser o concelho português que comporta o maior número de cidades (quatro para se ser mais preciso), mas também porque considera ainda cinco vilas, tudo isto face a um número total de 24 freguesias, e deixa transparecer uma dinâmica urbana evolutiva e uma infra-estruturação em perfeita consolidação. A NUT III Tâmega é um caso com contornos peculiares de urbanização [enquanto “efeito do crescimento das cidades e da difusão do urbano pelo território” (Angulo e Domínguez, 1991, p. 23)], um pouco na base daquilo que se sucede em sub-regiões como o Ave e o Cávado, ou seja, prevalência e primado de um eixo policêntrico nada difuso, mas difusor e granjeador de toda uma territorialidade e um mediatismo colector. Os concelhos de Paredes, Paços de Ferreira e Felgueiras, mais do que eixos estruturantes da comunidade urbana do Vale do Sousa, são no da própria sub-região Tâmega, tal como se sucede com unidades como Guimarães e Vila Nova de Famalicão ao nível da sub-região Ave e unidades como Barcelos e Braga ao nível da sub-região Cávado. Estas últimas quatro unidades enunciadas, apesar de integrarem sub-regiões distintas, constituem um aglomerado populacional estruturante da Grande Área Metropolitana do Minho, em clara contraposição ao eixo conformado por unidades como a Maia, Matosinhos, Porto, Santa Maria da Feira e Vila Nova de Gaia na Grande Área Metropolitana do Porto. A conjugação dessas áreas, tendo ainda em consideração a congéneres concelhias nas diferentes sub-regiões (totalidade no Ave, excepção do concelho de Esposende na sub-região Cávado, totalidade do Grande Porto e excepção dos concelhos de Oliveira de Azeméis e Vale Cambra na sub-região Entre Douro e Vouga), circunscreve a área metropolitana nortenha, contemporizando 27 municípios, aproximadamente 18% da superfície territorial, cerca 33% do número total de freguesias e cerca de 41% do número total de cidades da região.

São dados que não deixam de ser expressivos do que se tentou explicar até ao presente momento e que podem condizer com uma nova “*Polis*” que está a ficar mais enriquecida (Marques, 2005, p. 9) e com uma fragmentação da sociedade e dos territórios, que não deixa de acarretar um mar de “novas” oportunidades, aspirações e desafios individual e / ou colectivamente consideradas (idem.), mas também por um manto regional que é caracterizado e pautado por uma urbanidade “polinucleada”, que por isso mesmo não obedece a lógicas cosmopolitas convencionais. Exemplo vincado desse pressuposto é o facto de cerca de 11% da superfície metropolitana legalmente consagrada à Região Norte se encontrar consignada como área predominantemente rural e aproximadamente 40% como área mediantemente urbana, o que não deixa de ser uma visão contígua do território bastante interessante, mantendo viva a ideia de continuidade, de economias de proximidade e não de marginalização e de diferentes tipos de centralidades e de interactividades. No início do parágrafo anterior retratou-se um tipo de centralidade e de dialéctica firmada em torno do conceito de Vila e do arquétipo de



desenvolvimento social que lhe está subjacente. Retoma-se essa questão porque as vilas representam uma base de registo importante dos processos de transfiguração e recomposição social nortenhas, não só porque se estas forem atendíveis como um estádio intermédio do processo de urbanização ou como uma primeira esteira de infra-estruturação, mesmo que isso nem sempre se configure de tal forma, arrola-se um outro tipo de pertinência e relevância analítica, mas também por elas indicarem trajectórias evolutivas configuradas territorialmente. É certo que o peso estratégico relativo de uma vila em sub-regiões como o Alto Trás-os-Montes, o Douro ou Minho-Lima não é o mesmo que em sub-regiões como o Grande Porto ou o Entre Douro e Vouga, isto porque em áreas mais ruralizadas elas tendem reflectir o único pólo de centralidade e de apoio social de uma vasta extensão territorial, enquanto em zonas claramente urbanizadas conotam-se mais como áreas de intermediação que podem assegurar, por um lado, a transição entre o rural e o urbano, ou, por outro, a possibilidade de extensão do urbano pelo território ou a sua limitação (elemento de interligação, mas simultaneamente de ruptura face ao conceito de cidade e de preservação dos principais valores do rural). Estes posicionamentos tem por base uma leitura mais fina (nível concelhio), o que pressupõe que uma determinada sub-região possa contemporizar diferentes disposições e inter-relações territoriais. No primeiro cenário concebido os exemplos são de mais fácil identificação, bastando para o efeito atender por exemplo a sub-regiões como o Douro (a título de exemplo: Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Vila Flor) ou o Minho-Lima, com especial relevo para esta última (a título de exemplo: Melgaço, Monção, Ponte da Barca, Paredes de Coura), nos demais torna-se um pouco mais difícil, mas atendendo com maior cuidado às lógicas concelhias pode reportar-se unidades como Vila Nova de Gaia (uma cidade e catorze vilas, face a um total de 24 freguesias), Santa Maria da Feira (três cidades e treze vilas, face a um total de 31 freguesias), Oliveira de Azeméis (uma cidade e oito vilas, face a um total de 19 freguesias), Matosinhos (uma cidade e seis vilas, face a um total de 10 freguesias) ou Paredes (quatro cidades e cinco vilas, face a um total de 24 freguesias), enquanto extensões territoriais de forte continuidade, e unidades como Guimarães (uma cidade e nove vilas, face a um total de 68 freguesias), Viana do Castelo (uma cidade e quatro vilas, face a um total de 40 freguesias), Santo Tirso (uma cidade e quatro vilas, face a um total de 24 freguesias) ou Vila Nova de Famalicão (uma cidade e três vilas, face a um total de 49 freguesias), enquanto extensões com elos de transição vincados e pontos de equilíbrio das próprias lógicas intra-territoriais.

Os últimos quinze anos ficam indubitavelmente marcados por uma polarização espacial que acabou por caucionar um impacto circunstancial na estrutura administrativa e na aglomeração habitacional e ocupacional. Além das recomposições suscitadas pela criação de concelhos e elevação de cidades, o rol de reconfigurações emanados do reconhecimento normativo de novas (pelo estatuto) centralidades, personificadas na figura de Vila, também lograram um impacto significativo nas dinâmicas sociais nortenhas e nas próprias disposições



analíticas face aos actores e aos palcos de actuação e inter-relação. Esses novos centralismos que foram sendo reconhecidos com maior protuberância ao longo do período supracitado⁶ remetem para o pressuposto teórico dos pólos de atracção territorial e da georeferenciação socioeconómica que demarcam e consubstanciam uma tipologia espacial plurinuclear. Esse fenómeno em muito tem que ver com a significativa diminuição da população isolada e do número de habitantes a residir em lugares com menos de 2.000 habitantes, especialmente ao nível da Região Norte, mas que não deixa de ser um fenómeno dotado de globalidade. Se atender-se à linha temporal favorecida pelos três últimos momentos censitários (Quadro 3, página seguinte) é possível verificar que em 1981 cerca de 64% dos residentes da Região Norte se encontravam consignados a lugares com menos de 2.000 habitantes, quando o padrão nacional apontava para uma proporção na casa dos 52%. Isto implicava que as demais categorias arroladas para o indicador guarnecessem proporções inferiores à média nacional, com a devida excepção para a população isolada onde o peso na região era também superior ao registado nacionalmente (6,2% face a 4,5%). No interior da região encontra-se a justificação para esse cenário. No vincado dos contrastes podia colocar-se num quadrante o Grande Porto, por si só, a única sub-região em que a maioria da população não residia em lugares com menos de 2.000 habitantes (categoria mais expressiva era a relativa ao lugares com 20.000 ou mais habitantes, 43,6%) e onde a expressão estatística dessa categoria era inferior à média nacional e à regional (34,1%), ou em conjunto com o Cávado e o Ave como sendo as únicas sub-regiões que contemplavam população em lugares com 20.000 ou mais habitantes (relativamente consonante com a área metropolitana do Norte anteriormente aludida), noutra podia colocar-se sub-regiões como o Tâmega, o Ave e o Cávado, em que a proporção de população isolada transpunha os 10% (16,6%, 12,9% e 11%, respectivamente), mas onde seria prudente divisar traços específicos destas unidades, na medida em que o Cávado e o Ave guarneciam centros urbanos vincados, tal como já se tinha reportado, e áreas de intermediação, enquanto no Tâmega 97,9% da população residia isolada ou em lugares até 1.999 habitantes.

Isto permite introduzir mais dois quadrantes analíticos, ou seja, por um lado conjugar as unidades em que mais de 90% da população se encontrava isolada ou em lugares com menos de 2.000 habitantes (Tâmega, Minho-Lima, 92%, e Ave, 90,1%) e, por outro, conjugar aquelas unidades em que mais de 80% da população residia em lugares com menos de 2.000 habitantes

⁶ Importa efectuar uma breve cisão territorial e temporal, na medida em que se encontram perfeitamente divisados os protagonismos: enquanto na década de 90 o fenómeno ficou relativamente focalizado em sub-regiões como o Douro (unidade territorial que mais elevações contemporizou, com especial relevo para concelhos como Lamego e Tarouca, sendo que cerca de metade das Vilas conotadas actualmente à sub-região foram estabelecidas na segunda metade dessa década), o Ave (com especial atenção para o concelho de Guimarães, sendo também que cerca de metade das Vilas conotadas na actualidade à sub-região foram estabelecidas na segunda metade da década de 90) e o Entre Douro e Vouga (especial relevo para unidades concelhias como Santa Maria da Feira e Oliveira de Azeméis), após o ano 2000 ficou praticamente circunscrito às sub-regiões do Grande Porto e do Tâmega, onde concelhos como Vila Nova de Gaia e Paredes careciam de referencia.



Quadro 3
População residente por dimensão do lugar em 1981, 1991 e 2001

Unidade Territorial	1981					
	Em lugares até 1999 habitantes	Em lugares de 2000 a 4999 habitantes	Em lugares de 5000 a 9999 habitantes	Em lugares de 10000 a 19999 habitantes	Em lugares de 20000 habitantes ou mais	População Isolada
Portugal	5.153.029	832.740	484.319	621.505	2.297.044	444.377
Região Norte	2.177.971	184.216	98.403	164.869	572.086	212.554
Alto Trás-os-Montes	226.619	11.460	5.710	25.647	-	3.050
Ave	337.286	7.945	13.436	-	21.947	56.393
Cávado	212.333	6.954	-	10.379	63.033	36.239
Douro	212.262	10.295	14.521	12.860	-	11.624
Entre Douro e Vouga	178.651	29.269	7.588	16.444	-	4.964
Grande Porto	381.708	108.448	51.359	84.349	487.106	4.950
Minho-Lima	223.812	5.101	-	15.190	-	12.711
Tâmega	405.300	4.744	5.789	-	-	82.623
	1991					
Portugal	4.787.374	882.251	613.174	849.504	2.414.960	319.884
Região Norte	2.118.402	197.738	178.622	231.016	625.030	121.907
Alto Trás-os-Montes	176.548	16.893	7.862	27.332	-	6.606
Ave	324.930	15.340	7.147	34.795	47.435	30.026
Cávado	244.660	14.137	5.318	-	86.316	2.836
Douro	186.092	13.429	14.482	13.649	-	11.043
Entre Douro e Vouga	187.580	10.823	30.249	18.452	-	5.266
Grande Porto	351.912	107.230	72.395	136.788	491.279	8.196
Minho-Lima	222.017	9.334	9.007	-	-	9.701
Tâmega	424.663	10.552	32.162	-	-	48.233
	2001 a)					
Portugal	4.395.396	976.292	798.786	996.507	2.908.287	280.010
Região Norte	1.753.229	261.167	251.085	313.772	1.022.732	85.308
Alto Trás-os-Montes	144.607	13.773	8.784	10.775	40.274	5.120
Ave	267.382	50.138	42.547	53.985	83.224	12.692
Cávado	221.923	18.742	9.197	-	137.897	5.304
Douro	162.985	14.676	18.727	16.138	-	9.327
Entre Douro e Vouga	118.631	31.012	78.274	22.729	21.102	5.064
Grande Porto	250.356	78.227	45.214	173.694	711.510	1.679
Minho-Lima	181.817	23.275	7.798	-	28.725	8.660
Tâmega	405.528	31.324	40.544	36.451	-	37.462

Nota: a) Para obter o total da população residente em Portugal será necessário acrescer os corpos diplomáticos, que ascendiam a 839 elementos. A Região Norte não contemporizava nenhum elemento nessa situação.

Fonte: INE, *Recenseamento Geral da População e da Habitação*.

(Minho-Lima, 87,1%, Alto Trás-os-Montes, 83,2%, Tâmega, 81,3% e Douro, 81,2%). Em suma, o recenseamento de 1981 deixava transparecer uma forte dispersão populacional, com manchas significativas de população isolada, e uma considerável descontinuidade territorial. Este cenário não se alterou significativamente no decurso da década de 80, uma vez que o



recenseamento de 1991 ainda deixava ressumbrar alguma dispersão, com 61% da população residente no Norte de Portugal estabelecida em áreas com menos de 2.000 habitantes, proporção ainda bastante superior à média nacional reportada para o período (48,5%). Isto porque em sub-regiões como o Minho-Lima e o Tâmega, além da proporção se manter acima dos 80% (88,8% e 82,4%, respectivamente), ela aumentou ligeiramente no decurso da década de 80. Facto que poder-se-á ter ficado a dever à redução da população isolada. Esta circunstância acaba por ser uma das mudanças mais relevantes que marcaram a década, não só ao nível das sub-regiões mencionadas, mas do próprio país. Contudo, o decréscimo ocorrido ao nível da população isolada na Região Norte foi superior à média nacional, passando a situar-se as duas proporções na casa dos 3% (mais precisamente 3,5 e 3,2). A média regional ainda se situava acima da média do país, mas o diferendo já era bastante diminuto. Este registo regional associa-se, grosso modo, à evolução registada nas sub-regiões que em 1981 apresentavam proporções superiores a 10%, a ver: Tâmega, em 1991 proporção situava-se nos 9,4%, face aos 16,6% de 1981, Ave situava-se nos 6,5%, face aos 12,9% de 1981, e no Cavado nos 0,8%, face aos 11% de 1981]. Outra das mudanças visíveis prende-se com o aumento do peso das áreas com um número de habitantes situado entre os 5.000 e os 19.999, especialmente ao nível de sub-regiões como o Entre Douro e Vouga e o Grande Porto.

Todo este lineamento evolutivo manteve-se no decurso da década de 90, isto porque os dados decorrentes do Recenseamento de 2001 permitiram aferir que se verificou um decréscimo da população isolada e da população a viver em lugares com menos de 2.000 habitantes e um aumento da população a viver em lugares com mais de 1.999 habitantes, com especial relevo para os lugares com 20.000 ou mais habitantes. Para começar centrar-se-á a atenção na população isolada. Uma vez mais, o declive regional foi superior à média nacional, fazendo com que em 2001 a proporção de população isolada fosse pela primeira vez inferior à média do país. Em muito contribuiu as lógicas de ocupação do espaço de unidades territoriais como o Grande Porto, a proporção de população isolada era em 2001 claramente residual (0,1%), centralizando-se cerca 56,4% da população em lugares com 20.000 ou mais habitantes, ou como o Cávado, a proporção de população isolada aumentou ligeiramente entre 1991 e 2001, todavia, apenas representava cerca de 1,3%, valor claramente inferior à média regional (2,3%) e à média nacional (2,7%). Esta sub-região acaba por ter características muito particulares, na medida em que 2001 não evidenciava praticamente zonas de transição, situando-se a maior parte da população em dois tipos de agregações populacionais: lugares com menos de 2.000 habitantes espalhadas pelo território (56,5%) e lugares com 20.000 ou mais habitantes (35,1%), centralizados estes últimos exclusivamente em concelhos como Barcelos⁷ e Braga⁸. Apesar da

⁷ Unidade concelhia que não condescendia qualquer área de transição, em que 16,9% residia em áreas com 20.000 ou mais habitantes e os remanescentes em áreas com menos de 2.000 habitantes (82,1%) ou isoladamente (1%).



proporção de população isolada ter diminuído consideravelmente em sub-regiões como o Tâmega (6,8%), o Douro (4,2%) ou o Minho-Lima (3,5%), esta ainda considerava valores relativamente altos. Eram áreas que se caracterizavam pelo elevado número de manchas populacionais espalhadas pelo território, correspondendo essencialmente a agremiações com menos de 2.000 habitantes (73,6%, 73,5% e 72,6%, respectivamente), e por não considerarem agremiações com 20.000 ou mais habitantes, com a devida exceção para a sub-região Minho-Lima e, mais especificamente, para a cidade de Viana do Castelo.

O predomínio das pequenas agremiações era o traço genérico de caracterização de Portugal, e com maior ênfase do Norte do país. Mesmo que no decurso das últimas duas décadas o peso das áreas com menos de 2.000 habitantes tenha diminuído consideravelmente, tanto a média nacional como a regional já consideravam em 2001 percentagens inferiores aos 50% (no caso da média nacional, essa situação já se verificava em 1991), ainda continuavam a ser as áreas predominantes. A principal exceção seria o Grande Porto, mesmo que no Entre Douro e Vouga o peso deste tipo de áreas se cifrasse nos 42,9%, valor inferior à média regional e ligeiramente superior à média nacional, devido às fortes centralidades em torno de cidades como Matosinhos, Maia, Porto e Vila Nova de Gaia, o que acaba por descaracterizar o padrão regional. A proporção de habitantes do Grande Porto que se enquadravam nesta tipologia era de aproximadamente 20%, inferior à metade proporcional assumida pela sub-região de Entre Douro e Vouga, o que vinca a tal disparidade territorial que se aludiu. Não deixa de ser visível que as centralidades territoriais adquiriram outra relevância e grandeza nestas últimas décadas, impulsionando novos protagonistas geográficos e fluxos migratórios. Lugares de 2.000 a 10.000 habitantes relevaram-se consideravelmente na sub-região de Entre Douro e Vouga, principalmente focalizados em concelhos como Santa Maria da Feira e Oliveira de Azeméis, e lugares com 20.000 ou mais habitantes nas sub-regiões de Alto Trás-os-Montes (focalizados nas cidades de Bragança e Chaves), Ave (focalizados nas cidades de Guimarães e Vila Nova de Famalicão), Cávado (focalizados nas cidades de Barcelos e Braga, especialmente nesta última) e Minho-Lima (focalizado na cidade de Viana do Castelo). Estes protagonismos que foram emergindo favorecem uma identificação dos principais pólos de atractividade populacional (por consequência, também socioeconómica) que se foram conformando na região nas últimas décadas, aos quais se forem adicionados os protagonistas de consolidação (pólos de atractividade do Grande Porto já retratados), torna possível delinear ou traçar com relativo rigor os principais fluxos espaciais de atractividade nortenhos.

⁸ Outra unidade que não condescendia áreas de transição e que depois de concelhos como João da Madeira e Porto, em que a totalidade da população residia em lugares com 20.000 ou mais habitantes, era o concelho que guarnecia a maior proporção de habitantes a residir neste tipo de agremiação populacional, 71,4%.



3. Ocupação do solo e ordenamento do território

Segundo George (1969), toda a colectividade humana projecta-se sobre uma parcela de espaço terrestre, que se estratifica e qualifica conforme a natureza das suas relações com as actividades e as formas de existência dos agregados populacionais. Parte dessa projecção já foi alvo de atenção e caracterização no ponto anterior, agora importa vislumbrar e compreender como é que a especificação e mensuração desses elementos, e do género de interactividade que se estabelece, favorece a tipificação do território.

A classificação e qualificação do solo encontra fundamento, quer ao nível da literatura de natureza técnico-científica, quer na de natureza normativo-legal. A tipologia clássica, fortemente perspectivada em termos espaciais, assenta em dois pressupostos: a classificação, “determina o destino básico dos terrenos, assentando na distinção fundamental entre solo rural e solo urbano” (Artigo 72.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro), e a qualificação, “regula o aproveitamento do solo em função da utilização dominante que nele pode ser instalada ou desenvolvida, fixando os respectivos usos e, quando admissível, edificabilidade” (Artigo 73.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro). Nesse sentido, o solo rural seria a superfície para a qual é “reconhecida vocação para as actividades agrícolas, pecuárias, florestais ou minerais, assim como o que integra os espaços naturais de protecção ou de lazer, ou que seja ocupado por infra-estruturas⁹ que não lhe confirmam o estatuto de solo urbano” [Alínea a) do Ponto 2 do Artigo 72.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro] e o solo urbano seria a superfície para a qual é “reconhecida vocação para o processo de urbanização e de edificação, nele se compreendendo os terrenos urbanizados ou cuja urbanização seja programada, constituindo o seu todo o perímetro urbano¹⁰” [Alínea b) do Ponto 2 do Artigo 72.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro].

A esta perspectiva tipológica contrapõe-se uma outra de fins estatísticos, mas que implica sobreposição, uma vez que a mesma parte da dicotomia urbano / rural. “A vantagem em dispor, tanto para a recolha e difusão da informação estatística como para efeitos de planeamento, de uma classificação do país em urbano / rural determinou o desenvolvimento de um conjunto de acções, por parte do Instituto Nacional de Estatística (INE) e da Direcção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU), com vista à apresentação de uma tipologia” (INE, 1999, p. 5). Esse trabalho começou a ser desenvolvido, exclusivamente pelo INE, no início da década de 90, de onde viria a resultar “em Julho de 1996,

⁹ Ou “outro tipo de ocupação humana que não impliquem a classificação como solo urbano, designadamente permitindo usos múltiplos em actividades compatíveis com espaços agrícolas, florestais ou naturais” [Alínea e) do Ponto 2 do Artigo 73.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro].

¹⁰ “Em primeiro lugar têm que ser definidos os solos urbanizados, os solos cuja urbanização seja possível programar e os solos afectos à estrutura ecológica, e só da soma destes 3 tipos de solo resulta o Perímetro Urbano” (DGOTDU, 2004, p.5).



uma proposta intitulada ‘Tipologia de freguesias urbanas, semi-urbanas e rurais (para fins estatísticos)’. Esta tipologia assentou na unidade territorial freguesia, de modo a captar a grande variedade das formas de ocupação do espaço, na combinação de critérios de dimensão demográfica e de densidade populacional. A receptividade por parte da DGOTDU à tipologia apresentada pelo INE, associada ao interesse em estabelecer uma nova definição, mais ampla, para uso comum, conduziu a que se constituísse, em 1997, um Grupo de Trabalho INE / DGOTDU” (idem., p. 9). Os frutos dessa junção de conhecimentos e de esforços viriam a ser confirmados em 1998 pela 158ª Deliberação do Conselho Superior de Estatística¹¹, veiculando a tipologia de caracterização e classificação da superfície territorial para fins estatísticos¹² a utilizar em Portugal. Esta ficou alicerçada em três pilares classificativos: Áreas Predominantemente Urbanas (APU), Áreas Mediamente Urbanas (AMU) e Áreas Predominantemente Rurais (APR), e será o referencial metodológico a utilizar para a análise e caracterização da superfície territorial nortenha.

Uma das principais vantagens dessa metodologia é que favorece uma visualização mais rigorosa das características territoriais, na medida em que para determinadas situações não era perfeitamente detectável, pelo menos a um nível analítico mais superficial, que traços primavam. Se os pólos rurais (predomínio dos meios e fins agrícolas) e os pólos urbanos (predomínios dos meios e fins de edificabilidade) eram facilmente caracterizáveis e identificáveis, existiam (e existem) áreas em que não se demarcava um traço característico, onde se coadunava a vertente agrícola com uma necessidade, ambição e actuação de infra-estruturação primária consolidada. Com os três domínios de classificação permite uma leitura mais fina dos moldes de ocupação do solo e ordenamento do território. No Quadro A do anexo (figurismo complementar ao cartograma apresentado na página seguinte) é possível verificar que em Portugal Continental registava-se um claro predomínio das APR, já que cerca de 49,9% das freguesias que o constituíam encontravam-se classificadas e qualificadas dessa forma. O padrão regional situado mais a norte não se desviava muito dessa realidade, apesar da percentagem de freguesias catalogadas como áreas rurais ser relativamente inferior (42,5%). Ao

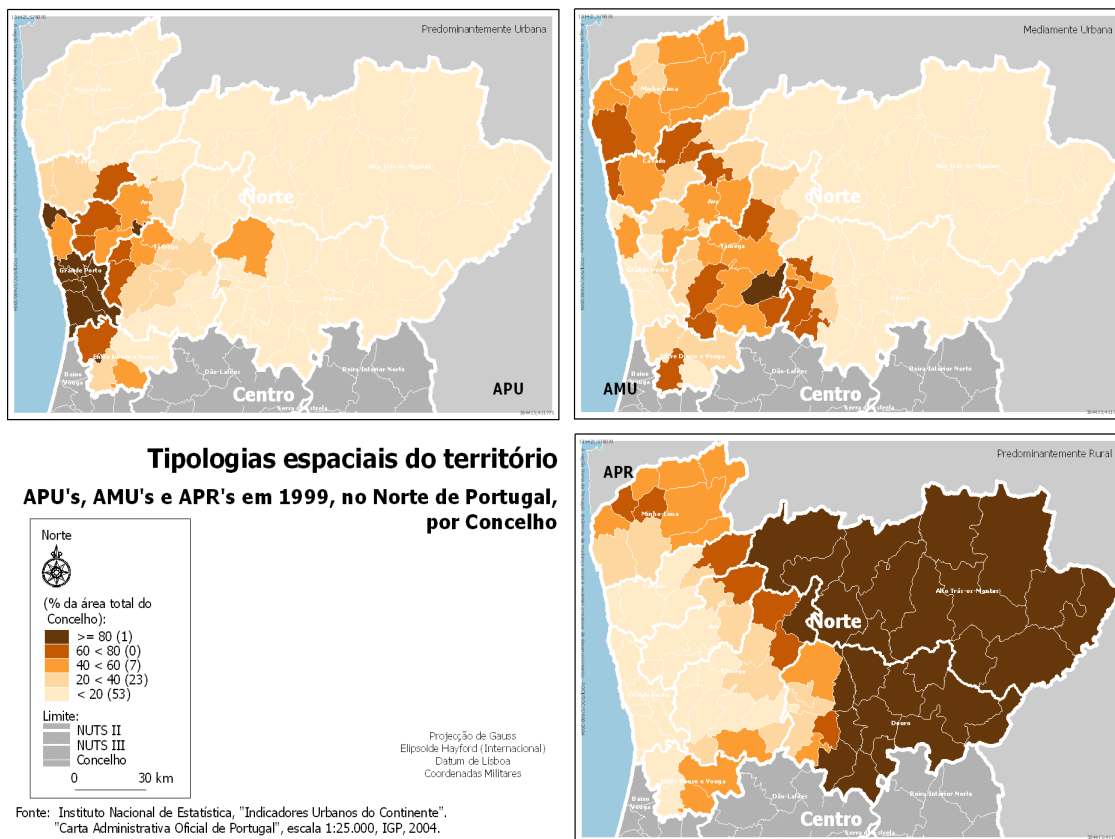
¹¹ Publicada no Diário da República, IIª Série de 11 de Setembro de 1998, aprovou a referida tipologia e a aplicação da mesma às freguesias do Continente. Posteriormente em 2000, a 185ª Deliberação do Conselho Superior de Estatística, publicada no Diário da República, IIª Série de 17 de Abril de 2000, aprovou a aplicação dessa tipologia às regiões autónomas.

¹² Os Princípios base utilizados pelo grupo de trabalho para a construção desta tipologia foram os seguintes: a) a freguesia é a unidade territorial de análise; b) as áreas urbanas eram definidas a nível de concelho; c) as freguesias que integravam uma área urbana tinham que ter contiguidade espacial; d) a classificação estatística apresentada pelo INE em 96 seria o suporte da nova tipologia, sofrendo os devidos ajustamentos e melhorias, sejam de natureza espacial, funcional ou de planeamento [os critérios de funcionalidade e planeamento tidos em consideração foram as taxas de variação populacional, o parque habitacional e os índices de ocupação, a categoria administrativa das freguesias e as propostas dos Planos Directores Municipais (PDM) e dos Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT)]; e) as freguesias pertencentes a sedes de concelho, embora com comportamentos demográficos muito diferenciados, não seriam consideradas Áreas Predominantemente Rurais.



considerar proporcionalmente menos áreas rurais, implicava que circunscrevia mais áreas urbanizadas, isto no seu todo, porque as APU eram proporcionalmente menores.

Cartograma 1



A heterogeneidade interna é novamente o traço característico desta região, tal como pode vislumbrar-se através da representação cartográfica disponibilizada. Nela é possível detectar (i) áreas de urbanidade claramente vincadas: 86,2% das freguesias do Grande Porto foram rotuladas como APU, sendo o concelho de Vila de Conde o único que considerava uma freguesia catalogada como APR; (ii) áreas de urbanidade em consolidação: a maioria das freguesias das sub-regiões Ave e Entre Douro e Vouga foram rotuladas como APU (45% e 43,8%, respectivamente), todavia, o peso das AMU nestas sub-regiões era estatisticamente muito semelhante ao das áreas urbanas (41,7% e 37,5%, respectivamente), o que contribuía para uma clara consolidação infra-estrutural; (iii) áreas de urbanidade em estruturação: a maioria das freguesias da sub-regiões Cávado e Tâmega foram rotuladas como AMU (55,1% e 53,3%, respectivamente), porém, as áreas urbanas ainda caucionavam bastante relevância (34,3% e 26,8%, respectivamente), em parte devido à existência de pólos citadinos, por um lado, claramente consolidados e, por outro, em perfeito crescimento (a título de exemplo: Braga na NUT III Cávado e Paços de Ferreira e Paredes na NUT III Tâmega); (iv) áreas de urbanidade claramente difusa: caracterizavam-se por uma espécie de intermediação territorial, onde se



registava uma forte presença rural e uma urbanização em crescimento, mas ainda muito débil. A maioria das freguesias estavam rotuladas como AMU, mas a proporção de APR era muito semelhante, tendendo a pouca expressão das áreas vincadamente urbanas a contribuir para o predomínio do urbano sobre o rural. A sub-região Minho-Lima era exemplo premente deste tipo de situação, conjugando primacialmente APR (em sete dos dez concelhos que conformavam esta unidade territorial era a tipologia que assumia o maior número de contabilizações) com AMU (assumia proeminência em concelhos como Melgaço, Ponte de Lima e Viana do Castelo), já que as APU tendencialmente não logravam grande representatividade estatística (os concelhos que circunscreviam proporções com alguma expressão estatística eram Valença, com 18,8%, Ponte de Lima, com 15,7%, e Viana do Castelo, com 15%); e (v) áreas de ruralidade manifesta: a maioria das freguesias pertencentes às sub-regiões de Alto Trás-os-Montes e do Douro foram rotuladas como APR (94,2% e 72,4%, respectivamente), já que os indícios de urbanidade eram praticamente inexistentes, senão mesmo inexistentes. Oito dos doze concelhos que conformavam a NUT III Alto Trás-os-Montes não consideravam APU, quinze em dezanove no caso da NUT III Douro, contemplando, na maioria das situações, apenas uma área com alguns traços de urbanidade, a qual correspondia à freguesia sede de concelho (único pólo de centralidade e com traços relativamente profusos de infra-estruturação).

Em suma, o território nortenho balizava uma clara dicotomia entre interior e litoral, em que o primeiro se pautava por uma manifesta ruralidade e o segundo por traços mais ou menos salientes de urbanidade, ou seja, ele próprio era portador de alguma pluralidade. Estas áreas mais próximas da costa acabavam por consignar maior heterogeneidade, daí que não deva ser-lhes consignado totalitariamente a urbanidade. Apesar do seu traço mais comum ser os consideráveis níveis de urbanização e edificabilidade, principalmente ao nível das Áreas Metropolitanas do Porto e do Minho e da Comunidade Urbana do Vale do Sousa, existiam, tal como se referiu e se evidencia através da representação cartográfica disposta na página anterior, áreas de urbanidade difusa ou de relativa ruralidade (a título de exemplo: Alto Minho, Baixo Tâmega). Estes eram os traços característicos de toda uma região suscitados pela tipologia desenvolvida pelo INE e pela DGOTDU. Os elementos que serviram de base a todos os apuramentos estatísticos dimanaram primacialmente das décadas de 80 e 90, daí que o lineamento caracterizador conserve um retrato sociográfico genérico de Portugal e do Norte de Portugal nas últimas duas décadas do século passado. É certo que estruturalmente, pode dizer-se que a disposição ainda se mantém, no entanto, importa não descurar que algumas das principais variáveis que concorrem para a análise tipológica em questão condescenderam transfigurações consideráveis no decurso da década de 90, especialmente na segunda metade da mesma, e dos primeiros anos do Século XXI. Os elementos em questão são a superfície territorial para fins agrícolas, a densidade populacional e a densidade urbanística, os quais irão ser alvo de atenção desagregada nos parágrafos que se seguem.



Os dados arrolados no Quadro 4 evidenciam, numa primeira leitura, o porquê do território nacional e regional ser maioritariamente composto por APR (cerca de 50% da superfície territorial encontrava-se confinada a fins agrícolas), e, num segundo momento de análise, o porquê de se ter mencionado que este domínio comportou mudanças importantes nos últimos anos (diminuição da preponderância territorial das actividades agrícolas no panorama nacional e regional, com especial relevo ao nível da Região Norte). Denote-se que a proporção de superfície agrícola é superior à proporção de APR, o que indicia a existência de mais solo de natureza rural do que reverenciou a análise tipológica apresentada. Em parte, esse aspecto tem que ver com o facto das sedes de concelho nunca serem consideradas áreas rurais, independentemente das características manifestadas, contudo, o mais importante a ressaltar tem que ver com as mudanças na matriz espacial agrária e no tipo de ocupação e utilização do solo. Mesmo que o campo analítico se encontre subdividido, já que considera duas fontes estatísticas distintas, a complementaridade temporal é uma benesse e uma possibilidade analítica concreta. Os dados estatísticos não deixam margem para dúvida, apesar do decréscimo registado nas últimas décadas, as áreas afectas a fins agrícolas em 2005 ainda circunscreviam cerca 52% do território português, 47% no caso da Região Norte. A variação inter-censitária regional foi mais acentuada que à média do país, mas se for atendido o diferencial entre os pólos temporais, seja na globalidade da série analítica (1989-2005), desconsiderando as diferenças metodológicas subjacentes às fontes de informação, ou apenas na cronologia suscitada pelo Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas (IEEA), o cenário inverte-se por completo, o que indicia que os principais decréscimos na Região Norte ocorreram na primeira metade da década, além disso como a proporção manifestada em 1999 era muito similar à registada nos momentos de inquirição de 2003 e 2005, essa alegação adquire maior precisão, enquanto os marcos nacionais se encontravam alistados primacialmente no final da década e início do novo milénio.

Com base nos momentos censitários foi possível aferir que a parcela do território consignada aos domínios agrícolas compadecera um forte decréscimo, mas através dos dados fornecidos pelo IEEA pode verificar-se que o mesmo reflecte uma tendência alimentada muito para além da década de 90. Os volumes totais do país são um exemplo premente dessa situação, devido à linearidade que lhes está subjacente. Em 1993 a superfície agrícola representava cerca de 56,1% da área total do país, mas fruto das pressões de natureza urbanística e populacional em 2005 já só representava cerca 51,9%. Tendo em consideração que as fronteiras de soberania territorial portuguesas são um elemento mais ou menos estanque, sofrendo ligeiras perturbações ou alterações fruto das famigeradas “conquistas” e “desconquistas” face ao imponente émulo hidrópico, não será incorrecto afirmar-se que essas pressões dimanaram na reconversão de 4,2% do território anteriormente afecto a fins agrícolas. Apesar da Região Norte destoar do padrão nacional, uma vez que já em 1995 a superfície agrícola representava menos de 50% da área total



Quadro 4

Proporção de superfície de agrícola, por natureza de exploração, face à superfície territorial total, de 1989 a 2005 (%) a)

Unidade Territorial		RGA b)		IEEA				
		1989	1999	1993	1995	1997	2003	2005
Portugal	SAT	57,8	56,4	56,1	55,3	53,9	53,2	51,9
	SADE	46,2	44,2	45,3	45,1	43,9	42,5	41,7
	SAU	43,5	42,0	42,9	42,7	41,6	40,5	40,0
	SAMF	10,6	11,0	9,6	8,9	8,9	9,7	9,2
	SANU	2,7	2,2	2,4	2,4	2,3	2,0	1,7
	OSA	0,9	1,2	1,1	1,3	1,1	1,0	1,0
Região Norte	SAT	52,4	47,7	50,9	49,0	48,1	48,2	47,0
	SADE	40,3	35,1	38,6	38,2	37,1	35,2	36,7
	SAU	36,7	31,8	34,7	34,6	33,2	32,9	33,2
	SAMF	11,1	11,1	11,1	9,4	10,1	11,3	9,9
	SANU	3,6	3,3	3,9	3,6	3,9	3,3	3,5
	OSA	1,0	1,6	1,2	1,5	1,0	0,7	0,4
Região Agrária – Entre Douro e Minho [RADM]	SAT	51,8	41,8	49,4	43,5	43,4	38,9	39,0
	SADE	33,2	25,0	30,6	27,8	28,1	26,7	26,7
	SAU	32,5	24,1	28,4	26,6	27,1	25,9	25,8
	SAMF	18,0	14,9	17,8	13,8	13,6	11,2	11,6
	SANU	0,7	0,9	2,2	1,2	1,0	0,8	0,9
	OSA	0,8	2,0	1,0	1,8	1,8	1,0	0,7
Região Agrária – Trás-os-Montes [RATM]	SAT	52,8	52,1	53,2	53,1	51,6	55,1	52,9
	SADE	45,9	42,5	45,5	45,8	43,6	43,2	44,0
	SAU	40,1	37,4	40,2	40,4	37,6	38,1	38,6
	SAMF	6,0	8,3	6,3	6,1	7,5	11,4	8,7
	SANU	5,8	5,1	5,3	5,4	6,0	5,1	5,4
	OSA	1,1	1,2	1,3	1,2	0,5	0,5	0,2

Notas:

a) Por questões de arredondamento, a soma das parcelas poderá não ter correspondência com o todo.

b) Recenseamento Geral da Agricultura.

Legenda:

SAT – Superfície Agrícola Total.

SADE – Superfície Agrícola Disponível Para Exploração (Incorpora a SAU e a SANU).

SAU – Superfície Agrícola Utilizada.

SAMF – Superfície Agrícola Composta Por Matas e Florestas Sem Culturas Sob-coberto.

SANU – Superfície Agrícola Não Utilizada.

OSA – Outras Superfícies Agrícolas.

Fonte: INE, *Recenseamento Geral da Agricultura*; INE, *Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas*.

da região, o facto de em 1993 ainda representar mais de 50% do território, faz com que a percentagem de área conversada fosse ligeiramente inferior à média do país, cerca de 3,9%. Uma vez mais, a região¹³ conota-se como um equilíbrio de forças, tendencialmente opostas, fruto da

¹³ A NUT II Norte subdivide-se em duas grandes regiões agrárias, Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes, que por sua vez se subdividem territorialmente com base na nomenclatura para fins estatísticos, NUTS III, Concelhos, etc.. A RADM considera as sub-regiões Ave, Cávado, Entre Douro e Vouga,



relativa constância da área afecta a fins agrícolas ao nível da RATM, diminuição em cerca de 0,3% entre 1993 e 2005 [todavia, essa variação não reflecte com rigor a evolução ao longo do período, já que o forte aumento verificado entre 1997 e 2003 (3,5%) e a quebra acentuada verificada entre 2003 e 2005 (2,2%) fizeram com que a variação entre pólos não fosse tão evidente], e da contínua perda de representatividade registada na RADM, diminuição em cerca de 10,4% entre 1993 e 2005. No caso desta região agrária, o principal contributo para a quebra registada adveio das áreas afectas a matas e florestas sem cultura sob-coberto, enquanto na RATM as oscilações não foram bastante acentuadas porque denuncia-se um efeito compensatório, ou seja, as áreas de utilização agrícola e as congregadas na categoria outras perderam representatividade, mas foi contrabalançada pelo ganho de representatividade da SAMF e da SANU. As variações ocorridas ao nível das áreas disponíveis para exploração, como um todo, e das áreas exploradas e não exploradas, como partes do todo, acabam por influir diametralmente nos arquétipos de exploração agrícola e na forma como eram equacionados os níveis de aproveitamento e usufruto do espaço territorial, em geral, e do agrícola, em particular.

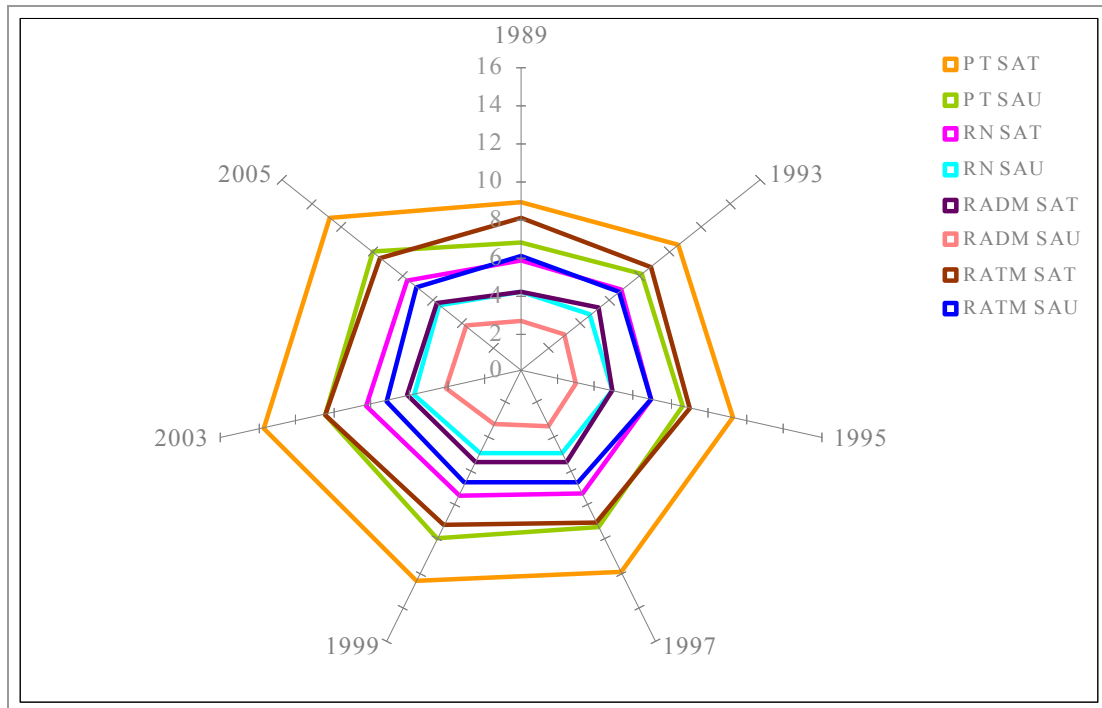
Em contraposição aos decréscimos verificados ao nível da área agrícola disponível e utilizada, denota-se, nas diferentes séries temporais arroladas, um aumento da área média das explorações agrícolas e da SAU média por exploração, indiciando uma consolidação das propriedades de maior porte, provavelmente às custas dos pequenos produtores ou exploradores, até porque as estatísticas oficiais também revelam uma diminuição contínua do número de explorações e que as áreas que se extinguíram estavam primacialmente consignadas às pequenas explorações. Denote-se que o incremento médio nacional foi superior ao ocorrido na Região Norte (Gráfico 1), o que ficar-se-á a dever ao facto do esmaecimento espacial condescendido pela região ter sido superior ao registado em termos nacionais (padrão) e o esmaecimento económico (explorações) condescendido ter sido inferior a esse mesmo padrão. No interior da região reporta-se dimensionamentos divergentes, com uma clara propensão para as unidades de exploração de maior porte situarem-se na RATM (área média de superfície agrícola superior a 9 ha e SAU média por exploração próxima dos 7 ha, especialmente a partir do final da década passada), em especial na zona de Alto Trás-os-Montes (11 ha de SAT por exploração e 8 ha de SAU), e, subsequentemente, as de menor porte na RADM (média total situava-se nos 5,5 ha e a SAU por exploração nos 3,2 ha, sendo a zona de Entre Douro e Vouga a que manifestava valores médios mais baixos, 4,3 e 1,8 ha, respectivamente, e a zona de Minho-Lima a que manifestava valores médios mais altos, 6,6 e 4,1 ha)¹⁴. Situação que não deixa de ser compreensível face aos níveis de urbanidade que qualificam as diferentes sub-regiões.

Grande Porto, Minho-Lima e Tâmega, enquanto a RATM considera as sub-regiões Alto Trás-os-Montes e Douro.

¹⁴ Dados relativos ao Recenseamento Geral da Agricultura de 1999.



Gráfico 1¹⁵
Área média das explorações agrícolas e SAU média por exploração, de 1989 a 2005 (ha) a)



Nota: a) Dados de 1989 e 1999 são originários do Recenseamento Geral da Agricultura e os remanescentes do Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas.

Legenda:

PT – Portugal.

RN – Região Norte.

RADM – Região Agrária - Entre Douro e Minho.

RATM – Região Agrária - Trás-os-Montes.

SAT – Superfície Agrícola Total.

SAU – Superfície Agrícola Utilizada.

Fonte: INE, *Recenseamento Geral da Agricultura*; INE, *Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas*.

Apesar da tendência de consolidação das explorações de maior porte e supressão das de menor porte se estender a todo o território português, ela foi menos visível ou assertiva ao nível da superfície agrícola nortenha e das sub-regiões que a conformam. Seguindo o traço demarcado para o período de 1989 a 1999, confere-se também através dos marcos temporais apontados pelo IEEA, um aumento da área média das explorações agrícolas e da SAU média por exploração. Mesmo que o incremento registado no período não desfrute de linearidade, uma vez que o horizonte temporal que mediu o ano de 2003 ao ano de 2005 conotou-se como um ponto de inflexão no curso lógico salientado (diminuição das áreas médias absorvidas), a leitura longitudinal global evidencia uma evolução positiva, com contornos de relevância estatística ao nível do padrão nacional (2,2 ha/SAT e 1,8ha/SAU). Na região, o incremento registado foi inferior à média nacional, contribuindo assim para dilatar o diferendo face ao padrão referenciado. A região agrária do Norte que mais se aproximava da matriz nacional era a de

¹⁵ Dados de origem presentes no Quadro B do anexo.



Trás-os-Montes, mesmo assim, os diferendos situavam-se próximos dos 3 ha. No caso da RADM, o diferendo transpunha mesmo os 6 ha, em que a dimensão média da sub-região não ascendia a metade da média do país, demarcando-a claramente como uma superfície territorial mais fragmentada. Este elevado nível de segmentação da superfície agrícola nortenha acaba por ser a principal ilação a reter do grafismo e a principal característica e factor de demarcação das suas regiões agrárias. Isto numa perspectiva intra-regional, porque numa perspectiva inter-regional e nacional, sobressai uma espacialização agrícola divergente, em que o Norte de Portugal minora a média nacional, ombreia com o padrão da Região Centro e desvirtualiza-se com as médias superiores a 45 ha de SAU por exploração registadas no Alentejo.

Os tempos em que, segundo Oliveira Baptista (1996), citado por Figueiredo (2003), a vida nas aldeias e lugares assentava numa população agrícola que se apropriava de todo o espaço disponível, não existindo mais incultos por aproveitar, já ficou para trás, especialmente a partir dos períodos mais imediatistas do pós-25 de Abril. “A agricultura, a sociedade rural e o espaço trilhavam caminhos coincidentes” (Oliveira Baptista, 1996, citado por Figueiredo, 2003, p.196), mas “a força centrípeta e polarizadora gerada pelos centros urbanos, cujo dinamismo se manifesta sob variadas formas e intensidades” (Figueiredo, 2003, p. 213) e se balizou pela redefinição do modelo socioeconómica, e os processos de infra-estruturação de alguma parte do território rural contribuíram para uma acentuada quebra dos níveis de exploração agrícola, nas suas mais variadíssimas vertentes (produção, economia, etc.), e para uma “desocupação” e “desaproveitamento” do solo e dos possíveis “frutos” do mesmo. Indicadores como a densidade populacional e a densidade urbanística, medindo, respectivamente, os habitantes e os edifícios por Km², ajudam a perspectivar espacial e temporalmente algumas dessas composições e recomposições.

O Quadro 5 contemporiza os dados relativos ao número de habitantes por Km² nos últimos três momentos censitários e no ano de 2005. Apesar dos elementos dimanarem de fontes estatísticas diferentes, o facto das estimativas populacionais posteriores a 2001 serem indexadas ao recenseamento realizado no ano mencionado consigna coerência, estabilidade e uma base de comparabilidade credível. A primeira ilação auferível prende-se com o facto da Região Norte apresentar uma densidade populacional claramente superior à média nacional, tendo o diferencial aumentado no decurso dos últimos 25 anos (média de crescimento nacional situou-se nos oito habitantes por Km², enquanto na região foi de 16). A década de 90 foi período onde o aumento foi mais significativo, tanto a nível nacional como regional, depois de uma década de 80 relativamente estagnada em termos demográficos. No panorama regional, em muito contribuíram os aumentos verificados em sub-regiões como o Ave (entre 1991 e 2001 comportou um aumento de 44 hab/Km² e entre 1981 e 2005 o aumento foi de 76 hab/Km²), o Cávado (entre 1991 e 2001 comportou um aumento de 25 hab/Km² e entre 1981 e 2005 o aumento foi de 57 hab/Km²), Entre Douro e Vouga (entre 1991 e 2001 comportou um aumento



de 30 hab/Km² e entre 1981 e 2005 o aumento foi de 57 hab/Km²) e Tâmega (entre 1991 e 2001 comportou um aumento de 21 hab/Km² e entre 1981 e 2005 o aumento foi de 30 hab/Km²). No entanto, o protagonismo regional, numa perspectiva de centralidade, acaba por ser o Grande Porto, não só pelo facto de ser a principal área metropolitana do Norte de Portugal¹⁶, considerando em 2005 cerca de 1.567 hab/Km², mas também pelo facto de ser a sub-região que compadeceu o aumento mais significativo entre 1981 e 2005 (100 hab/Km²) e pelo mesmo ter ocorrido primordialmente na década de 80 (65 hab/Km²). O símbolo desta sub-região, até mesmo de toda a Região Norte, é a cidade do Porto; considerando em 2005 cerca de 5.654 hab/Km², foi curiosamente a única unidade que caucionou uma quebra continuada ao longo das últimas décadas, perdendo cerca de 2.000 hab/Km² em 25 anos. Com fluxos inversos encontravam-se os demais concelhos, com especial relevo para aqueles que fazem fronteira ou que acabam por estar mais próximos da cidade do Porto, como por exemplo: Maia, Matosinhos, Vila Nova de Gaia, uma vez que registaram incrementos populacionais da ordem dos 500 hab/Km². No fundo, acaba por ser mais um indício do sistema periférico de residência e de centralidade que vem pautando toda a modernidade.

Quadro 5
Densidade Populacional em 1981, 1991, 2001 e 2005 a)

Unidade Territorial	1981	1991	2001	2005
Portugal	107	107	112	115
Região Norte	160	163	173	176
Alto Trás-os-Montes	33	29	27	27
Ave	343	365	409	419
Cávado	270	290	315	327
Douro	63	58	54	52
Entre Douro e Vouga	274	292	322	331
Grande Porto	1.467	1.532	1.547	1.567
Minho-Lima	114	111	113	114
Tâmega	185	189	210	214

Nota:

a) Dados de 2005 apurados com base nas estimativas populacionais.

Fonte: INE, *Recenseamento Geral da População e da Habitação* ;
INE, *Anuários Estatísticos Regionais 2005*.

Relativamente às demais sub-regiões, importa destacar os protagonismos assumidos pelas NUTS III Alto Trás-os-Montes e Douro, mas neste âmbito sobre uma perspectiva de despovoamento. Os dados estatísticos revelam quebras populacionais continuadas, com maior intensidade na sub-região Douro e, em especial, em concelhos como Lamego, Mesão Frio, Peso

¹⁶ “Neste contexto, o Grande Porto é apontado pela ESPON como a MEGA (*Metropolitan European Growth Areas*) da fachada atlântica da Europa que mais poderá progredir no ranking na hierarquia urbana da Europa através da integração policêntrica com a sua área de influência” (CCDRN e MAOTDR, 2006, p. 55).



da Régua e Santa Marta de Penaguião. Nesta sub-região, o concelho de Vila Real foi o único que comportou variações positivas, e mesmo que não fosse a unidade que condescendia a densimetria mais elevada (todas as outras unidades mencionadas, com excepção de Santa Marta de Penaguião, condescendiam uma densidade populacional superior), como os fluxos eram inversos é bem possível que no futuro adquira outra relevância populacional e consolide a posição de pólo de atractividade principal da sub-região. No que toca à NUT Alto Trás-os-Montes, é de salientar que metade das unidades concelhias que a constituíam não condescendia 20 habitantes por Km² e que Chaves era o concelho com a densimetria mais elevada (75 hab/Km²). Em suma, apesar destas sub-regiões serem as que circunscreviam o maior volume territorial, eram aquelas que manifestavam índices de ocupação populacional menor.

O mesmo cenário repercute-se ao nível da densidade urbanística, com o Alto Trás-os-Montes a ser sub-região que comporta o menor número de edifícios por Km² (15 em 2005). Contrariamente ao que se sucedia ao nível da densidade populacional, a evolução das últimas décadas foi positiva em todas as sub-regiões, contudo, os volumes e os níveis de variação são perfeitamente distintos. O Cartograma 2¹⁷ deixa transparecer precisamente isso, se denotar-se que toda a mancha territorial correspondente às NUTS III Alto Trás-os-Montes e Douro não sofreu nenhuma alteração no padrão. O incremento médio da região foi de 13 edifícios por Km² (sete entre 1981 e 1991 e seis entre 1991 e 2001), quando nas sub-regiões retratadas ele situou-se nos três e cinco edifícios, respectivamente. Tal como se sucedia ao nível populacional, também eram as sub-regiões do Grande Porto e do Ave as que circunscreviam os níveis de densimetria e de variação absoluta mais elevados, continuando o Grande Porto, em especial a cidade do Porto (registava em 2001 cerca de 1.111 edifícios por Km²), a demarcar-se claramente das demais. Relativamente à média nacional, apenas as sub-regiões do Alto Trás-os-Montes e Douro manifestaram uma densimetria inferior à mesma, como tal o padrão regional perfilhava-se mais denso que o padrão do país. Essa situação já tinha sido registada no recenseamento de 1981, acabando por o diferencial aumentar progressivamente nas duas décadas seguintes.

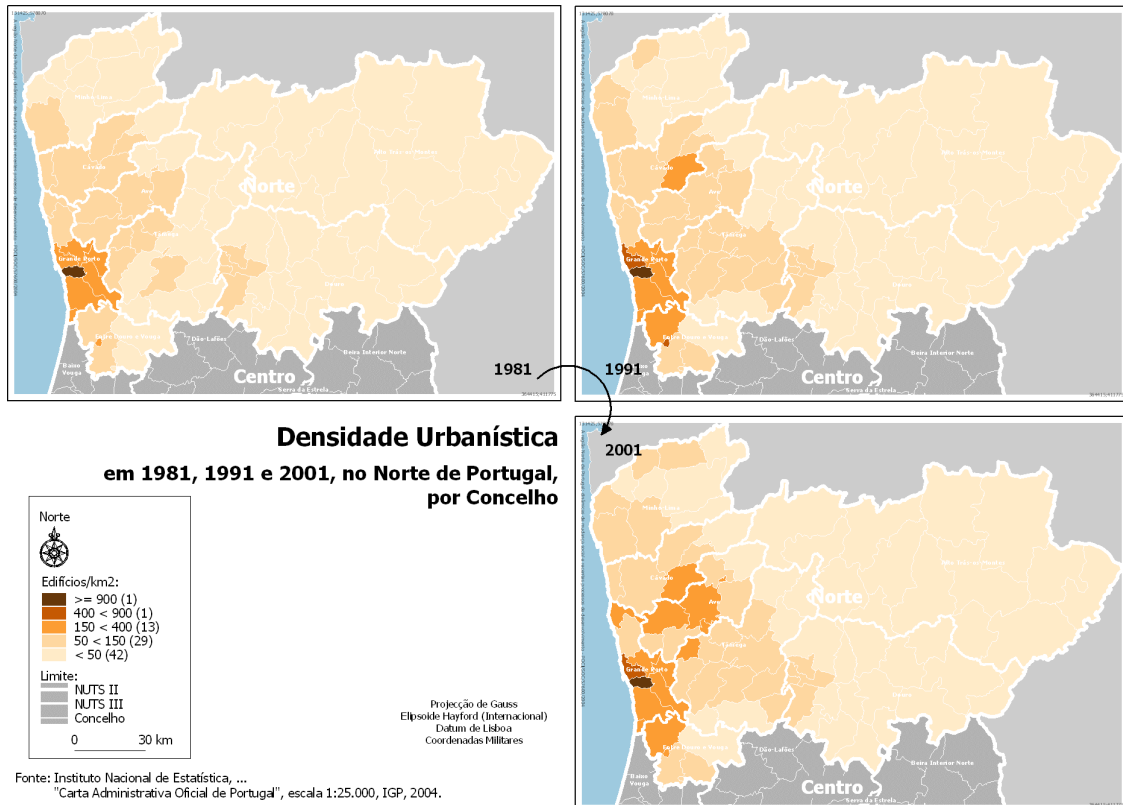
Contraopondo agora as duas variáveis que foram analisadas separadamente (habitantes e edifícios), pode perceber como elas se conjugam e dispõem pelo território (Quadro C – anexo). A leitura geral acaba por ser relativamente simples, quanto menor era a densidade populacional e urbanística, maior seria o número de edifícios por mil habitantes. Obviamente que essa circunstância tem que ver também com o tipo de edifício e a natureza do mesmo. O facto de sub-regiões como o Grande Porto, o Cávado, o Ave e o Entre Douro e Vouga manifestarem o número de edifícios por mil habitantes mais baixo, prende-se com a média de alojamentos por edifício. Ou seja, o traço arquitectónico que caracteriza os edifícios nas zonas urbanas é claramente distintivo do registável ao nível das zonas mais rurais ou mediantemente urbanas. A

¹⁷ Para uma análise complementar ver Quadro C do anexo.



proporção de edifícios que comporta mais do que um alojamento em áreas mais rurais como o Douro e o Alto Trás-os-Montes é bastante residual (menos de 5%), quando em zonas como o Grande Porto ou o Ave transpõe os quinze pontos percentuais (22,7% e 16,4%, respectivamente).

Cartograma 2



Desagregando-se um pouco mais estes índices, pode confirmar-se que as torres habitacionais que irromperam nos horizontes sociais modernos são inequivocamente um traço mais vincado dos principais centros urbanos, a título de exemplo: os edifícios com dez ou mais alojamentos assumiam em 2001 alguma expressão estatística em unidades concelhias como São João da Madeira (7,6%), Porto (5,1%), Braga (4,3%), Matosinhos (3,5%), Póvoa de Varzim (3,5%), Maia (3,4%) ou Vila Nova de Gaia (3,4%), e explicam o porquê do rácio edifícios / habitantes ser muito superior nas áreas de maior ruralidade. Em suma, a Região Norte pautou-se e pauta-se por uma considerável heterogeneidade em termos de densidade, em que as sub-regiões mais próximas do litoral e com menor expressão territorial manifestavam níveis de densidade humana e de edificação mais elevados, em clara contraposição às zonas mais interiores, especialmente aquelas situadas depois do Marão (d direcção litoral – interior), que comportavam extensões territoriais e superfícies para fins agrícolas mais bastas.



4. Mobilidade, redes de proximidade e acessibilidades

A densimetria territorial não se encontra exclusivamente dependente do saldo natural, os movimentos pendulares da população também assumem grande relevância explicativa ao nível dos reposicionamentos no espaço ao longo do tempo. Apesar da história e do conhecimento popular consignar ao povo português o estatuto de navegantes e exploradores, um povo de emigrantes, os dados decorrentes dos últimos recenseamentos populacionais prenunciam um relativo imobilismo da população portuguesa, em geral, e da população nortenha, em particular. Se atender-se aos dados presentes no Quadro 6 compreender-se-á melhor a alegação realizada. Em 2001, cerca de 48,7% da população residente era natural da freguesia onde residia, mas se estender-se as balizas territoriais até ao registo concelhio, a proporção passava para os 65,8%. No caso da Região Norte, a proporção ascendia aos 53,2% de habitantes residentes na freguesia de onde eram naturais e aos 74,7% no caso da base concelhia. É de salientar que cerca de 75% da população residente no Norte de Portugal em 2001 era natural do concelho de residência, sendo que essa proporção aumentava relativamente quando se centrava a análise em sub-regiões como o Tâmega (84,5%), especial atenção para concelhos como Cinfães (91,5%), Resende (90,4%) ou Baião (89,9%), ou como o Minho-Lima (81,1%), especial atenção para concelhos como Ponte de Lima (87,5%) ou Arcos de Valdevez (86,8%). Esta espécie de imobilismo residencial conota-se, de forma mais vincada, como um traço característico do Norte de Portugal, até porque como se tinha evidenciado era composto maioritariamente por unidades territoriais predominantemente rurais. Esta relação faz todo o sentido, já que ao centralizar-se a atenção nas principais áreas urbanas, como por exemplo: Braga, Porto, Maia, Matosinhos, Vila Nova de Gaia, verifica-se maior heterogeneidade residencial. O peso dos imigrantes provenientes de outros concelhos do país é considerável, tal como os provenientes de outras freguesias do mesmo concelho. Este último aspecto ajuda a compreender o porquê da proporção de indivíduos que reside no mesmo concelho de onde é natural também apresentar alguma expressão estatística nestes centros populacionais (situa-se, em média, nos 60%) e a demarcar os fluxos pendulares intra-urbanos que tanto costuma caracterizar este tipo de agremiação. O facto de serem áreas de grande contiguidade favorece consideravelmente os tais movimentos pendulares mencionados.

Para concluir este ponto em torno da (i)mobilidade habitacional, importa ressaltar o outro indicador presente no Quadro 6, isto porque permite atestar a tese de fixação residencial através de um outro prisma. O indicador diz respeito à proporção de habitantes que nos cerca de seis anos que mediam a realização dos recenseamentos de 1991 e 2001, respectivamente, mudaram de concelho de residência. Os dados não deixam margem para dúvida, se entre 31/12/1985 e 15/04/1991 cerca de 12,1% da população tinha manifestado essa mudança, entre 31/12/1995 e 12/03/2001 essa proporção quedou-se pelos 3,9%. Contrariamente à tendência do



país, a Região Norte comportou um forte decréscimo a este nível, é de ressaltar que 96,1% da população residente nortenha reverenciou não ter mudado de concelho de residência. É certo que não se teve em consideração os fluxos intra-concelhios, mas não deixa de ser elucidativo e comprovativo do que se veiculou inicialmente. A sub-região de Alto Trás-os-Montes foi a única que reteve uma tendência evolutiva consonante com o padrão nacional, mesmo que relativamente inferior a essa média de referência. Apesar de não ter sido possível aferir o destino final dessas movimentações, é de ressaltar que elas podem ser mais um dos factores, para além dos quocientes de saldo natural negativos, que explicam as fortes quebras demográficas registadas nas últimas décadas nessa sub-região. À excepção dessa contra-tendência, continuavam a ser as zonas de cariz mais urbano, com especial relevo para o Grande Porto, as que manifestavam índices de mobilidade habitacional mais elevado.

Quadro 6
Mobilidade habitacional (%)

Unidade Territorial	Naturalidade a)				Mudança de Concelho c)	
	Concelho b)		Outro Concelho	Estrangeiro	1991	2001
	Total	Freguesia				
Portugal	65,8	48,7	27,9	6,3	12,8	14,3
Região Norte	74,7	53,2	21,3	4,0	12,1	3,9
Alto Trás-os-Montes	78,7	61,8	15,5	5,8	10,3	10,8
Ave	80,9	54,7	15,6	3,4	11,4	3,4
Cávado	80,2	53,2	15,2	4,7	12,5	3,7
Douro	80,8	66,0	15,2	4,0	10,8	3,5
Entre Douro e Vouga	77,5	59,0	18,2	4,3	12,4	4,1
Grande Porto	62,6	41,6	33,2	4,2	13,4	4,6
Minho-Lima	81,1	60,8	13,3	5,5	10,9	3,4
Tâmega	84,5	63,2	13,3	2,2	11,4	3,4

Notas:

a) População residente por local de naturalidade em 2001.

b) Natural do concelho onde reside, que considera a variável natural da freguesia onde reside (apresentada no quadro) e a variável natural de outra freguesia do concelho onde reside.

c) População residente, relativamente a 31/12/1985 e 31/12/1995, por concelho de residência habitual em 15/04/1991 e 12/03/2001.

Fonte: INE, *Recenseamento Geral da Habitação e da População*.

No plano ocupacional, o cenário já se configurava de maneira diferente. Ou seja, apesar da população, em termos residenciais, conotar um enraizamento crescente, evidencia-se uma extensão do raio de movimentação ocupacional da população. Como tal, a percepção que ressalta é que verificou-se uma tendência, no decurso da década de 80 e da década de 90, para a população fixar o seu ponto de retorno quotidiano (residência) e estabelecer a sua esfera de acção e de mobilidade ocupacional (escola ou local de trabalho) a partir daí. Obviamente que essa disposição assume alguma relatividade, isto porque se atender-se aos dados presentes no Quadro 7, pode verificar-se que a grande parte da população residente em 2001 continuava a



dispor do meio ocupacional no seu concelho de residência, senão mesmo na própria freguesia. Uma das principais mudanças, face a 1991, prende-se com o facto da proporção de população que usufruía do meio ocupacional na sua freguesia de residência ter diminuído significativamente. Em 1991, contemporizava cerca de 51% da população portuguesa nessa situação (padrão regional estava equiparado), enquanto em 2001 situava-se na casa dos 40%. A principal evolução ocorreu ao nível dos fluxos inter-concelhios, circunstância que não logrou uma completa reprodução ao nível regional. Apesar desses fluxos se equipararem aos intra-concelhios ao nível do Grande Porto (especial relevo nos concelhos circundantes da cidade do Porto - Gondomar, Maia e Matosinhos, o que ajuda a compreender alguns dos movimentos pendulares que pautam o quotidiano da cidade) e de terem registado aumentos generalizados, com especial relevo para as sub-regiões de Alto Trás-os-Montes, Douro e Minho-Lima, os fluxos inter-concelhios não logravam tanta relevância como nas demais regiões do país, isto tendo em consideração a média nacional. Essa circunstância também tem que ver com o facto da proporção populacional que desempenhava a sua ocupação noutra freguesia do concelho de residência ser superior à média nacional e ser a localização de ocupação que assumia primazia em sub-regiões como o Ave, o Cávado e o Minho-Lima.

Quadro 7
Mobilidade ocupacional (%) a)

Unidade Territorial	1991			2001			
	Concelho b)		Outro Concelho	Concelho b)		Outro Concelho	Estrangeiro
	Total	Freguesia		Total	Freguesia		
Portugal	79,9	50,9	20,1	71,9	40,5	27,0	1,1
Região Norte	81,8	51,0	18,2	74,1	39,2	24,7	1,2
Alto Trás-os-Montes	95,9	78,0	4,1	84,3	59,7	13,8	1,9
Ave	86,5	48,4	13,5	79,9	39,4	19,3	0,8
Cávado	88,2	47,4	11,8	80,7	34,2	18,1	1,2
Douro	92,0	66,8	8,0	79,1	47,7	18,3	2,6
Entre Douro e Vouga	83,1	57,5	16,9	77,0	45,1	22,3	0,8
Grande Porto	72,1	41,6	27,9	65,6	33,9	33,4	1,0
Minho-Lima	92,2	60,7	7,8	79,6	37,9	18,9	1,5
Tâmega	81,6	55,7	18,4	75,0	43,1	23,8	1,2

Notas:

a) População residente empregada ou estudante por local de trabalho ou estudo

b) Exercem a sua ocupação no concelho onde residem, considerando a freguesia onde reside (apresentada no quadro) ou outra freguesia do concelho onde reside.

Fonte: INE, *Recenseamento Geral da Habitação e da População*.

É certo que os fluxos ocupacionais inter-concelhios aumentaram consideravelmente, mas essa circunstância também não implica necessariamente que os níveis de mobilidade populacional tenham aumentado. Isto porque, uma quota-parte dessas mudanças pode corresponder a residentes que se tenham mudado para uma freguesia vizinha daquela onde se



situava a sua residência, mas a mesma integrar um outro concelho. Por vezes as deslocações intra-concelhias podem exigir movimentações pendulares bem mais longas que às realizadas entre concelhos. Este aspecto é uma limitação, mas não um inibição, porque a diminuição generalizada da proporção de habitantes que reside e usufrui do seu meio ocupacional na mesma freguesia, em detrimento duma localização ocupacional noutra freguesia, concelho ou mesmo estrangeiro, elemento estatístico novo, face a 1991, foi considerável, daí que possa asseverar-se que verificou-se uma aumento da mobilidade ocupacional nas últimas décadas. Como não se conseguiu dispor, em tempo útil, de dados que permitissem desagregar o tipo de ocupação, não é possível aferir qual dos domínios ocupacionais concorreu mais para as alterações evidenciadas. É certo que a reestruturação da oferta escolar que vem sendo realizada nos últimos anos (com maior assertividade depois do ano 2000) e o envelhecimento populacional poderá ter contribuído significativamente para essa situação, uma vez que, tradicionalmente, a rede escolar, principalmente a do ensino básico, tende a exigir movimentos pendulares menos extensos.

Estas são algumas limitações relativas ao indicador da mobilidade ocupacional, mas que podem ser parcialmente filtradas, especialmente no que concerne à mobilidade efectiva (considerando apenas a referência destino e não a sua natureza). O Quadro D, presente no anexo, circunscreve a distribuição percentual da população residente empregada ou estudante por tempo médio gasto na deslocação para o local de trabalho ou estudo, evidenciando que mais de metade da população, tanto em 1991 (56,3%) como em 2001 (52%), encontrava-se a menos de 15 minutos de distância do seu meio ocupacional. Na Região Norte esses percentuais ainda eram ligeiramente superiores, 57% e 54,2%, respectivamente; e só não eram mais elevados porque o Grande Porto apresentava percentuais inferiores, quer à média regional, quer à média nacional (46% e 41,6%, respectivamente). Essa circunstância encontra-se perfeitamente consonante com as disposições anteriormente enunciadas, isto porque esta sub-região já se evidenciava por manifestar uma proporção de habitantes que necessitava de se deslocar até outro concelho para aceder ao seu local de trabalho ou estudo claramente superior à média regional e nacional, como tal seria perfeitamente natural que contemporizasse quotas populacionais superiores nos horizontes temporais mais amplos. No concernente com as demais unidades territoriais, é de destacar que algumas das sub-regiões que consideravam as maiores proporções de habitantes a exercer a sua ocupação no próprio concelho e / ou freguesia, como por exemplo: Alto Trás-os-Montes, Douro, Entre Douro e Vouga, serem as unidades com maior expressão estatística ao nível da distância temporal mais curta (até 15 minutos), 69,5%, 63,9% e 64,9%, respectivamente. Ressalva-se este aspecto, não só para evidenciar outras disposições sub-regionais e a grande dispersão existente em torna do padrão regional, mas também para balizar um pouco mais a limitação apontada relativamente aos fluxos inter-concelhios. É certo que existirão sempre excepções à regra, mas se for atendido a distribuição percentual pelos



diferentes períodos temporais, denota-se que de facto unidades como o Grande Porto e o Tâmega acabam por possuir maior expressão estatística ao nível das distâncias maiores. Logo, pode afirmar-se que, grosso modo, as unidades territoriais que comportavam os percentuais mais elevados ao nível da população que exercia a sua ocupação fora do concelho de residência serem aquelas em que os habitantes tendiam a despende mais tempo para aceder ao seu meio ocupacional.

Perfeitamente associado aos períodos temporais despendidos encontra-se o tipo de transporte privilegiado para as deslocações quotidianas. Através do Quadros E e F do anexo é possível verificar que ocorreram profundas transformações ao nível dos meios de transporte nas últimas décadas. Em 1991, Quadro E, mais de metade da população portuguesa deslocava-se a pé para o seu local de trabalho ou estudo (51,8%), subindo ligeiramente a proporção quando se atendia especificamente à Região Norte (58,3%). No seguimento do retratado no parágrafo anterior, denotava-se uma clara diferença percentual entre aquelas sub-regiões que evidenciavam uma predominância mais acentuada na distância temporal mais curta, a título de exemplo: Alto Trás-os-Montes (73,4%), Douro (68,6%), e as que tinham evidenciado maiores proporções de habitantes a trabalhar ou estudar fora do seu concelho de residência (e como tal uma expressão estatística mais relevante nas distâncias temporais mais longas), como por exemplo, o Grande Porto (51,5%) ou o Entre Douro e Vouga (54,2%). Apesar da localização do meio ocupacional e da distância temporal média necessária para ascender ao mesmo influir com o tipo de meio de transporte utilizado pelas populações, não deixava de ser lacónico que no final da década de 80 e início da década de 90 a forma privilegiada de mobilidade ocupacional preconizada pela população portuguesa, em geral, e a residente no Norte de Portugal, em particular, fosse a deslocação pedonal, com proporções, em diversas unidades, a transpor claramente os 60% e os 70%. O automóvel ainda não lograva grande representatividade (utilização extensiva), com a excepção devida para os principais centros urbanos e para sub-regiões como o Grande Porto (considera algumas dessas unidades policêntricas mencionadas) (30,1%, dos quais 8,4% correspondiam a um usufruto na condição de passageiro) e o Entre Douro e Vouga (23,7%, dos quais 8,2% correspondiam a um usufruto na condição de passageiro). Todavia, o resto da década de 90 carregou mudanças profundas nas estruturas de transporte e de mobilidade ocupacional. Segundos os dados decorrentes do Recenseamento de 2001, a proporção de residentes que se deslocavam pedonalmente para o seu meio ocupacional reduziu-se praticamente a metade, passando a representar pouco mais do que $\frac{1}{4}$ (25,1% como padrão nacional e 27,9% como padrão regional) dos meios de transporte utilizados e contrapondo-se à duplicação da proporção de utilizadores dos meios automóveis, em especial do automóvel ligeiro particular.

Dos cerca de 25,6% (média nacional), onde 7,2% correspondiam a um usufruto na condição de passageiro, e 21,8% de utilizadores do automóvel ligeiro particular como meio de



transporte primário em 1991 (média regional), onde 6,7% correspondiam a um usufruto na condição de passageiro, evoluiu-se, respectivamente, para uns 45,7% (onde 10,8% correspondiam a um usufruto na condição de passageiro) e 44,2% (onde 11,6% correspondiam a um usufruto na condição de passageiro de utilizadores em 2001) de utilizadores em 2001. No caso da Região Norte, verificou-se mesmo uma duplicação percentual, mais especificamente na condição de condutor. É um traço característico de praticamente toda região, já que as ponderações sub-regionais situam-se, quase todas elas, muito próximas da média regional. As exceções são firmadas, “por excesso”, pelas áreas mais urbanizadas, num plano genérico, e pela sub-região de Entre Douro e Vouga, num plano mais específico (52,8% da população residente recorria ao automóvel para se deslocar para o seu meio ocupacional, dos quais 15,5% correspondiam a um usufruto na condição de passageiro), e, “por defeito”, pelas áreas mais rurais, num plano genérico, e pela sub-região Tâmega num plano mais específico (36,1% da população residente recorria ao automóvel para se deslocar para o seu meio ocupacional, dos quais 10,8% correspondiam a um usufruto na condição de passageiro). Ao nível desta sub-região, importa destacar que os transportes colectivos empresariais ou escolares assumiam uma relativa expressão estatística (13,6%), duplicando, quer a média regional (6,1%), quer a média nacional (5,2%).

Segundo Babo (2005), apesar da Região Norte transparecer a ideia genérica de prevalência de níveis médios e baixos de mobilidade, com a generalização do recurso automóvel (o transporte individual em carro próprio, conjuntamente com a deslocação pedonal, representavam uma percentagem maioritária das soluções utilizadas), em paralelo com a expansão dos influxos policêntricos, ocasionou-se um incremento generalizado da mobilidade populacional¹⁸. A década de 90 trouxe também outra relevância para os transportes públicos¹⁹, em parte devido ao investimento e à estruturação da rede de oferta. Repescando novamente o Quadro G do anexo, pode verificar-se que em 2001 os transportes públicos já assumiam bastante relevo estatístico ao nível dos recursos de mobilidade para o meio ocupacional, em particular ao nível dos principais centros urbanos situados (i) no Grande Porto (24,6%), como exemplo: Porto, 29,1%, Gondomar, 28,7%, Vila Nova de Gaia, 26,4%, (ii) no Cávado (17,3%), como exemplo: Braga, 19,5%, e (iii) no Ave (15,6%), como exemplo: Guimarães, 19,3%. Esse relevo adveio, quase que exclusivamente, do transporte público rodoviário, já que o de cariz ferroviário perdeu proporcionalidade. A redução do rácio de cobertura da rede ferroviária parece ser uma indubitabilidade do contemporâneo nortenho. Além da linha evolutiva proporcionada pelos Quadros E e F do anexo, também o Quadro 8 deixa transparecer esse enunciado. Os dados dimanaram de duas publicações do INE, o Inventário Municipal e a Carta de Equipamentos e

¹⁸ O autor assinala que entre 1970 e 2000 registou-se, em média no espaço europeu, um aumento de 18 km por pessoa/dia (passagem de 17 para 35 km por pessoa/dia).

¹⁹ Circunscreve o transporte público rodoviário e o ferroviário.



Serviços de Apoio, e demonstram que o rácio de cobertura da rede ferroviária no Norte de Portugal, quer face ao número de freguesias, quer face à população, além de ser bastante diminuta, em 2002 evidenciava uma menor representação percentual relativamente ao momento de avaliação anterior (1998). Em Portugal Continental apenas 11,9% do número total de freguesias se encontravam cobertas pela rede de transporte ferroviário, correspondendo a 32,1% da população residente. Na Região Norte, o rácio de cobertura descia para os 7,6% de freguesias e 22% de população, fruto dos processos de reestruturação da rede que marcaram a década de 80 e o início da década de 90 e da grande disparidade de oferta existente no seio da região.

Quadro 8
Coeficientes de cobertura, face ao número de freguesias e população residente, das carreiras de transporte público (5 ou mais dias por semana) em 1992 e 1998 e da Rede de Transporte Ferroviário em 1998 e 2002 (%)

Unidade Territorial	Carreiras de Transporte Público				Rede de Transporte Ferroviário			
	1992		1998		1998		2002	
	F	P	F	P	F	P	F	P
Continente	a)	a)	84,3	90,1	a)	a)	11,9	32,1
Região Norte	81,3	94,9	79,2	87,8	8,3	26,4	7,6	22,0
Alto Trás-os-Montes	59,1	76,0	59,2	69,7	1,0	5,7	1,0	6,3
Ave	95,8	98,2	88,8	93,4	7,9	20,0	7,4	20,0
Cávado	93,2	97,2	90,9	92,6	5,7	9,9	5,7	11,3
Douro	69,8	80,0	74,1	80,2	8,6	14,4	8,0	13,0
Entre Douro e Vouga	93,8	99,0	82,5	87,6	18,8	35,3	17,5	35,6
Grande Porto	100,0	100,0	87,7	87,6	31,5	46,2	22,3	31,9
Minho-Lima	77,9	87,6	80,7	90,0	7,2	20,3	7,6	22,5
Tâmega	90,7	96,1	86,0	90,8	8,4	12,0	8,4	11,6

Legenda:

F – proporção de freguesias abrangida ; P – proporção de população abrangida.

Nota: a) Dado não disponível.

Fonte: INE, *Inventário Municipal* ; INE, *Carta de Equipamentos e Serviços de Apoio*.

No que concerne com os processos de reestruturação, pode mencionar-se o encerramento de diversas linhas, como, por exemplo: o troço Pocinho-Barca de Alva da Linha do Douro em 1988, passando esta a considerar unicamente a ligação entre o Porto e o Pocinho (Vila Nova de Foz Côa); a Linha do Sabor, em 1981 à circulação de passageiros e em 1989 a todo o tipo de circulação. Estabelecia a ligação entre o Pocinho e Duas Igrejas (Miranda do Douro); troço Mirandela-Bragança da Linha do Tua em 1991, passando esta considerar unicamente a ligação entre Carrazeda de Ansiães e Mirandela; a Linha do Corgo em 1990, estabelecia a ligação entre Vila Real e Chaves; o troço Amarante-Arco de Baulhe²⁰ da Linha do Vale do Tâmega em 1990, passando esta considerar unicamente a ligação entre Livração²¹

²⁰ Concelho de Cabeceiras de Basto.

²¹ Concelho de Marco de Canaveses.



(Linha do Douro) e Amarante; a Linha do Litoral do Minho²² em 2002, que estabelecia a ligação entre a Porto, Póvoa de Varzim e Vila Nova de Famalicão, entroncando com a Linha do Minho nesta última cidade; o troço Sernada-Viseu da Linha do Vouga em 1990, passando esta considerar apenas a ligação entre Espinho e Sernada do Vouga (Águeda). Relativamente à dispersão da oferta, quer através dos dados presentes no Quadro 7, quer através do Cartograma A presente no anexo, é possível verificar a disparidade entre o interior e o litoral, em abstracto, e entre o litoral sul (sub-regiões do Grande Porto e de Entre Douro e Vouga) e o resto das áreas territoriais que conformam a região, em específico. Obviamente que a densidade populacional e urbanística e a morfologia do território têm que ser consideradas, uma vez que o litoral tende a possuir níveis de concentração superiores, e como tal coeficientes de abrangência mais elevados, e amplas extensões de vales, áreas mais propícias à construção de este tipo de infra-estrutura, contrariamente ao que se sucede em grande parte do território de Trás-os-Montes e, em particular, na “cordilheira” de transposição para a região de Entre Douro e Minho²³ (a título de exemplo: Marão, Peneda-Gerês); contudo, convém não descurar também o facto da cidade do Porto ser o ponto de confluência de linhas (seja enquanto ponto de partida ou de chegada), espraíem-se elas para norte, oeste ou sul, o que contribui para que as unidades territoriais circundantes manifestem elas próprias rácios de cobertura robustos, não fossem elas também algumas das unidades com níveis de concentração populacional mais elevados.

Com o processo de reestruturação ferroviária muitas das infra-estruturas (a título de exemplo: troços, ramais, estações, apeadeiros) passaram para a responsabilidade dos respectivos municípios, que as procuraram adaptar para outros fins. Com isso ocasionaram-se movimentos interessantes de promoção cultural e turística [“na estação de Vidago (Linha do Corgo) funciona hoje uma biblioteca e na de Pedras Salgadas foi instalado um café e uma loja de artesanato” (Garcias, 2000, retratado por Quarteu, 2000)] e ambiental e recreativa (criação de uma ciclovía no Troço Guimarães-Fafe, de uma Ecopista no Troço Valença-Monção, etc.). Outros tipos de reaproveitamentos foram efectuados, como no caso da Estação de Bragança (Linha do Tua), que acolhe na actualidade “os escritórios de várias empresas de camionagem - curiosa ironia esta: foi o transporte rodoviário que arruinou o comboio e agora serve-se do seu património” (idem.). De facto é uma ironia, bastante realista é certo, daí também o porquê da sua referência. A própria rede de transporte público rodoviário também entrou em processo de reestruturação nos últimos anos, em parte, segundo Babo (2005), devido à estagnação dos fluxos de passageiros. A variação inter-censitária relativa ao meio de transporte primário utilizado na deslocação para o meio ocupacional proporcionada pela contraposição entre os Quadros E e F do anexo deixa

²² Também conhecida por Linha da Póvoa. Actualmente, a ligação Porto (Estádio do Dragão) – Póvoa do Varzim circunscreve a Linha Vermelha da rede metropolitana do Porto.

²³ Exemplo concreto destas especificidades é a própria Linha do Douro, demorou catorze anos a ser construída (1873-1887) e considera 26 túneis escavados na encosta do Rio Douro.



transparecer que esta via de mobilidade adquiriu relevo e posicionou-se como uma alternativa pertinente. Todavia, será precisamente só a esse nível, até porque, segundo Babo (2005), “o perfil dos utentes do transporte público assenta basicamente na população escolar, na componente feminina dos agregados de baixos recursos e nos idosos”. Se for retirado o estrato estudantil, o que se sucede realmente em diversos muitos momento do ano, tendo em consideração as interrupções existentes no decurso de um ano lectivo e no período de verão para a conclusão do ano lectivo anterior e preparação do seguinte, o volume de passageiros tornam-se muitas vezes residuais. “Nos espaços de baixa e muito baixa densidade assiste-se ao desaparecimento generalizado da oferta de transportes público rodoviário fora dos principais eixos interurbanos ou nos locais em que o transporte escolar está a decrescer; são frequentes os casos de carreiras licenciadas que só operam no período escolar, na medida em que o nível de utentes nos períodos de férias não permitem aguentar as despesas de operação. Paralelamente, existem estudos que indiciam os elevados custos que estará a atingir a subvenção pública ao transporte escolar. A tendência para a diminuição da população escolar e encerramento de escolas aponta assim para o duplo agravamento da situação: aumento do custo de transporte por aluno e maior retracção na oferta de carreiras com isolamento de mais população” (Babo, 2005, p. 2).

São tendências como estas que ajudam a compreender o porquê da rede de transporte público rodoviário, com relativa excepção para a rede de cariz urbana, se encontrar estagnada ou em perda, como refere Babo (2005). O Quadro 8 apresentado anteriormente, apesar de considerar apenas elementos relativos a 1992 e 1998, evidencia uma diminuição dos rácios de cobertura, que a Região Norte encontrava-se em défice face ao padrão de Portugal Continental e que existiam sub-regiões relativamente deficitárias a esse nível, como, por exemplo, o Alto Trás-os-Montes [em 1998, 40,8% do número total de freguesias da sub-região não se encontravam abrangidas pela rede de carreiras de transporte público (5 ou mais dias por semana), o que correspondia a cerca de 30,3% de habitantes que não dispunham de transporte público rodoviário diariamente]. Se aliar-se este tipo de fenómenos à crescente individualização do espaço social e à crescente necessidade de autonomização do ser humano face às estruturas e tempos de mobilidade, percebe-se o porquê do predomínio e aumento exponencial do veículo automóvel ligeiro particular como meio de transporte. Todavia, essas transfigurações dos tempos e posicionamentos no espaço acarretaram e continuarão a acarretar desafios inóspitos para as sociedades contemporâneas. Alguns deles situam-se ao nível das acessibilidades, em geral, e da rede viária, em particular. Por isso é que, segundo Babo (2005), se tem verificado um fortíssimo investimento na rede viária nas últimas décadas, tanto à escala nacional (Itinerários Principais e Itinerários Complementares) como local (variantes urbanas e rede capilar). Ainda segundo o autor (2005), encontravam-se previstos no Plano Rodoviário Nacional um investimento de 3,44 mil milhões de euros para a Região Norte, o que pressupunha a construção



de mais 880 km de estrada, dos quais 465 eram referentes a auto-estradas [incluindo a reconversão do actual IP4 (via rápida) entre Vila Real e Bragança e sem considerar os acréscimos de custos decorrentes do Túnel do Marão], 345 a vias-rápidas (incluindo novas construções e a reconversão de Estradas Nacionais) e 70 a reabilitação de estradas nacionais.

Em 2005, segundo o Anuário Estatístico de Portugal, a rede total de estradas de Portugal Continental contemporizava 12.661 km (Quadro G do anexo). Será necessário recorrer ao ano de 2002 para se obter dados relativos à rede de auto-estradas, 1.835 km, isto face a um volume total de estradas de 12.399 km. Como os dados se encontram dispostos distritalmente não é possível apurar um total para a Região Norte, todavia, uma leitura desagregada territorialmente permite traçar uma panorâmica genérica e aproximada da região. Os dados disponibilizados vão desde o final da década de 80 até metade desta primeira década do século XXI. À parte da forte quebra no total de estradas ocorrido entre 1986 e 1987, para a qual não se detém uma explicação devidamente fundamentada, e como tal optou-se por apresentar os dados que denotavam maior fiabilidade (série 1987-2005), a rede de estradas e de auto-estradas tem sofrido incrementos sucessivos. É de destacar que em 1987 apenas os Distritos do Porto e de Aveiro condescendiam infra-estruturas de auto-estrada, sendo que Aveiro considera unidades concelhias que integram a NUT II Norte e outras a NUT II Centro. Este cenário vem de encontro ao que defendia Costa (1999), ou seja, durante grande parte das décadas do século passado verificou-se um claro privilégio das ligações a Sul, e, em particular, ao eixo Porto-Lisboa, isto no que toca aos planos de estruturação rodoviária do Norte de Portugal. Com essa lógica de actuação compreende-se porque só em 1989 é que o Distrito de Braga condescendeu os primeiros quilómetros de auto-estrada e os Distritos de Viana do Castelo e de Viseu²⁴ em 1999. Denote-se que em 2002 a rede rodoviária dos Distritos de Bragança e Vila Real ainda não considerava qualquer infra-estrutura de auto-estrada e encontrava-se, quase que exclusivamente, alicerçada nas estruturas de cariz municipal e nacional e nas especificidades e limitações (sobejamente conhecidas) que as mesmas acarretavam para a mobilidade de pessoas e mercadorias. Estas ressalvas não pretendem veicular as auto-estradas como o supra-sumo da mobilidade rodoviária, mas que essa tendência contemporânea de infra-estruturação do território, em termos de acessibilidades viárias, não teve enfoque, durante largas décadas, para as ligações ao interior da região e para as ligações intra-territoriais nessa sub-esfera regional (Cartograma B do anexo).

Mencionou-se as palavras “não teve”, porque nos últimos anos já se evidencia uma reorientação estratégica do plano rodoviário nacional e, em particular, dos investimentos rodoviários para o Norte de Portugal. Esta acaba por ser a grande mudança estratégica e de estruturação viária para a região, na medida em que já se começou a concretizar algumas das

²⁴ Tal como no Distrito de Aveiro, nem todas as unidades concelhias pertencentes a este distrito integram a Região Norte.



apostas nas ligações intra-territoriais de acesso condicionado e de deslocamento rápido na região (ligações do litoral nortenho com o interior e do litoral com Espanha através do interior nortenho e ligações sub-regionais) e a serem lançadas outras. Como exemplos mais concretos do enunciado, pode reportar-se a extensão da A7 de Guimarães até Vila Pouca de Aguiar (Ligação total: Vila do Conde – Vila Pouca de Aguiar), a extensão da A4 de Amarante até Vila Real (Ligação total: Porto – Vila Real), a construção da A24 (Ligação total: Viseu – Chaves), que através da ligação com a A7 (em Vila Pouca de Aguiar) e com A4 (em Vila Real), quando esta tiver concluída, permitirá um acesso mais célere a Espanha, em particular, e ao Centro da Europa, em geral, na medida em que desemboca na fronteira em Vila Verde da Raia (concelho de Chaves) e permite o acesso à via A52 espanhola (liga, de forma gratuita, toda a zona norte de Espanha até à fronteira com França), a reconversão e extensão do antigo Itinerário Complementar 1 (IC1) para o formato de auto-estrada (A28), ligando, actualmente, o Porto²⁵ a Caminha, mas quando o percurso estiver completo ligará a cidade do Porto à fronteira (Valença), entrelaçando-se ainda com diversas outras vias [a título de exemplo: A7, A11 (Esposende-Penafiel), A27 (Viana do Castelo-Ponte Lima)], e a reconversão do IP4 entre Vila Real e Bragança já reverenciada.

A forte aposta nas acessibilidades que se tem denotado nos últimos anos deriva, segundo Costa (1999), da necessidade de um crescimento equilibrado e uma expansão das manchas de ocupação do território. Esse investimento, segundo Babo (2005), envolve o estado central, a comunidade europeia, as autarquias e até o investimento privado, se for atendido a extensa rede associada à nova urbanização e à exploração das infra-estruturas. Todavia, serão os dois primeiros interlocutores que arrolarão maior protagonismo, com especial atenção para os fundos decorrentes dos Quadros Comunitários de Apoio (QCA I, II e III). Apesar dessas considerações encontrarem-se perfiladas para o ponto seguinte, fica esta ressalva (será uma espécie de antelóquio) da proeminência assumida pelos financiamentos comunitários ao nível do desenvolvimento e incremento da mobilidade e intercâmbio de pessoas, mercadorias e informações no Norte de Portugal.

Paralelamente com a evolução das redes de proximidade viária, também importa registar a evolução ao nível das infra-estruturas e acessibilidades comunicacionais. Conjuntamente com os mecanismos de mobilidade (Transportes – meios e formas), os mecanismos comunicacionais (Comunicações – meios e formas) assumem-se como expoentes de um contexto que é a globalização. “Ainda que as problemáticas inerentes ao processo de globalização estejam longe de se esgotar no plano das comunicações” (Sousa, 2004, p. 8), configura-se como um denominador comum das variáveis seleccionadas para a análise do

²⁵ A concessão desta via termina no concelho de Matosinhos, mais precisamente na Avenida AEP, que, por sua vez, faz a ligação à Via de Cintura Interna (VCI) do Porto. Daí que, a ligação oficial desta via seja Porto-Valença, isto quando o troço que efectuará ligação entre Caminha-Valença estiver concluído.



desenvolvimento do potencial comunicacional do território. Borja e Castells (2001), reportam que a estrutura social contemporânea é global, mas a maioria das experiências humanas são locais, tanto no sentido territorial como cultural, daí que se possa entender a tendência de consignar territorialmente os aspectos que consubstanciam a globalização. Até porque, essa será uma forma de se verificar e interpretar, parafraseando Anthony Giddens, referenciado por Helena Sousa (2004), a intensificação das relações sociais que ligam comunidades distantes e a natureza das relações sociais.

Na contemporaneidade, dois dos principais indutores de proximidade são o telefone e a Internet. No plano das telecomunicações, antes de mais importa reportar a interposição que se estabeleceu entre os acessos fixos e os acessos móveis. Tal como evidencia os indicadores presentes no Quadro 9, a rede de acessos telefónicos fixos, após a forte disseminação ocorrida na década de 90 do século passado (a grande disseminação da rede telefónica fixa ocorreu no decurso da década de 80 e teve o seu expoente máximo na segunda metade da década de 90), tem vindo a perder diversos pontos de ligação. Entre 1997 e 2006, foram desactivados cerca de 686 mil pontos telefónicos, o que corresponde a menos 17,1% de acessos existentes, isto face a 1997. De qualquer modo, importa não descurar que em 2006 existiam ainda 3.316.572 postos telefónicos fixos em Portugal (29,7% dos quais na Região Norte), mais 594.082 do que os registados em 1991. O decréscimo que se tem vindo a registar nos últimos anos encontra-se, primordialmente, situado ao nível dos postos telefónicos residenciais e dos postos telefónicos profissionais. Como pode vislumbrar-se através da figura mencionada, entre 1997 e 2006, tanto a média nacional como a regional apontam para uma diminuição próxima dos 10 postos telefónicos residenciais por cada 100 habitantes (9 como padrão regional, cerca de menos 288 mil acessos, e 11 como padrão nacional, cerca de menos 993 mil acessos) e dos 3 postos telefónicos profissionais por cada 100 habitantes (cerca de menos 98 mil acessos na Região Norte e de 242 mil em Portugal).

A contrabalançar estes decréscimos encontram-se as evoluções positivas registadas ao nível dos acessos telefónicos públicos e dos acessos digitais, pelo menos até 2005, contribuindo para que a diminuição dos pontos telefónicos de ligação fixa não seja mais acentuada. Caso o cenário se mantenha nos próximos, isto é, com o número de acessos públicos e digitais a diminuir também, é expectável que até 2011 o volume total de acessos telefónicos fixos regrida até aos valores registados em 1991. É caso para se dizer que em 10 anos o “caudal” subiu imenso, para noutros dez anos voltar ao mesmo nível. Será, sem margem para dúvida, um sinal dos tempos, e, mais concretamente, da evolução do conhecimento e da capacidade de o colocar ao serviço da actividade produtiva e do ser humano. “Há uma necessidade que se reafirma a cada instante das tecnologias estarem ao serviço do ser humano e não o contrário. Numa sociedade em constante evolução e mutação, uma sociedade que não para e que exige uma



disponibilidade comunicacional constante, os acessos telefónicos fixos passaram a assumir um papel secundário no teatro do dia-a-dia” (Neto, 2007, p. 16).

Quadro 9
Indicadores de telecomunicação (telefones fixos) em 1991, 1997 e 2005

		Região Norte				Portugal			
		1991	1997	2005	2006	1991	1997	2005	2006
Total de Acessos a)	Total b)	764,0	1.211,9	1.136,3	983,2	2.722,5	4.002,5	3.769,4	3.316,6
	Por 100 hab.	22	34	30	26	28	40	36	31
Posto Telefónico Residencial	Total b)	c)	895,8	735,7	608,1	c)	3.023,5	2.420,0	2.030,2
	Por 100 hab.	c)	25	20	16	c)	30	23	19
Posto Telefónico Profissional	Total b)	c)	258,4	173,9	160,5	c)	758,0	546,3	515,9
	Por 100 hab.	c)	7	5	4	c)	8	5	5
Posto Telefónico Público	Total b)	8,5	11,1	13,7	13,1	28,3	37,6	45,2	
	Hab. por posto	410	325	273	286	351	269	234	245

Notas:

a) Reporta-se ao total de acessos telefónicos fixos, considerando os acessos analógicos (postos residenciais, profissionais e públicos) e os acessos digitais.

b) Milhares.

c) Dado não disponível.

Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região Norte*.

Os telefones móveis e a Internet, individualmente considerados ou em conjunção, são os principais responsáveis por essa circunstância. No que toca aos acessos telefónicos móveis, apesar de não se dispor de dados regionalizados, os valores médios nacionais podem funcionar, perfeitamente, como um padrão de referência. Esses valores são disponibilizados, quer pela ANACOM (Autoridade Nacional de Comunicações), quer pelo EUROSTAT (Gabinete de Estatísticas da União Europeia), e evidenciam que em 2005 “a média comunitária já se encontrava muito próxima de um acesso por habitante, sendo mesmo ultrapassada em países como Portugal, Luxemburgo, Lituânia, Itália, entre outros. No caso português, entre 2001 e 2005 verificou-se um aumento de 31 acessos por cada 100 habitantes, situando-se nos períodos de 2002 a 2003 e 2004 a 2005 os aumentos mais significativos” (idem., p. 15). A taxa de penetração situava-se nos 108 acessos por cada 100 habitantes em 2005, nos 115 em 2006 e nos 122 no final do 3º trimestre de 2007. Esta evolução é um claro indício da tendência que se reportou no parágrafo anterior.

Relativamente à Internet, a rede das redes como evidencia Manuel Castells, o seu surgimento e desenvolvimento revolucionou, por completo, o quotidiano humano e a forma como os seus protagonistas passaram a interagir, comunicar e transmitir informação. Segundo Castells (2001), reverenciado por Ferreira (2004), a Internet é a plataforma tecnológica que mais caracteriza a “Era da Informação” e o meio de comunicação com a mais rápida e extensa rede de contactos e conteúdos a nível mundial. Em 1999, segundo Vinton Cerf, referido por Manuel



Castells, “a Internet ligava cerca de 63 milhões de computadores, 950 milhões de terminais de telefone, cinco milhões de domínios de segundo nível, 3,6 milhões de ‘páginas web’ e era utilizada por 179 milhões de pessoas em mais de 200 países” (2002, p. 455). Estas características fazem dela a rede das redes de proximidade. Grande parte do aumento das acessibilidades a este tipo tecnologia fica a dever-se aos computadores, quer ao nível da evolução tecnológica, quer ao nível das taxas de penetração populacional. No Quadro 10, é possível verificar que a taxa de penetração dos computadores, em cerca de quatro anos (2002-2006), tanto no plano dos agregados domésticos como no individual, quase que duplicou. Em 2006, cerca de 45% dos agregados domésticos portugueses, com pelo menos um indivíduo com idade compreendida entre os 16 e os 74 anos, dispunham de computador, um aumento de vinte e um pontos percentuais. No plano individual, a proporção descia ligeiramente, situando-se ao nível dos 42%. Ou seja, entre 2002 e 2006 mais 15% dos indivíduos com idades compreendidas entre os 16 e os 74 anos passaram a utilizar o computador.

Quadro 10
Taxa de penetração do computador e da Internet em 2002, 2004 e 2006 (%)

	Região Norte			Portugal		
	2002	2004	2006	2002	2004	2006
Agregados domésticos com computador a)	24	37	42	27	41	45
Agregados domésticos com ligação à Internet a)	12	22	31	15	26	35
Agregados domésticos com ligação à Internet por banda larga a)	a)	8	19	a)	12	24
Utilizadores de computador b)	22	32	37	27	37	42
Utilizadores de Internet b)	16	24	30	19	29	36

Notas:

a) Agregados com pelo menos um indivíduo com idade compreendida entre os 16 e os 74 anos.

b) Indivíduos com idades compreendidas entre os 16 e os 74 anos.

Fonte: INE/UMIC, *Sociedade da Informação em Portugal 2006*.

A média regional situava-se ligeiramente abaixo da média nacional, tanto ao nível dos agregados domésticos com computador (42% em 2006) como ao nível dos utilizadores individuais (37% em 2006), mas mantendo a mesma tendência de crescimento. O mesmo cenário registava-se ao nível do acesso e utilização da Internet. A média regional de agregados domésticos com ligação Internet situava-se nos 31%, 19% dos quais com ligação por banda larga, enquanto a média nacional a situava-se nos 35% e 24%, respectivamente. No que concernia aos utilizadores individuais, a média regional situava-se nos 30%, enquanto o padrão nacional nos 36%. Apesar da Região Norte acompanhar a tendência de crescimento do país nos âmbitos retratados, circunstância de todo positiva, esse cenário evolutivo não lhe tem permitido encurtar distâncias face ao padrão nacional, o que já não será de todo positivo. No entanto, tendo em consideração, segundo Castells (1997), retratado por Kovács (2002), que as



tecnologias da informação, e a Internet mais em particular, são a base da emergência de uma nova estrutura social (sociedade-rede), nova estrutura económica e de relacionamento económico (economia global e digital) e nova cultura (comunidade virtual), convém não descurar o impacto significativo da evolução manifestada.

Exemplos concretos desse facto são as fontes de interactividade electrónica como o *e-governement* (Governo Electrónico), o *e-commerce* (Comércio Electrónico) ou *e-health* (telemedicina). No presente texto, apenas se abordará o Governo Electrónico, já que é o único indicador para o qual existem dados estatísticos regionalizados. Entenda-se governo electrónico como a “utilização pelo Governo de tecnologias da informação e comunicação (tais como Internet, *intranet*, *extranet*, bases de dados, sistemas de suporte à decisão e sistemas de vigilância) que têm a capacidade de transformar as relações dentro das estruturas do Governo e entre o Governo e os cidadãos e empresas, de forma a prestar melhores serviços e a melhorar a sua eficiência” (Fernandes, 2005, p.39).

Este conceito remete, primordialmente, para o plano da Administração Central do Estado, âmbito em que tem sido tratado. No entanto, ele também pode ser aplicado ao nível da Administração Local, até porque é a única forma de se obter elementos regionalizados ao nível de um território nacional. Antes de se apresentar os dados referentes à presença das Câmaras Municipais *on-line* (Gráfico 2), será de todo pertinente efectuar uma breve contextualização das práticas de governo electrónico ao nível da Administração Central.

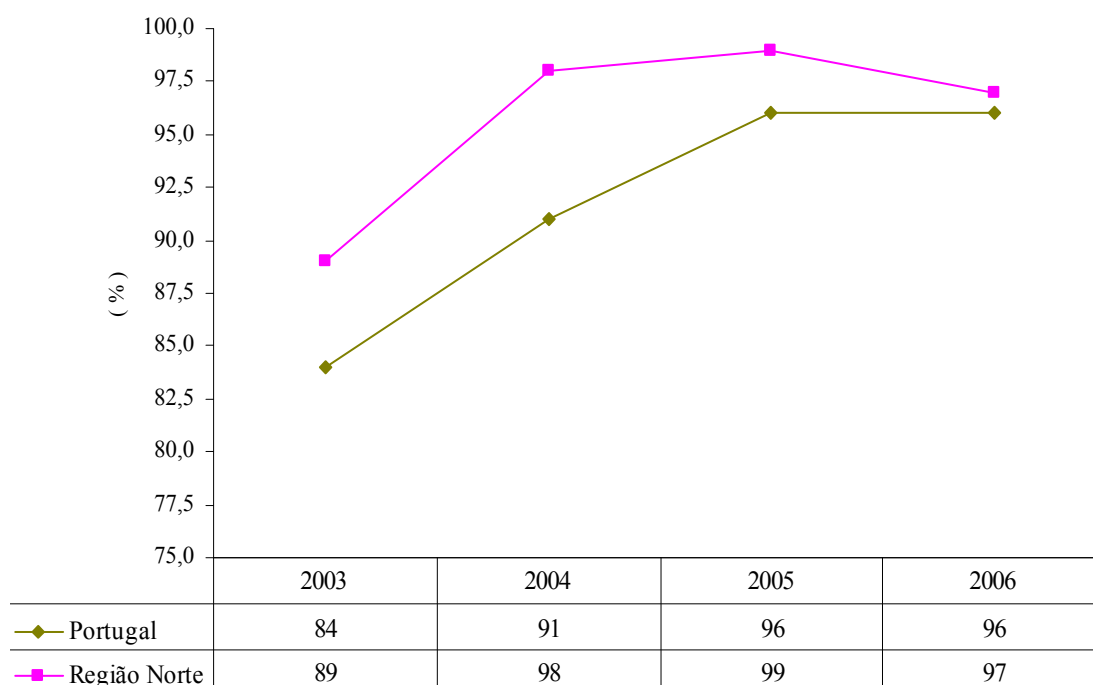
As estatísticas europeias referentes a 2007 referenciavam Portugal como um dos países com as melhores práticas no contexto comunitário. Nessa publicação estavam considerados dois parâmetros, a disponibilidade *on-line* [Portugal estava posicionado como “o terceiro país, posicionando-se atrás de países como a Áustria e Malta” (Neto, 2007, p. 24)], e o nível da sofisticação (Portugal estava posicionado na quarta posição, depois de países como a Áustria, Eslovénia e Malta). No plano mundial, o *ranking* anual elaborado pela Universidade de Brown nos Estados Unidos da América sobre as práticas de desenvolvimento e manutenção de estruturas de Governo Electrónico é uma referência incontornável. A classificação circunscrita no relatório de 2007, tendo por base 198 países e parâmetros como a percentagem de serviços públicos disponíveis *on-line*, o tipo de informação disponibilizada nos mesmos, os níveis de acessibilidade, privacidade e segurança, entre outros, situava Portugal na sétima posição, segunda se fossem considerados unicamente países europeus. “Face ao ano anterior, Portugal subiu 41 posições, 16 no plano europeu, ficando atrás de nações como a Coreia do Sul (manteve a primeira posição obtida em 2006), Singapura, Taiwan, EUA, Reino Unido e Canadá” (idem.).

Estes resultados são sinais claros das apostas sucessivas dos governos nas tecnologias de informação e comunicação, e, particularmente, nas estruturas e mecanismos que favorecem a proximidade e a interactividade entre a acção governativa e os cidadãos / empresas. As estruturas de governo electrónico também podem ser consideradas como um forte indutor de



proximidade e de interactividade territorial, na medida em que aproxima e coloca em interacção aquilo que está distante e favorece a informação das populações. Por isso, é que também assume grande relevância ao nível local. A aposta das autarquias a este nível tem sido significativa, tal como evidencia o Gráfico 2. A proporção de autarquias que não marcam presença *on-line* é bastante reduzida, especialmente ao nível da Região Norte, onde o rácio de disponibilidade regional tem-se mantido superior ao padrão nacional, apesar de se denotar uma tendência de equiparação. O índice da Região Norte comportou uma quebra entre 2005 e 2006, o que favoreceu a maior equiparação que se aludiu, até porque o valor nacional manteve-se igual.

Gráfico 2
Presença na Internet das Câmaras Municipais, de 2003 a 2006 (%)



Fonte: INE/UMIC, *Sociedade da Informação em Portugal 2006*.

Não descartando esses diferenciais, mas o aspecto que talvez seja mais merecedor de realce, até porque a Região Norte desde 2004 que manifesta índices muito próximos de 100%, logo a tendência de aproximação seria algo normal, apesar da quebra registada não o ser, é o aumento considerável do número de Câmara Municipais que disponibilizam na Internet informações e dados relativos à sua actividade e ao âmbito geográfico e social de actuação. Só entre 2003 e 2005, o aumento atingiu os dez pontos percentuais, no caso da Região Norte, e os doze pontos percentuais, no caso do total nacional. Este vislumbamento e utilização de forma mais intensiva e profícua da informação como recurso estratégico, e das estruturas tecnológicas de base digital como suportes de interacção e de proximidade territorial, demarcam, claramente, os traços de uma sociedade da informação e de uma sociedade em rede, e, mais especificamente,



a necessidade de se recorrer a estratégias alternativas para promover a proximidade entre indivíduos, instituições e territórios.

5. Investimento público e desenvolvimento socioeconómico do território

“O desenvolvimento local e regional é feito de muitos e variados matizes. (...) Nas diversas localidades, ao longo do país e em particular por esse Norte fora, nas aldeias, vilas, concelhos e diferentes áreas regionais, desenvolvimento é palavra-chave, expressão mágica que faz convergir expectativas e consensualizar esperanças. (...) Desenvolvimento é pois sinónimo de estradas novas – ou alargadas, ou mesmo rectificadas – de abastecimento de água, de saneamento concluído de águas residuais tratadas, de melhor acolhimento industrial, mais apoiado e mais ordenado. Escolas adequadas, melhores hospitais e infra-estruturas de saúde, espaços urbanos requalificados, novos equipamentos sócio-culturais, desportivos e de lazer. Desenvolvimento é tudo isto. Tem vindo a ser tudo isto, ao longo do nosso país e na realidade concreta que é o conjunto das partes territoriais que o compõem” (CCDRN, 2002, p. 66), devido, em grande parte, aos fundos comunitários colocados à disposição do país pela União Europeia desde os finais da década de 80 e pelos processos de infra-estruturação que daí advieram. Porém, o desenvolvimento socioeconómico de uma região não se mede e qualifica apenas pelo cimento e betão. “Não pára na construção das infra-estruturas” (idem., p. 68), na materialidade, ele reflecte-se e espraia-se pelas próprias “manifestações imateriais de dinamização” (idem.) do social. É um pressuposto complexo, principalmente pela sua amplitude e abrangência conceptual, e como tal pela possibilidade de ser vislumbrado e operacionalizado em diferentes dimensionalidades. No caso concreto, será operacionalizado no âmbito das condições espaciais de desenvolvimento decorrentes das manifestações materiais e imateriais perspectivadas pelos investimentos comunitários e públicos associados aos QCA. Será uma abordagem balizada fortemente pelos dados numismáticos que foram agenciados, mesmo assim com diversas reticências face à completa articulação entre os três períodos de investimento comunitário. Isto devido à dificuldade em encontrar-se fontes de informação e de dados que sistematizassem os três períodos (QCA I, II e III), por si só ou em articulação, e os investimentos e iniciativas a eles associados em função da abordagem idealizada para este ponto e para sua interligação com os demais, como tal, era importante ressaltar, desde já, estas limitações analíticas.

Os fundos comunitários para investimento em Portugal dimanaram da adesão do país à União Europeia em 1986. O primeiro QCA foi programado para o período de 1988 a 1993, advindo “o co-financiamento comunitário através de transferências de fundos estruturais”²⁶

²⁶ “Mecanismos financeiros utilizados pela Comunidade Europeia para reduzir a disparidade entre os níveis de desenvolvimento das diversas regiões e o atraso das regiões e das ilhas menos favorecidas,



(Domingos, 1998, p. 154). O financiamento global do QCA I foi conformado, essencialmente, segundo Domingos (1998), por despesas públicas (comunitárias e nacionais) divididas por um conjunto de objectivos. O programa destinou cerca de 88% do total de investimento ao objectivo 1 – “Promover o Desenvolvimento e o Ajustamento Estrutural das Regiões Menos Desenvolvidas” e, em particular, ao eixo 2 “Apoio ao Investimento Produtivo e às Infra-estruturas Directamente Ligadas a este Investimento”, afectando cerca de 42,7% do investimento total. O objectivo 1 focalizava-se nas regiões com um Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* inferior a 75% da média comunitária, ou seja, abrangia a totalidade do território nacional. “O Plano de Desenvolvimento Regional (PDR), instrumento de negociação do QCA, definiu a estratégia e os instrumentos da política de desenvolvimento regional, seguindo de perto as orientações da política comunitária, traduzindo-se num conjunto de Programas Operacionais Regionais” (idem., p. 165 / 166).

Na obra de Porto (1996), foi possível encontrar uma sistematização das verbas transferidas, a qual se transpôs para o Quadro 11 (página seguinte). O valor total de Fundos Estruturais recebidos por Portugal no período ascendeu aos 7.765.994 mil euros, cabendo à Região Norte cerca de 26,5% dessa verba (2.061.816 mil euros). A Região de Lisboa e Vale do Tejo foi a que obteve o maior volume de financiamento, 2.712 milhões de euros, correspondendo a cerca de 34,9% das verbas investidas, seguindo-se depois a Região Norte. Apesar de ter sido a segunda região a obter mais financiamento, o Norte de Portugal foi a região que apresentou o índice de capitação mais baixo, 594 euros por habitante, valor claramente inferior à média continental (754 euros) e nacional (788 euros). No pólo oposto encontravam-se a Região Autónoma dos Açores e a Região do Alentejo, com capitações que ultrapassavam os 1.000 euros (1.534 euros e 1.242 euros, respectivamente). Este aspecto tinha (e continua a ter) muito que ver com o facto da região perfilar uma densimetria populacional claramente superior à média nacional e continental.

O grosso do financiamento considerado por este primeiro quadro comunitário estava consignado ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER). Este fundo, segundo o Regulamento (CE) n.º 1783/1999, inserido no âmbito global criado pelo Regulamento (CE) n.º 1260/1999 do Conselho que estabelece disposições gerais sobre os fundos estruturais, visa a intervenção ao nível dos Objectivos n.º 1 e n.º 2 das iniciativas comunitárias a favor da cooperação transfronteiriça, transnacional e inter-regional (INTERREG III) e da revitalização económica e social das cidades e dos bairros em crise (URBAN II), bem como das acções inovadoras e das medidas de assistência técnica instauradas pelo regulamento geral. O FEDER para o Norte de Portugal contemporizou um investimento de 1.051.251 mil euros, o que

incluindo as zonas rurais, com o objectivo de reforçar a sua coesão económica e social. O FEDER constitui o principal instrumento de apoio às acções estruturais da União, seguindo-se-lhe o FSE, o FEOGA-O e o IFOP” (QCA, s/d).



reflectiu um financiamento *per capita* de 303 euros e representou cerca de 25,8% do investimento total do fundo no país. A região também considerou a este nível a capitação mais baixa, mas neste caso já bem mais próxima da média continental (382 euros) e nacional (413 euros).

Quadro 11
Quadro Comunitário de Apoio I – Execução Financeira (1988-1993)

Unidade Territorial	FEDER		FSE		FEOGA - O		FE	
	Milhares de Euros	Pc	Milhares de Euros	Pc	Milhares de Euros	Pc	Milhares de Euros	Pc
Região Norte	1.051.251	303	428.138	123	416.606	120	2.061.816	594
Região Centro	762.637	443	224.265	130	265.111	154	1.363.474	792
Região de Lisboa e Vale do Tejo	1.223.826	372	1.141.708	347	239.862	73	2.712.732	824
Região do Alentejo	341.711	629	101.939	188	227.237	418	675.018	1.242
Região do Algarve	194.915	571	40.777	119	50.498	128	289.078	847
Continente	3.574.341	382	1.936.827	207	1.199.315	128	7.102.019	754
Região A. dos Açores	252.262	1.061	61.163	257	a)	a)	364.751	1.534
Região A. da Madeira	240.835	950	40.777	161	a)	a)	249.753	986
Portugal	4.067.437	413	2.038.767	207	a)	a)	7.765.994	788

Legenda:

FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.

FSE – Fundo Social Europeu.

FEOGA-Orientação – Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola.

FE – Fundos Estruturais.

Pc – Capitação (euros).

Nota: a) Dado não disponível.

Fonte: Adaptado de Porto (1996).

A Região de Lisboa e Vale do Tejo foi a que contemporizou maior financiamento, sendo a Região Autónoma do Açores aquela com a capitação superior, apesar de ter perfilado um dos financiamentos mais baixos. No que concerne com o Fundo Social Europeu (FSE)²⁷, a Região Norte contemporizou um investimento de 428.138 mil euros “em matéria de desenvolvimento do mercado de trabalho e dos recursos humanos” [Artigo 2.º do Regulamento (CE) n.º 1784/1999 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de Julho]. Em termos de capitação, o QCA I consignou um investimento de 123 euros por habitante. A região que contemporizou um volume e uma capitação mais elevada em termos de investimento em formação de competências e dinamização do mercado de trabalho foi Lisboa e Vale do Tejo, continuando a Região Norte a receber a “segunda maior fatia do bolo total”, mas a apresentar um co-financiamento *per capita* mais baixo (média nacional e continental situava-se nos 207

²⁷ “Fundo estrutural, criado pelo Tratado de Roma, que tem por objectivo promover o emprego e a mobilidade geográfica e profissional dos trabalhadores na Comunidade, bem como facilitar a adaptação às mutações industriais e à evolução dos sistemas de produção, nomeadamente através da formação e reconversão profissionais” (QCA, s/d).



euros). Para concluir a análise do primeiro quadro comunitário de financiamento, falta fazer alusão ao Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícola (FEOGA)²⁸. No Quadro 11, é possível aferir que foram investidos na Região Norte, entre 1988 e 1993, cerca 416.606 mil euros em desenvolvimento rural e estruturação da agricultura. Essa verba representou cerca de 34,7% do valor total investido em Portugal Continental e cerca de 120 euros por habitante do Norte de Portugal. Foi a região que recebeu a maior verba a nível do Continente, mas continuava a apresentar uma capitação inferior à média (128 euros). Neste âmbito não caucionava a capitação mais baixa, essa estava confinada à Região de Lisboa e Vale do Tejo (73 euros), nem estava muito desfocada face à maioria das regiões, isto porque a Região do Alentejo manifestava uma capitação muito elevada (418 euros), face ao padrão regional.

Apesar de não ser possível observar o impacto directo dos valores reportados ao nível das condições económicas e sociais da região, isto porque o itinerário analítico não partiu do investimento público e comunitário, contudo, não deixa de ser pertinente e possível enquadrar e perceber alguns dos processos de transformação e de desenvolvimento regional reportados até ao momento, e mesmo daqueles que ainda serão enunciados, através dos investimentos “temáticos” e globais que se está a apresentar. Se a preconização do primeiro QCA “procurou diminuir as disparidades existentes entre as diversas regiões, quer a nível comunitário, quer a nível interno dos Estados-membros” (Domingos, 1998, p. 166), o segundo não ficou atrás. Alicerçado em eixos estratégicos [Qualificação dos Recursos Humanos e do Emprego (1), Reforço dos Factores de Competitividade da Economia (2), Promoção da Qualidade de Vida e da Coesão Social (3), Fortalecimento da Base Económica Regional (4)] tinha como intuito principal a aproximação à União Europeia e a redução das assimetrias. O Programa Operacional da Região do Norte (PRONORTE) foi uma das intervenções operacionais prevista no Eixo 4, “tendo o seu período de elegibilidade decorrido de 9.Julho.1993 a 31.Dezembro.2001. Abrange a NUT II Norte, envolvendo, em termos de Fundos Estruturais, apenas participação comunitária FEDER” (CCDRN, 2002, p. 17). Ele foi, posteriormente, estruturado em três subprogramas, tal como demonstra o Quadro 12, pelos quais seriam distribuídos os 576.206 mil euros de financiamento comunitário (FEDER) previsto na decisão final da Comissão Europeia e os 799.300 mil euros de despesa pública global prevista (investimento estatal + investimento comunitário). Os dados da execução financeira do programa encontram-se precisamente expostos nesse figurismo, evidenciando uma taxa de execução financeira de aproximadamente 100%, no caso do FEDER (576.159 mil euros), e de aproximadamente 99,9%, no caso da

²⁸ “Fundo criado em 1962 com vista ao financiamento da política agrícola comum e que actualmente se subdivide em duas secções: - A secção ‘Orientação’, que faz parte dos fundos estruturais, contribui para as reformas estruturais na agricultura e para o desenvolvimento das áreas rurais; - A secção ‘Garantia’ financia, nomeadamente, as despesas relativas à organização comum dos mercados agrícolas, as acções de desenvolvimento rural que acompanham o apoio dos mercados e as medidas rurais fora das regiões do objectivo 1” (QCA, s/d).



despesa pública total (798.373 mil euros), e denunciando uma capitação 166 euros, no caso do FEDER, e de 223 euros, no caso da despesa pública. Importa realçar que estes valores não podem ser directamente contrapostos com os apresentados no Quadro 9, porque referem-se unicamente ao investimento público e comunitário circunscrito no PRONORTE e não da totalidade do QCA II.

Quadro 12
Quadro Comunitário de Apoio II: Programa Operacional da Região Norte
– Execução Financeira (1994-1999)

Subprogramas (SP) e Medidas	Despesa Pública		FEDER	
	Milhares de Euros	%	Milhares de Euros	%
SP – A Investimentos Locais	407.033	51,0	298.227	51,8
Infra-estruturação e Equipamentos Municipais	407.033	51,0	298.227	51,8
SP – B Estruturação Regional	333.748	41,8	235.118	40,8
Acessibilidades	110.330	13,8	76.591	13,3
Ambiente	113.955	14,3	84.573	14,7
Equipamentos Económicos	109.464	13,7	73.954	12,8
SP – C Dinamização Regional e Local	57.591	7,2	42.814	7,4
Dinamização Económica	46.693	5,8	34.640	6,0
Assistência Técnica	10.898	1,4	8.173	1,4
Total	798.373	100,0	576.159	100,0

Fonte: CCRN, *Programa Operacional da Região Norte: Pronorte – Relatório Final*.

Assim, em termos directos, através do PRONORTE foram investidos cerca de 223 euros por habitante. “Com impacto no Ordenamento do Território, vieram a assumir particular relevância as intervenções no âmbito das infra-estruturas e equipamentos de nível municipal e supra-municipal desenvolvidas pelos Subprogramas A e B. A distribuição do investimento a seguir apresentada, permite concluir que as acessibilidades constituem o domínio de intervenção em que mais se investiu (34,5%). De salientar também o Ambiente nas suas variadas componentes, água, esgotos, resíduos sólidos e protecção da natureza (27,5%), os Equipamentos Colectivos de utilização cultural e desportiva (22%), o apoio a Actividades Económicas (agricultura comércio, indústria e turismo – 6%), as operações de renovação urbana (cerca de 7%) e outros investimentos ao nível da educação, saúde, serviços, energia, ciência e tecnologia (outros – 3%). Globalmente, o conjunto de projectos aprovados e executados no âmbito dos Subprogramas A e B representam um investimento elegível total de 148.513 mil contos (740.781 mil euros), sendo a comparticipação do FEDER de 106.906 mil contos (533.245 mil euros), ou seja à volta de 92% do valor total do PRONORTE.” (CCDRN, 2002, p. 64).

Tal como já se tinha mencionado e evidenciado, verificou-se uma melhoria acentuada das acessibilidades intra e inter-regionais nas últimas décadas. Os seis anos de investimento



decorrentes do QCA II foram pedra angular desses fenómenos. O diagnóstico de “insuficiências de dotação de infra-estruturas de acessibilidade, nomeadamente ao nível de eixos viários rápidos de ligação ao exterior, do sistema de transportes da Área Metropolitana e de articulação dos eixos viários de penetração para o interior da região com os principais centros urbanos dessa área territorial” (idem., p. 65), contribuiu para que grande parte dos 251 milhões de euros investidos tivessem recaído sobre o sistema rodoviário. Em termos genéricos, “foram construídos ou beneficiados: - 1.756 km de rede viária, sendo 1.448 km no SP/A relativos a intervenções na rede viária municipal, e 308 km no SP/B de vias com características intermunicipais, de vias nacionais ou de vias regionais; - 20.681 km de rede viária urbana, dos quais 20.517 km no SP/A - maioritariamente intervenções no tecido urbano - e 164 km no SP/B relativos a eixos urbanos principais ou a circulares urbanas” (idem., p. 71).

O ambiente foi outro dos domínios que mais financiamento contemporizou, “verificou-se um total de 287 projectos para um investimento de 212,4 milhões de euros” (idem., p. 167), contribuindo para uma melhoria considerável das condições de saneamento básico, abastecimento de água e protecção do ambiente (a recolha e tratamento de resíduos, a qualidade do ar, a contaminação dos solos, entre outros, também foram domínios privilegiados pelo PRONORTE). “Para além dos investimentos na construção de redes de abastecimento de água e drenagem de águas residuais, outros foram efectuados visando a remodelação ou ampliação de sistemas existentes e ainda o reforço do volume de água para servir as populações, através da construção de novos reservatórios e estações elevatórias ou intervenções ao nível da captação de água e seu tratamento” (idem., p. 168). Para concluir, importa fazer referência aos 217,3 milhões de euros investidos em equipamentos (SP/A e SP/B) e a alguns exemplos tipológicos desse investimento. As intervenções cobriram diferentes quadrantes, desde os parques industriais (32 no total), as infra-estruturas culturais ou turísticas (53), as instalações escolares [71, “maioritariamente beneficiações e ampliações de escolas primárias” (idem., p. 76)], as infra-estruturas desportivas (130), os projectos de renovação urbana (16) ou até a ampliação de um hospital e a construção de um quartel de bombeiros.

Como pode imaginar-se, o impacto socioeconómico de mais de uma década de investimentos públicos e comunitários no equilíbrio e desenvolvimento regional foi enorme. Mas ele não terminou em 1999, uma vez que em 28 de Julho de 2000, no âmbito do terceiro QCA, foi aprovado pela Comissão Europeia o Programa Operacional Regional do Norte 2000-2006 (ON – Operação Norte). Esta nova plataforma de acção tinha como objectivo central a promoção de um desenvolvimento sustentável da região, “contribuindo decisivamente para a coesão nacional e regional” (CCRN, 2000, p. 23). Esse objectivo principal seria efectivado através de três prioridades estratégicas: (i) melhoria da qualificação das pessoas, aumento da empregabilidade e promoção da coesão social, (ii) promoção dos factores de competitividade regional e valorização dos sistemas produtivos territoriais e (iii) ordenamento equilibrado e



sustentado do território; e através da operacionalização de três eixos prioritários: 1) Apoio a Investimentos de Interesse Municipal e Intermunicipal [visava “melhorar as condições de qualidade de vida das populações locais, promover a qualificação urbanística de aglomerados populacionais, reforçar as instituições de apoio ao desenvolvimento, dinamizar a cooperação inter-institucional e inter-regional e formar agentes públicos e privados de apoio ao desenvolvimento” (idem., p. 35)], 2) Acções Integradas de Base Territorial [visavam “superar dificuldades de desenvolvimento particularmente acentuadas e aproveitar potencialidades insuficientemente exploradas” (idem., p. 43)] e 3) Intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentradas [assentavam “na concertação estratégica entre finalidades sectoriais e territoriais, no sentido de, em articulação com as intervenções operacionais nacionais” (idem., p. 55), promover a Economia, o Emprego, a Educação, Formação e Desenvolvimento Social, a Inovação, Ciência, Tecnologia e Conhecimento, a Saúde, a Cultura, o Desporto, as Pescas, a Agricultura e o Desenvolvimento Rural, as Acessibilidades e Transportes, o Ambiente, etc.].

Para concretizar toda essa objectividade foi estruturado um fundo de financiamento com cerca de 4.640 milhões de euros, dos quais 73,8% estavam previstos serem aplicados através do FEDER (cerca de 3.422 milhões de euros), 16,6% através do FSE (cerca de 771 milhões de euros), 9,6% através do FEOGA (cerca de 444 milhões de euros) e 0,1 através do IFOP²⁹ (cerca de 3 milhões de euros)³⁰. Esta programação reportava-se à totalidade do período de apoio comunitário (2000-2006), mas como ainda não estavam disponíveis, até à data, os dados relativos à execução financeira do período, optou-se por disponibilizar as verbas aplicadas entre 2000 e 2005 que se encontram disponíveis no Relatório de Execução Financeira de 2005. Essas contabilizações já foram validadas pela Autoridade de Gestão e encontram-se sistematizadas no Quadro 13. Até 31 de Dezembro de 2005 tinham sido aplicados cerca 3.463.185 mil euros através da ON, dos quais 3.315.431 mil euros correspondentes a investimento público (58,3% dessa verba provinha de fundos comunitários, 1.935.366 mil euros). Essa verba implicou uma capitação de 939 euros referente ao investimento total, de 899 euros referente ao investimento público e de 525 euros referente ao investimento comunitário. Retenha-se que estas capitações têm carácter hierárquico e não cumulativo. A diferença de investimento público e comunitário, em termos absolutos e de capitação, entre este último período de apoio comunitário, mesmo que ainda não esteja considerado a totalidade do período, e o ocorrido entre 1994 e 1999 é enorme,

²⁹ “Instrumento financeiro, criado em 1993, que se destina a apoiar acções de reforço da competitividade das estruturas de exploração e de desenvolvimento de empresas economicamente viáveis no sector das pescas, contribuindo para melhorar o abastecimento e a valorização dos produtos da pesca e da aquicultura e para a revitalização das zonas dependentes desta actividade, procurando manter um equilíbrio entre os recursos existentes e a sua exploração” (QCA, s/d).

³⁰ Falta ainda acrescer cerca de 56 milhões de euros destinados à assistência técnica por memória para se atingir os cerca de 4.640 milhões programados para a Operação Norte.



chegando as verbas quase que a quadruplicar. Mesmo assim, a lógica de execução financeira e de investimento temático não se alterou significativamente.

Quadro 13
Quadro Comunitário de Apoio III: Programa Operacional da Região Norte
– Execução Financeira (2000-2005) a) b)

Eixo Prioritário		Total	FEDER	FSE	FEOGA-O	IFOP
Total	CT	3.463.185	2.612.989	623.532	225.236	1.429
	DP	3.315.431	2.583.787	572.065	158.236	1.343
	FC	1.935.366	1.467.038	352.746	114.536	1.046
Eixo 1 - Apoio a Investimentos de Interesse Municipal e Intermunicipal	CT	817.526	806.489	11.038	-	-
	DP	817.526	806.489	11.038	-	-
	FC	564.899	556.620	8.278	-	-
Eixo 2 – Acções Integradas de Base Territorial	CT	186.349	173.899	12.450	-	-
	DP	186.349	173.899	12.450	-	-
	FC	134.152	124.815	9.338	-	-
Eixo 3 – Intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentradas	CT	2.459.309	1.632.601	600.044	225.236	1.430
	DP	2.311.555	1.603.399	548.577	158.236	1.343
	FC	1.236.315	785.603	335.130	114.536	1.046

Legenda:

FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.

FSE – Fundo Social Europeu.

FEOGA-Orientação – Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola.

IFOP – Instrumento Financeiro de Orientação das Pescas.

CT – Custo Total.

DP – Despesa Pública (inclui os fundos comunitários).

FC – Fundos Comunitários.

Notas:

a) Milhares de euros.

b) O período integral do segundo quadro comunitário de apoio é 2000-2006.

Fonte: CCDRN, *Relatório de Execução 2005*.

Apesar das diferenças ao nível das designações dos subprogramas ou eixos estratégicos de acção é possível verificar que as questões relativas às acessibilidades e transportes, à infra-estruturação, à empregabilidade e qualificação, ao ambiente, à renovação urbana e ao desenvolvimento rural continuaram a perfilhar as maiores quotas financeiras. Cerca de 71% da verba total aplicada entre 2000 e 2005 decorreu de Intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentradas (Eixo3), correspondendo aproximadamente a 2.459.309 mil euros e a medidas de acção ao nível de³¹: Acessibilidades e Transportes (Medida 3.15, financiada através do FEDER), 1.132.505 mil euros (46% da verba total do Eixo 3), Promoção da Empregabilidade e do Emprego ao Nível Local (Medida 3.3 – FSE), 434.364 mil euros (17,7%), Agricultura e Desenvolvimento Rural (Medida 3.11 – FEOGA), 222.044 mil euros (9%), Ensino Profissional (Medida 3.2 – FSE), 162.790 mil euros (6,6%), Infra-estruturas de

³¹ Por uma questão de sistematização da informação apenas se manifestará as medidas que capitalizaram maior execução financeira.



Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário (Medida 3.1 – FEDER), 122.253 mil euros (5%); cerca de 23,6% do investimento do período decorreu de Apoio a Investimentos de Interesse Municipal e Intermunicipal (Eixo 1), correspondendo aproximadamente a 817.526 mil euros e a medidas de acção ao nível de: Qualificação Territorial (Medida 1.3 – FEDER), 270.851 mil euros (33,1%), Sistemas Ambientais Locais (Medida 1.1 – FEDER), 237.740 mil euros (29,1%), Redes e Sistemas de Transporte Local (Medida 1.2 – FEDER), 178.203 mil euros (21,8%), Acções Específicas de Valorização Territorial (Medida 1.6 – FEDER), 81.910 (10%); por último, os remanescentes 5,4% do investimento do período decorreram das Acções Integradas de Base Territorial, correspondendo aproximadamente a 186.349 mil euros e a medidas de acção ao nível da: Qualificação das Cidades e Requalificação Metropolitana - Componente Territorial (Medida 2.6 – FEDER), 57.267 mil euros (30,7%), Sub-região Douro (Medida 2.1 – FEDER), 45.833 mil euros (24,6%), Sub-região Minho-Lima (Medida 2.2 – FEDER), 29.773 mil euros (16%), Sub-região Entre Douro e Vouga (Medida 2.4 – FEDER), 21.349 mil euros (11,5%), Comunidade Urbana do Vale do Sousa (Medida 2.4 – FEDER), 19.678 mil euros (10,6%), Acções Integradas de Base Territorial (Medida 2.5 – FSE), 12.450 mil euros (6,7%).

Fica, novamente, perceptível que o investimento público decorrente dos QCA favorece um considerável contributo para o desenvolvimento regional e nacional, até porque cada vez mais transparece um investimento vincado na coesão territorial e na consideração das especificidades territoriais. “Neste contexto, ao atender às especificidades das NUTS III, a distribuição da despesa por domínios de intervenção regista algumas alterações face ao observado para o total regional” (DRPP, 2007, p. 92), nomeadamente no que respeita à ordem de importância dos domínios (no Cávado e no Ave o principal domínio de investimento foi as “Infra-estruturas sociais e de saúde”, já no Douro e no Minho-Lima as aprovações focalizaram-se mais no “Ordenamento e requalificação”), bem como a emergência de novos domínios em algumas NUTS III [“como é o caso da “Promoção da adaptação e do desenvolvimento das zonas rurais” em Trás-os-Montes e no Douro e das “Infra-estruturas ambientais” no Ave, Cávado, Entre Douro e Vouga e no Tâmega” (idem.)]. Este programa revela um carácter mais introspectivo, alicerçando os parâmetros de desenvolvimento na coesão territorial.

A própria filosofia construtiva do Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013 (QREN - enquadra a política comunitária de coesão económica e social delineada para Portugal para o novo período de investimentos públicos e comunitários) vai nesse sentido ao balizar-se e estruturar-se em torno de dois pressupostos cardinais: coesão territorial, económica e social e competitividade. Uma “questão decisiva para o desenvolvimento regional está relacionada com a necessidade das políticas públicas possuírem uma modulação territorial” (idem., 2002, p. 30) que tenha em consideração as especificidades dos diferentes contextos regionais e sub-regionais, até porque, segundo Gama e Jacinto (2002), as dinâmicas de



reestruturação do território são fortemente condicionadas pelas estratégias implícitas às políticas públicas. O modo como os efeitos das políticas são endogeneizados, consoante se trate das áreas urbanas ou rurais, gera reacções assimétricas, mais polarizadoras, de populações e das actividades, ou efeitos de maior marginalização económica e social nos espaços de mais baixa densidade. Os consecutivos programas operacionais associados aos QCA têm evidenciado um maior “esforço no sentido de alcançar um efeito redistributivo, procurando desempenhar um papel significativo na redução das disparidades regionais e, conseqüentemente, na melhoria da coesão económica e social da Região do Norte” (idem., p. 16). Esse é o caminho que se espera que continue a ser trilhado, porque só assim se conseguirá concretizar e fomentar verdadeiramente o desenvolvimento socioeconómico da região e do país.

6. Infra-estruturação ambiental e sustentabilidade do território

O Ambiente e a sustentabilidade do território guarneceram especial relevo nas políticas de investimento público e comunitário, até porque “numa perspectiva de coesão territorial e de qualidade de vida, o grau de satisfação da população tende a ser medido pela acessibilidade a redes e sistemas de serviços básicos” (CCDRN, 2006, p. 66). Ao longo deste ponto procurar-se-á precisamente aferir se esse investimento produziu efeitos condizentes com a sua estatura numismática, ou seja, conferir se nos últimos anos se tem verificado ganhos significativos ao nível da infra-estruturação ambiental e da sustentabilidade territorial.

Para iniciar o processo recorrer-se-á primeiramente às despesas municipais com a gestão e protecção do ambiente. No Quadro H do anexo é possível verificar que entre 1989 e 2005 (sem considerar o ano de 1998 por falta de dados) foram investidos cerca 1.906.122 mil euros na Região Norte e 7.368.253 mil euros a nível nacional. O período de 1999 a 2005 foi aquele que contemporizou um volume de investimento superior. No que toca aos principais domínios alvo de intervenção, o destaque vai inteiramente para a Gestão das Águas Residuais [representou 42,3% do total de investimento na Região Norte (806.952 mil euros) e 40,8% em Portugal (3.007.501 mil euros)] e para a Gestão dos Resíduos [representou 46,5% do total de investimento na Região Norte (885.394 mil euros) e 44,7% em Portugal (3.296.890 mil euros)]. Com menor representatividade, mas com privilégio de menção, pode encontrar-se domínios como a Protecção da Biodiversidade e da Paisagem [6,3% como padrão regional (120.698 mil euros) e 7,5% como padrão nacional (551.191 mil euros)], a Protecção dos Solos e Águas Subterrâneas [0,4%, quer como padrão regional (6.775 mil euros), quer como padrão nacional (26.513 mil euros)] ou a Protecção da Qualidade do Ar e Clima [0,02 como padrão regional (304 mil euros) e 0,1% como padrão nacional (3.499 mil euros)].

Se acrescer-se outros domínios de intervenção, como por exemplo, a protecção contra ruído e vibrações, obtém-se a verba global anteriormente mencionada. De modo a obter outra

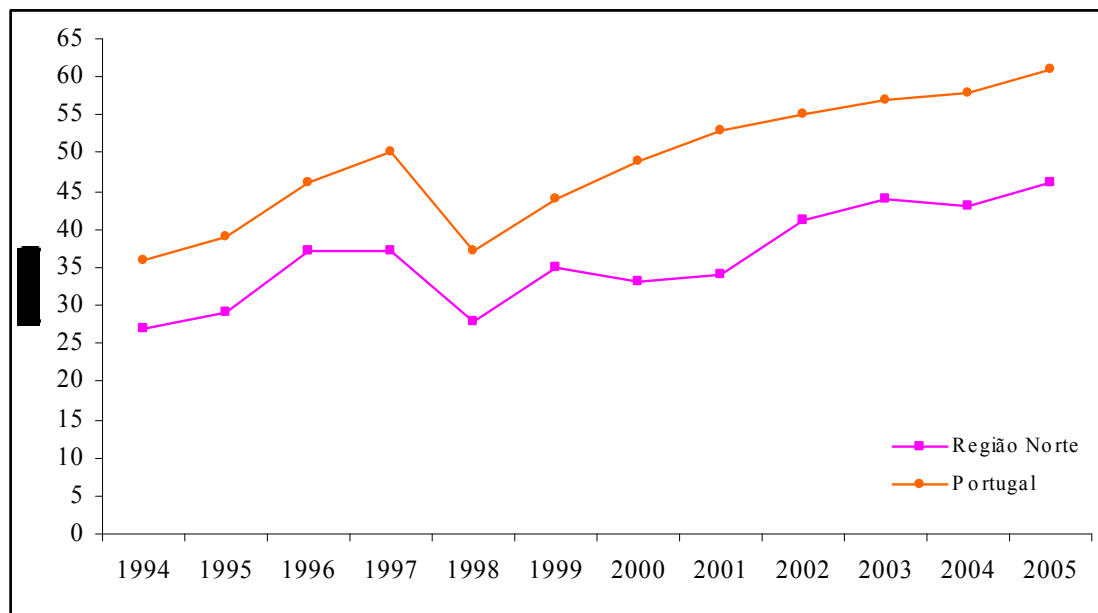


leitura do esforço efectuado pelos municípios com a gestão e protecção do ambiente operou-se uma desagregação anual dos dados e uma capitação dos mesmos. O resultado dessas operações encontra-se exposto no Gráfico 3. As ilações auferíveis não podiam ser mais lacónicas, a Região Norte evidencia um investimento *per capita* claramente inferior à média nacional, tendo mesmo aumentado o diferencial após o ano 2000. Depois da quebra acentuada ocorrida em 1998, a média nacional aumentou progressivamente, atingindo em 2005 os 61 euros por habitante, enquanto o padrão da Região Norte se tem pautado por alguma inconstância, devido à conglutinação de flutuações positivas e negativas. Todavia, a verba investida por habitante nos últimos anos tem sido claramente superior à aplicada durante a década de 90. Em 2005, o padrão regional situou-se nos 46 euros por habitante, inferior em 15 euros ao valor médio do país. Entre 1994 e 2005, a região investiu, em média na gestão e protecção do ambiente, menos 13 euros por habitante que as demais regiões do país (isto face ao padrão nacional).

“A diversidade de paisagens produtivas confere riqueza à identidade territorial. Na região, do ponto de vista natural e paisagístico, existem valores patrimoniais que não devem ser colocados em risco. Para tal, as políticas de desenvolvimento rural acabam por se constituir como o principal substrato das políticas de conservação e valorização de recursos naturais e da diversidade biológica” (CCDRN, 2006, p. 67), uma vez que as políticas de gestão e protecção do ambiente e de garante da sustentabilidade do território têm sido bastante deficitárias. É certo que os intuitos anteriormente enunciados também se alcançam através da infra-estuturação ambiental decorrente do processo de urbanização (gestão de águas residuais, recolha de resíduos, etc.), até porque foi um processo amplamente financiado pelo financiamento público e comunitário (evidenciar-se-á de seguida os resultados dessas acções), mas a “perenidade da estrutura ecológica regional” (idem.), num plano mais específico, e a sustentabilidade do território, num plano mais genérico, não pode incidir unicamente sobre os sistemas ambientais locais e sobre os planos de desenvolvimento rural, até porque cada vez mais o universo rural se caracteriza como “um espaço multifuncional, onde três novas tendências se destacam: (i) a complementaridade e substituabilidade entre agricultura, floresta e turismo rural, (ii) a regressão global dos usos agro-florestais e (iii) a expansão de incultos. Esta expansão dos incultos pode ser mesmo um indicador de degradação do capital social do território, exaurido pelo êxodo rural, ao ponto de ser cada vez mais difícil assegurar a mobilização do capital natural para usos produtivos” (idem.) e do capital económico-social para a gestão e conservação da estrutura ecológica e da coesão territorial.



Gráfico 3

Despesas municipais, *per capita*, com a gestão e protecção do ambiente entre 1994 e 2005Fonte: INE, *Estatísticas do Ambiente*.

Um dos principais riscos decorrentes do aumento dos incultos ou da má gestão do património ecológico é a inacessibilidade humana, o que num determinado âmbito pode ser benéfico (estado inaudito da natureza e ponto de equilíbrio para o ecossistema global), mas a outro nível pode ser nefasto (incêndios florestais). É precisamente sobre este último aspecto que incide o Quadro 14. Através dele, é possível verificar que entre 1993 e 2004 ocorreram, em Portugal Continental, 318.109 incêndios florestais, correspondendo a um total de área ardida de 1.596.680 hectares. 60,3% desses incêndios ocorreram na Região Norte (191.727), sendo as sub-regiões do Tâmega (54.369 – 28,4% do número total da região) e do Ave (32.690 – 17,1%) as mais fustigadas por esse tipo de ocorrências e as de Entre Douro e Vouga (10.062 – 5,2%) e do Cávado (14.843 – 7,7%) as menos fustigadas. Os anos mais catastróficos, tanto a nível continental como regional, foram os de 1995, 1998 e 2000. Só nestes três anos foram registados 102.901 incêndios florestais a nível continental e 61.201 a nível regional. Isto relativamente ao número de ocorrências, porque no que toca à quantidade de área ardida, além desses anos importa acrescentar o ano de 2003, já que só nesse período ardeu em Portugal Continental quase o mesmo número de hectares que nos outros três momentos juntos (425.726 ha face a 487.585 ha). Relativamente à Região Norte, os anos de 1998 e 2000 foram de facto os mais nefastos (84.003 ha e 70.648 ha, respectivamente), seguindo-se-lhes os anos de 2002 (59.119 ha), 1996 (54.731 ha) e de 1995 (53.041 ha). No cômputo geral, entre 1993 e 2004 a área ardida em Portugal Continental ascendeu 1.596.680 ha, sendo 49,7% referentes a povoamentos florestais e 50,3% a matos, e na Região Norte a 531.954 ha, sendo 41% referentes a povoamentos florestais



e 59% a matos. Apesar da região ter condescendido mais de 60% do número total de ocorrências no Continente, a área ardida que comportou “só” corresponde a cerca de 33,3% da área total, indiciando que, em termos médios, as ocorrências foram menos gravosas no Norte do país. Se atender-se agora à distribuição da área ardida no interior da Região Norte denota-se que as sub-regiões com índices de urbanização superior foram as que comportaram um volume total de área ardida mais baixo [Entre Douro e Vouga, cerca de 2,1% da área total ardida na região (11.354 ha), Grande Porto, cerca de 2,6% (13.667 ha), Cávado, cerca de 3,3% (17.416 ha), e Ave, cerca de 6,8% (35.970 ha)] e as que manifestaram níveis de ruralidade superiores (densimetria populacional e urbanística reduzidas e abrangência territorial grande) foram as que comportam um volume de área ardida mais elevado [Alto Trás-os-Montes, cerca de 30,7% da área total ardida na região (163.527 ha), Douro, cerca de 26% (138.183 ha), Tâmega, cerca de 14,6% (77.510 ha), e Minho-Lima, cerca de 14% (74.686 ha)]. Além dessa circunstância, pode perspectivar-se que nas sub-regiões que contemplam uma superfície considerável de orla costeira, com excepção para o Cávado, a área ardida era composta maioritariamente por povoamentos florestais e que nas sub-regiões mais interiores a área ardida era composta maioritariamente por matos.

Quadro 14
Incêndios florestais entre 1993 e 2004 (totais acumulados)

Unidade Territorial	Incêndios a)	Bombeiros b)	Área Ardida (ha) / (%)			Hectares / Bombeiro d)
			Total	P.F. c)	Matos	
Continente	318.109	406.370	1.596.680	49,7	50,3	0,7
Região Norte	191.727	137.713	531.954	41,0	59,0	1,2
Alto Trás-os-Montes	19.072	13.491	163.527	39,9	60,1	1,3
Ave	32.690	18.200	35.970	36,0	64,0	1,5
Cávado	14.843	10.437	17.416	46,8	53,2	1,2
Douro	21.605	19.069	138.183	32,0	68,0	1,0
Entre Douro e Vouga	10.062	8.395	11.354	51,7	48,3	1,1
Grande Porto	23.540	29.731	13.667	51,7	48,3	0,7
Minho-Lima	18.309	10.596	74.686	52,2	47,8	1,6
Tâmega	54.369	27.794	77.510	45,2	54,8	1,8

Notas:

a) Circunscreve e incêndios e reacendimentos.

b) Os valores apresentados reportam-se aos elementos activos dos Corpos de Bombeiros entre 1995 e 2004, no entanto, devido à indisponibilidade de dados sobre algumas unidades concelhias verifica-se uma subavaliação dos totais das regiões e do Continente.

c) Povoamentos florestais.

d) Representa a área que cada elemento participante nas intervenções dos bombeiros entre 1995 e 2004 teve que cobrir. Devido às limitações apontadas na alínea anterior, os valores poderão encontrar-se sobreavaliados.

Fonte: INE, *Estatísticas do Ambiente*; INE, *Anuário Estatístico da Região Norte*.

Para concluir a análise do Quadro 14 falta fazer alusão aos intervenientes no socorro à floresta. Apesar dos dados encontrarem-se sub-representados, entre 1995 e 2004 intervieram cerca 406.370 elementos activos dos Corpos de Bombeiros nas ocorrências registadas. 33,9%



desses elementos intervieram na Região Norte (137.713). No interior da região, a grande maioria interveio na sub-região do Grande Porto (21,6%) e do Tâmega (20,2%), o que por um lado não deixa de ser curioso por não terem sido as unidades territoriais com o maior volume de área ardida, mas que acaba por estar consonante com o facto de terem sido das unidades que apresentaram um volume de ocorrências maior. O facto do Grande Porto manifestar um número de intervenientes elevado face à área ardida, implicou que cada interveniente tivesse que cobrir uma área mais reduzida do que à média regional (0,7 ha face a 1,2 ha). O rácio de cobertura desta sub-região equivale ao padrão de Portugal Continental, o que implica que a Região Norte tivesse registado um rácio superior a esse padrão. Esse resultado foi amplamente influenciado pelos rácios registados ao nível de sub-regiões como o Tâmega (1,8 ha por interveniente), o Minho-Lima (1,6 ha por interveniente) e o Ave (1,5 ha por interveniente). Estes quocientes globais registados pelas diferentes unidades territoriais enfatizam ainda mais o trabalho desenvolvido pelos Corpos de Bombeiros e por todos aqueles que intervêm a este nível, tal como o volume de área ardida enfatiza o impacto que os incêndios florestais podem ter na sustentabilidade ecológica e territorial. “A redução da biodiversidade tem profundas implicações, não só de natureza ecológica, mas também no plano do desenvolvimento económico e social, em virtude do valor que estes recursos representam em termos económicos, sociais, culturais, recreativos, estéticos, científicos e éticos. A espécie humana depende da biodiversidade para a sua própria sobrevivência, estimando-se que pelo menos 40% da economia mundial e 80% das necessidades dos povos dependem dos recursos biológicos” (Andresen, 2005, p. 22/23), por isso urge que a sustentabilidade territorial também seja perspectivada a este nível.

Foi assumido ao longo deste texto a existência de planos bidimensionais ou multidimensionais ao nível da Região Norte, que se talham, segundo Andresen (2005), principalmente sobre o signo da dicotomia entre o ponto de vista do património natural e paisagístico, que, em termos muito genéricos, se traduz numa presença concentrada de valores conservacionistas no interior e uma pressão construtiva manifesta no litoral. Este cenário fica evidenciado pela forte expressão das áreas classificadas e fortemente ruralizadas, coincidindo com as áreas mais susceptíveis à erosão e de baixa densidade populacional do interior, e pela forte operacionalização das modalidades de ordenamento do território e de utilização do solo em prol da urbanização, que, em termos muito genéricos, se traduz numa continuada e intensa impermeabilização e transformação utilitária do solo no litoral. No entanto, não pode descurar-se que uma parte das intervenções urbanísticas ocorridas nas últimas décadas aconteceu ao nível da infra-estruturação ambiental das agremiações populacionais, tanto ao nível das zonas mais rurais como das mais urbanizadas. Obviamente que a amplitude e celeridade com foram e são realizadas não é a mesma nas áreas de forte pressão construtiva que nas áreas de maior ruralidade e que esses processos de infra-estruturação decorreram das exigências urbanísticas da



ocupação e usufruto do solo por parte das sociedades, mas não deixam de ser factores essenciais para a salvaguarda das condições de habitabilidade humana e animal e da sustentabilidade ecológica e territorial.

Os maiores investimentos nos sistemas ambientais locais ocorreram com os QCA, aliás tal como se tinha mencionado. Com base nos dados presentes no Quadro 15 será possível aferir, de forma mais concreta, o impacto desses mesmos investimentos. As infra-estruturas ambientais, grosso modo, estão alicerçadas em três sistemas: Abastecimento de Água, Drenagem e Tratamento de Águas Residuais e Recolha e Gestão de Resíduos. No que toca ao abastecimento, denota-se uma evolução bastante positiva nos rácios de cobertura populacional (aumento de seis pontos percentuais entre 1998 e 2003). Todavia, a região continuava a patentear um défice significativo face àquilo que era o padrão nacional. Em 2003, cerca de 92% da população residente em Portugal encontrava-se servida pelo sistema de abastecimento de água, sendo que na Região Norte essa proporção situava-se nos 82,9%. Também não deixa de ser verdade que o diferencial face à média nacional tem diminuído nos últimos anos, mas mesmo assim ainda eram nove pontos percentuais a menos. Como a proporção de habitantes servidos na região era bastante inferior à média nacional, também seria relativamente espectável que o consumo de água *per capita* na região fosse inferior, tal como se veio a confirmar. No entanto, em contraposição ao que se sucedia no indicador anterior, o diferencial tem aumentado ao longo dos últimos anos; em média, um residente da Região Norte entre 1998 e 2004 revelou um consumo inferior em 15 m³ de água ao registado como padrão nacional. Como esse diferencial tem aumentado, situando-se nos 19 m³ em 2003 e 2004, mesmo com a redução do diferencial relativo à população servida, pode denotar-se uma relativa alteração das práticas de consumo de água na região, no sentido de redução ou contenção do consumo. Correlacionado ou não com essa circunstância, ou até mesmo com a própria conjuntura económica, pode encontrar-se o decréscimo do próprio investimento municipal *per capita* com o abastecimento com água. Entre 1998 e 2000 registaram-se aumentos significativos, mas com a quebra acentuada registada em 2001 e a constância de valores registada em 2003 e 2004, apontam para uma estabilização do investimento, que de qualquer modo é superior ao registado no final da década de 90. O padrão nacional também aponta para um aumento considerável do investimento entre 1998 e 2000 e para uma estabilização nos últimos anos, todavia, não evidencia as oscilações acentuadas que aconteceram na Região Norte, mantendo-se a capitação relativamente estável desde 2000. Outra diferença do padrão nacional face ao padrão regional situa-se ao nível do investimento propriamente dito, com a diminuição registada na região e a estabilização da média nacional, a diferença, que já se verificava em 1998 (13 e 15 euros, respectivamente), aumentou relativamente (16 e 22 euros, respectivamente). Este diferencial que sempre existiu, além de não pode ser descurado, não pode deixar de ser associado ao que foi registado no rácio de cobertura populacional.

Quadro 15
Infra-estruturas ambientais entre 1998 e 2004

Abastecimento de Água								
Indicador	Unidade Territorial	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
População servida (%)	Portugal	87,5	88,6	89,7	90,4	91,4	92,0	a)
	Região Norte	74,9	76,9	78,1	78,8	81,4	82,9	a)
Consumo de água <i>per capita</i> (m ³)	Portugal	66	66	66	69	69	69	69
	Região Norte	54	51	51	55	54	50	50
Despesas municipais <i>per capita</i> (euros)	Portugal	15	16	23	22	23	23	22
	Região Norte	13	15	20	15	18	16	16
Drenagem e Tratamento de Águas Residuais								
População servida - Drenagem (%)	Portugal	65,7	67,1	69,2	71,0	72,5	73,5	a)
	Região Norte	48,8	49,3	52,0	54,7	56,8	59,6	a)
População servida - Tratamento (%)	Portugal	40,1	45,5	49,9	54,9	56,9	60,4	a)
	Região Norte	21,9	30,1	36,5	42,3	43,1	49,3	a)
Águas residuais captadas <i>per capita</i> (m ³)	Portugal	68	69	65	70	71	68	69
	Região Norte	59	58	58	66	60	60	60
Despesas municipais <i>per capita</i> (euros)	Portugal	13	17	19	19	17	17	18
	Região Norte	9	14	9	11	14	14	14
Recolha e Gestão de Resíduos								
População servida (%)	Portugal	97,3	98,1	98,4	98,6	a)	a)	a)
	Região Norte	95,9	97,2	97,7	98,0	a)	a)	a)
Despesas municipais <i>per capita</i> (euros)	Portugal	18	21	24	28	32	34	33
	Região Norte	15	18	20	21	24	26	25

Nota: a) Dado não disponível.

Fonte: INE, *Estatísticas do Ambiente*.

O segundo sistema infra-estrutural patente no Quadro 15 é o da Drenagem e Tratamento de Águas Residuais. No relatório final do PRONORTE (CCDRN, 2002) podia ler-se: "em termos de águas residuais, a aposta centrou-se igualmente na melhoria dos níveis de cobertura, embora neste caso mais evidente ao nível dos concelhos próximos do litoral, o que se compreende face à grande pressão populacional e habitacional a que estão sujeitos e dado tratar-se de um tipo de infra-estrutura com baixas taxas de atendimento, em particular nas zonas mais urbanizadas da Região do Norte"; por sua vez, no relatório de execução financeira de 2005 da ON (DRPP, 2007), podia ler-se que estavam previstas a execução de 2.339 Km de redes de drenagem de águas residuais (1.744 dos quais já realizados até 31 de Dezembro de 2005), de 214 reservatórios (164 dos quais já realizados até 31 de Dezembro de 2005) e de 386 ETAR's compactas (214 das quais já realizadas até 31 de Dezembro de 2005); e que o Complemento de Programação (até 31 de Dezembro de 2006) previa, em termos construtivos, a execução (fosse através de remodelações, requalificações ou novas edificações) de 3.100 km de rede de abastecimento de água e de 2.600 km de rede de drenagem e, em termos de resultados, atingir 95% de população servida por abastecimento de água e 90% de população servida por recolha e



tratamento de efluentes. São claros indícios dos fortes investimentos realizados e previstos para estes domínios, mas, também, que a Região Norte encontrava-se, claramente, deficitária a este nível, isto porque, nem mesmo com esses investimentos, os rácios de cobertura registados atingiram os valores objectivados.

Apesar dos dados mais recentes que se dispõe serem referentes a 2003, tendo em consideração os diferenciais registados, não se crê que se tenha alcançado em 2006 os rácios apontados. Se no caso do abastecimento de água esse cumprimento ainda pudesse ser ponderado, no caso da drenagem e tratamento de águas residuais seria de todo impensável. Em 2003, apenas 59,6% da população da região se encontrava servida pela rede de drenagem, descendo essa proporção para os 49,3% quando se reportava à rede de tratamento. Isto não quer dizer que não se tenham registado avanços significativos a este nível, porque existiram, tanto a nível regional como nacional, contudo, evidencia-se que ainda será necessário trilhar um longo caminho. A evolução regional foi ligeiramente superior à registada a nível nacional, contribuindo para minimizar os diferenciais enormes que existiam face ao padrão do país. Mesmo assim, as diferenças em 2003 ainda eram superiores aos dez pontos percentuais (13,9 e 11,1 pontos percentuais, respectivamente), o que não deixa de ser bastante elucidativo. Em parte, as diferenças nos níveis de cobertura também podem ser explicadas pelo tipo de investimento que é realizado, denote-se que as despesas *per capita* com o sistema de drenagem e tratamento de águas residuais no Norte de Portugal tem ficado muito aquém do padrão nacional, mesmo que esse diferencial se tenha reduzido. Apesar da estabilização do investimento nos últimos anos possa ser perspectivada como um factor de positividade, por um lado, na medida em que pode revelar coerência e comprometimento com este tipo de infra-estruturação, ela também pode ser perspectivada como uma limitação, por outro, tendo em consideração que o investimento *per capita* continuou sempre a ser inferior à média de investimento nacional para essa área.

Por último, o sistema de recolha e gestão de resíduos. Apesar dos dados mais recentes a que se teve acesso reportarem-se a 2001, será perfeitamente possível traçar uma panorâmica geral relativamente à Região Norte e a Portugal. Este sistema, além de ser aquele que contemporiza um rácio de cobertura mais elevado, é também aquele que caucionava o maior investimento *per capita*. Correlacionados ou não, evidente é que estas duas características tendem a chamar a atenção. No plano da proporção de população servida pela rede de deposição e recolha de resíduos sólidos, a média regional situava-se em 2001 nos 98%, enquanto a média nacional nos 98,6%. O diferencial face ao padrão nacional era relativamente reduzido, muito pelo facto da evolução recente ter sido bem mais positiva na região, apesar mesmo do investimento *per capita* ter crescido menos que a média nacional. O diferencial de investimento regional face ao padrão nacional passou dos três euros registados em 1998 (15 euros por habitante face aos 18 euros) para os oito euros em 2004 (25 euros por habitante face aos 33



euros). No cômputo geral, este sistema apresentava uma melhor cobertura do território nacional que os demais, em parte também por granjear um nível de investimento superior. No conjunto das infra-estruturas ambientais, é de destacar que a região apresentou sempre resultados muito aquém do padrão nacional. Apesar de se denotarem melhorias significativas nos sistemas ambientais locais, e isso não pode ser descurado, a região ainda se encontrava bastante deficitária de infra-estruturas ambientais que possam contribuir cabalmente para a sustentabilidade do território, quer comparativamente com o cenário idílico (totalidade do território açambarcada pelos sistemas ambientais locais), quer comparativamente com o cenário geral de Portugal. É certo que o facto das territorialidades nortenhas se encontrarem bastante difusas e, primacialmente, estruturadas ao “longo dos principais eixos rodoviários, vem colocando os bem conhecidos, mas não menos complexos, problemas de estruturação urbanística e de dotação eficiente e eficaz de serviços e de equipamentos de utilização colectiva” (Pinho e Monteiro, 1999, p. 19), contudo, essa circunstância não pode servir eternamente de desculpa para processos de desenvolvimento menos conseguidos ou que carecem ainda de maior maturação, até porque, cada vez mais essa característica se impregna como um traço vincado das sociedades modernas e não inibe que outras regiões equiparáveis denotem melhores desempenhos a este nível.

7. Notas de conclusão

Com este roteiro analítico prestes a chegar ao fim, decidiu-se compilar neste ponto algumas das principais ilações auferidas ao longo percurso, de modo a realçar (mais) as mesmas e apontar caminhos (novos ou “reabilitados”) de reflexão e de orientação da acção geopolítica nacional e regional.

O cerne principal da análise sociológica empreendida foi as territorialidades adjacentes à transfiguração das redes de estrutura e de reposicionamento dos actores sociais no espaço e tempo. Apesar de na actualidade se correr o risco de cometer uma imprudência ao se afirmar que o território é palco de toda a interactividade humana, tendo em consideração as constantes odisseias “aéreas” do ser humano, essa circunstância não poderá ser desconsiderada, até porque a ele continua a ser confinado esse papel. A extensão de terra açambarcada pela Região Norte, não só pela sua dimensão, mas principalmente pela sua localização geográfica, consigna-lhe uma importância geopolítica considerável, tanto no plano nacional como no plano internacional, em geral, e no Europeu, de forma mais específica. A sua estrutura administrativa manteve-se relativamente estável no decurso dos últimos 25 anos, com a excepção devida para o aparecimento de alguns novos protagonistas, especial relevo para a autonomização e conformação administrativa de duas novas unidades concelhias em 1998, Trofa e Vizela, que



acabaram por suscitar algumas reconfigurações nas lógicas de interacção concelhias e regionais, mas o mesmo já não pode ser afirmado relativamente à estrutura populacional e urbanística.

Por um lado, pode focalizar-se o aparecimento de novas centralidades e a consolidação de outras, enfatizando a tendência evolutiva de um “geocentrismo de atracção e expansão”, devidamente formalizado em torno dos conceitos de Vila e Cidade, e, por outro, as reconfigurações nos moldes de ordenamento, organização e ocupação do solo. Esta é uma lógica que tem prevalecido na história recente da sociedade portuguesa, em geral, e da nortenha, em particular. No primeiro conjunto de disposições reportado, carece de saliência o facto da Região Norte ter conservado nas últimas décadas mais de 1/3 do número total de vilas e cidades do país, estabilidade esta que releva um acompanhamento da tendência evolutiva do país neste domínio, e o facto do manto regional se caracterizar e pautar cada vez mais por diferentes níveis e ritmos de urbanidade e de geocentrismo. A diferença entre centralidades e confluências policêntricas carece, inequivocamente, de saliência, já que considerando obviamente os círculos de excepção que não fazem a regra, em sub-regiões como o Grande Porto, o Entre Douro e Vouga, a Comunidade Urbana do Vale do Sousa, o Baixo Ave e o Baixo Cávado faz sentido falar-se em “policentrismo”, na medida em que é passível de identificação todo um conjunto de interactividades e disposições em torno do conceito de cidade, mas nas remanescentes, tendo em consideração toda uma prevalência e consolidação de lógicas em torno do conceito de Vila, fará mais sentido falar-se em centralidades. É uma descaracterização pertinente, não só do ponto de vista conceptual, mas também do ponto de vista da própria georeferenciação socioeconómica. A polarização espacial em torno de centros de urbanidade, variando o grau de polarização conforme a capacidade de atracção e o nível de urbanidade das aglomerações populacionais, acabou por marcar substancialmente as últimas décadas da Região Norte, bem como os palcos de interacção. É de denotar que entre 1981 e 2001 se verificou um decréscimo da população isolada e da população a viver em lugares com menos de 2.000 habitantes, por contraposição com o aumento da população a viver em lugares com mais de 1.999 habitantes. Mesmo que no decurso desse período, o peso das áreas com menos de 2.000 habitantes tivesse diminuído consideravelmente, tanto a nível nacional como a regional, ainda continuavam a ser as áreas prevalentes, reforçando o ideal de territorialidade plurinuclear (“predomínio das pequenas agremiações era o traço genérico de caracterização de Portugal, e com maior ênfase do Norte do país”). Os extremos desta tipologia de aglomeração populacional foram os palcos de acção que acabaram por cativar maior atenção, primordialmente por serem os pólos oposto dos processos de urbanização (descontinuidade e continuidade). No caso da população isolada, o decréscimo mais acentuado ao nível da Região Norte contribuiu para que em 2001 a região manifestasse uma proporcionalidade inferior à média nacional, mas no concernente com os núcleos populacionais de maior conglutinação, o acréscimo registado não foi suficiente para atingir os



patamares médios nacionais, o que consigna regionalmente uma maior difusão territorial e um geocentrismo de menor porte.

As reconfigurações ocorridas ao nível das tipologias de ordenamento, organização e ocupação do solo foram outros factores que contribuíram para as metamorfoses perspectivadas ao nível da estrutura populacional e urbanística e ao nível da classificação e qualificação do solo. Os indicadores que apontam nesse sentido são diversos, de seguida procurar-se-á enunciar alguns exemplos dessa situação. Os primeiros indicadores, e o conjunto de considerações que lhe estão subjacentes, são referentes à densidade populacional e urbanística. O facto da Região Norte apresentar uma densimetria claramente superior à média nacional, tendo mesmo o diferencial aumentado progressivamente no decurso dos últimos 25 anos, o que acaba por não ser uma surpresa, já que o crescimento médio da região (dezasseis habitantes por Km² e cerca de 7 edifícios por Km²) duplicou o padrão de crescimento nacional, conjuntamente com as grandes disparidades intra-regionais (sub-regiões mais próximas do litoral e com menor expressão territorial manifestavam níveis de densidade humana e de edificação relativamente elevados, em clara contraposição às zonas mais interiores que comportavam extensões territoriais mais amplas e uma densimetria muito reduzida), acabam por ser as mudanças mais vincadas. Outras duas variáveis importantes a considerar, que acabam por se encontrar correlacionadas entre si e com os níveis de densimetria, concernem com a superfície para fins agrícolas e a tipologia urbana da superfície territorial. A perda de domínio socioeconómico do sector primário nas últimas décadas, especialmente ao nível da Região Norte, não se prende exclusivamente com a falta de mão-de-obra para trabalhar a terra, já que a pressão urbanística tem se agudizado de tal forma, que contribuiu de sobremaneira para a diminuição considerável das áreas afectas a fins agrícolas. Os principais decréscimos regionais ocorreram na primeira metade da década de 90, enquanto o padrão nacional aponta primacialmente para o final dessa década e para o início da década de 2000. Apesar da tendência de diminuição, será importante não descurar que a superfície agrícola em 2005 ainda consubstanciava mais de metade do território nacional, um pouco menos de metade ao nível da Região Norte, e que a área média das explorações agrícolas e a SAU média por exploração tinham aumentado progressivamente nos últimos quinze anos, indiciando uma consolidação das propriedades de maior porte e o desaparecimento (desistência da actividade ou absorção por parte das unidades de maior dimensão) das explorações de cariz mais familiar e de dimensão reduzida (agricultura de subsistência).

Esta qualificação predominantemente rural do solo, tendo em consideração a extensão de território propenso para fins agrícolas, ajuda a compreender o porquê de cerca de metade do território de Portugal Continental se encontrar tipificado como APR. Essa proporção na Região Norte era relativamente inferior (perfeitamente consonante com o disposto no parágrafo anterior), circunstância que não implicava que a região comportasse um volume de APU



superior à média continental. O traço regional distinto relativamente ao padrão associado a Portugal Continental prendia-se com a sobre-representação que as áreas de transição (AMU) assumiam, em parte devido ao tipo de centralidades comungado na região e anteriormente enunciadas. A tipificação das diferentes unidades territoriais que conformavam a Região Norte encontrava-se também ela perfeitamente consonante com o enunciado anteriormente, por isso era passível de identificação a clara dicotomia entre interior e litoral, em que áreas mais próximas da costa acabavam por consignar maior heterogeneidade, “apesar do seu traço mais comum ser os consideráveis níveis de urbanização e edificabilidade, principalmente ao nível das Áreas Metropolitanas do Porto e do Minho e da Comunidade Urbana do Vale do Sousa”, e as áreas mais interiorizadas territorialmente consignarem uma maior homogeneização em torno da ruralidade. Nesta dualidade de estrutura e de lógicas torna-se mais premente uma aposta efectiva na inter-relação entre o rural e o urbano, de modo a fomentar a coesão territorial e um desenvolvimento equilibrado da região. Esse cenário terá que, inevitavelmente, passar por uma plataforma de desenvolvimento que promova as sinergias intra-regionais e reforce “os laços de uso, de usufruto e de identidade”. Por isso, carece que se privilegie um modelo de desenvolvimento e competitividade integrado que considere na sua génese políticas de discriminação positiva, de modo a que seja possível atender às necessidades e recursos das diferentes unidades territoriais integrantes, o estabelecimento de patamares de intervenção política e social que apostem e fomentem os modelos de continuidade, seja num plano mais estrito de territorialidade, seja num plano mais amplo de sociabilidades e de desenvolvimento e / ou aperfeiçoamento das redes de conexão e proximidade inter e intra-regionais.

As questões relacionadas com a mobilidade e as redes de proximidade e de interconexão assumem uma importância extrema, até porque nas duas últimas décadas tem-se verificado uma maior tendência, especialmente ao nível da Região Norte, para a população fixar “o seu ponto de retorno quotidiano (residência) e estabelecer a sua esfera de acção e de mobilidade ocupacional (escola ou local de trabalho) a partir daí”. Este argumento deriva do facto da mobilidade habitacional ter diminuído ao nível da região, com a devida excepção para a sub-região Alto Trás-os-Montes que acompanhou a tendência de ligeiro crescimento do país, e os fluxos, as temporalidades e os mecanismos auto-preconizados de mobilidade ocupacional terem se alterado relativamente num sentido de maior deslocamento no território. Isto é, apesar de em 2001 a maioria da população continuar a dispor do meio ocupacional no seu concelho de residência, senão mesmo na própria freguesia, os fluxos inter-concelhios e internacionais adquiriram outra relevância, tal como as deslocações temporais mais longas, mesmo que mais de metade população portuguesa, em geral, e a do Norte do país, em particular, se encontrasse a menos de 15 minutos do seu local de trabalho ou estudo, e o peso dos meios de transporte automóveis (entre 1991 e 2001 a proporção de residentes que utilizavam a deslocação pedonal para o seu meio ocupacional reduziu-se praticamente a metade, passando a representar o meio



de transporte primário de pouco mais de 25% da população, em clara contraposição com a duplicação da proporção de utilizadores dos meios automóveis, em especial do automóvel ligeiro particular).

Esta alteração dos tempos e meios de deslocação acarretaram novas exigências e desafios (infra)estruturais, quer no plano das redes de transporte público, quer no plano das acessibilidades. Se no caso das acessibilidades, o investimento efectuado nos últimos quinze anos foi fortíssimo, principalmente devido aos fundos públicos e comunitários decorrentes dos QCA, já no caso da rede de transportes, as constantes reestruturações e redefinições das bases de oferta contribuíram para uma diminuição dos rácios de cobertura territorial e populacional e para o aumento das disparidade de oferta prevaletentes no seio da região (interior versus litoral e áreas mais urbanizadas versus áreas mais rurais). Aliando essa circunstância à crescente individualização dos processos sociais e laborais, à crescente necessidade de autonomização em termos de mobilidade e ao aumento genérico do nível de vida e do poder de compra, percebe-se melhor o porquê do aumento exponencial da utilização do automóvel. A forte aposta nas acessibilidades e o próprio redireccionamento estratégico do investimento teve a benesse de potenciar consideravelmente a mobilidade populacional e de mercadorias no Norte de Portugal, além da inter e intra conectividade territorial que anteriormente se mencionou como sendo vital para a construção de uma efectiva coesão. Até à década de 90, os planos de estruturação rodoviária primavam pela aposta no eixo norte-sul e, em particular, no eixo Porto-Lisboa, mas com os QCA e os fundos suscitados pelos mesmos, denotou-se um reajustamento das orientações estratégicas e das prioridades de intervenção (infra-estruturação). Esta acaba por ser uma mudança estratégica central nos processos de estruturação viária da região e das interligações desta com a sua envolvente, na medida em que se começou a vislumbrar a concretização de algumas apostas nas ligações intra-territoriais e na confluência das mesmas com as ligações inter-territoriais (regionais e / ou internacionais), com especial relevo para as de acesso condicionado e de deslocamento rápido (ligações do litoral nortenho com o interior e do litoral com Espanha através do interior e ligações sub-regionais). Com a construção das bases de continuidade e contiguidade tão aprazíveis e necessárias para um desenvolvimento regional harmonioso e equilibrado, torna-se necessário dar continuidade à aposta na mobilidade intra e inter regional, quer através do diagnóstico e identificação atempada das insuficiências, quer através da monitorização contínua da qualidade e da adequabilidade das mesmas face às exigências civilizacionais, e na articulação entre sistemas de transporte, potenciando a própria criação de sistemas intermodais que se conjuguem com as redes de circulação municipal, regional, nacional e internacional.

A gestão e protecção do ambiente foi outro dos domínios que mais investimento público e comunitário condescendeu; com maior especificidade, os investimentos, mesmo os de cariz municipal a este nível, recaíram principalmente sobre os sistemas ambientais locais e infra-



estruturas como o Abastecimento de Água, a Gestão de Águas Residuais e a Gestão de Resíduos. Em média, as verbas despendidas ao longo das últimas décadas aumentaram progressivamente, o que contribuiu para um acréscimo significativo de infra-estruturação do território nortenho e da proporção populacional beneficiária das condições básicas de saneamento. Nestas infra-estruturas, reside alguns dos pressupostos básicos dos processos de urbanização, da qualidade de vida das populações e da sustentabilidade ecológica e territorial. A Região Norte ainda continuava, nestes primeiros anos da década de 2000, a revelar carências estruturais importantes a este nível. Através das acções desenvolvidas ao abrigo dos quadros comunitários foi possível elevar significativamente as dotações infra-estruturais da região, todavia, os níveis de usufruto e abrangência dos sistemas ambientais locais e o investimento municipal com a gestão e protecção do ambiente continuavam a ficar bastante aquém da média nacional, contribuindo negativamente para a necessidade crescente de uma maior conciliação entre a produção de riqueza e os vectores de atracção e fixação de investimento e de pessoas e a conservação dos recursos naturais e da sustentabilidade ecológica e territorial.

Apesar do olhar mais ou menos crítico e da frieza dos números relativos à realidade nortenha, não seria correcto concluir-se esta análise sem deixar uma conspeção optimista e de oportunidade para a Região Norte se firmar no contexto nacional e internacional através de uma efectiva promoção da coesão, sustentabilidade e competitividade territorial. As lacunas não terão que ser fatalidades, mas genuínas oportunidades de melhoria. Os pontos fracos existem, tal como as ameaças, no entanto, os pontos fortes e as oportunidades de melhoria também se encontram perfeitamente vincadas, favorecendo patamares concretos de acção futura que não poderão ser descurados.



ANEXO

Quadro A
Tipologia espacial do território em 1999 (% Em Linha) a)



Unidade Territorial	APU	AMU	APR
Continente	24,0	26,1	49,9
Região Norte	23,9	33,6	42,5
Alto Trás-os-Montes	2,5	3,3	94,2
Ave	45,0	41,7	13,2
Cávado	34,3	55,1	10,6
Douro	6,0	21,6	72,4
Entre Douro e Vouga	43,8	37,5	18,8
Grande Porto	86,2	13,1	0,8
Minho-Lima	7,9	46,9	45,2
Tâmega	26,8	53,3	19,9

Nota:

a) Percentagem apurada face ao número total de freguesias.

Legenda:

APU – Áreas Predominantemente Urbanas.

AMU – Áreas Mediamente Urbanas.

APR – Áreas Predominantemente Rurais.

Fonte: INE, *Indicadores Urbanos do Continente*.

Quadro B

Área média das explorações agrícolas e SAU média por exploração, de 1989 a 2005 (ha)

Unidade Territorial		RGA a)		IEEA b)				
		1989	1999	1993	1995	1997	2003	2005
Portugal	SAT	8,9	12,5	10,6	11,3	11,9	13,7	12,8
	SAU	6,7	9,9	8,1	8,7	9,2	10,4	9,9
Região Norte	SAT	5,8	7,4	6,8	6,9	7,2	8,3	7,6
	SAU	4,1	4,9	4,6	4,8	4,9	5,7	5,4
Região Agrária – Entre Douro e Minho	SAT	4,2	5,5	5,2	4,9	5,4	6,0	5,6
	SAU	2,6	3,2	3,0	3,0	3,3	4,0	3,7
Região Agrária – Trás-os-Montes	SAT	8,0	9,1	8,6	9,0	9,0	10,4	9,5
	SAU	6,1	6,6	6,5	6,9	6,6	7,2	7,0

Notas:

a) Recenseamento Geral da Agricultura.

b) Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas.

Legenda:

SAT – Superfície Agrícola Total.

SAU – Superfície Agrícola Utilizada.

Fonte: INE, *Recenseamento Geral da Agricultura*; INE, *Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas*.



Quadro C
Edifícios por 1000 habitantes e densidade urbanística em 1981, 1991, 2001

Unidade Territorial	Edifícios por 1000 habitantes			Densidade Urbanística a)		
	1981	1991	2001	1981	1991	2001
Portugal	255	290	305	27	31	34
Região Norte	243	282	298	39	46	52
Alto Trás-os-Montes	349	468	539	12	13	15
Ave	228	254	270	78	94	111
Cávado	220	258	269	59	75	85
Douro	351	431	497	22	25	27
Entre Douro e Vouga	243	276	288	67	81	93
Grande Porto	182	204	210	250	292	325
Minho-Lima	327	399	434	37	44	49
Tâmega	251	291	314	46	54	66

Nota:

a) Número de edifícios por km².

Fonte: INE, *Recenseamento Geral da População e da Habitação*.

Quadro D
População residente empregada ou estudante por tempo médio gasto na deslocação para o local de trabalho ou estudo (%)

Unidade Territorial	1991				2001			
	Até 15	15-30	30-60	60 +	Até 15	15-30	30-60	60 +
Portugal	56,3	30,1	13,7	-	52,0	28,9	13,5	5,5
Região Norte	57,0	31,7	11,3	-	54,2	30,0	11,7	4,2
Alto Trás-os-Montes	73,6	21,2	5,2	-	69,5	22,7	5,6	2,2
Ave	56,4	35,0	8,6	-	61,1	30,2	7,1	1,7
Cávado	60,2	32,4	7,4	-	57,4	30,8	9,2	2,6
Douro	67,0	26,1	6,9	-	63,9	27,0	6,1	3,0
Entre Douro e Vouga	64,3	28,0	7,6	-	64,9	26,4	6,7	2,0
Grande Porto	46,0	35,8	18,2	-	41,6	33,6	18,8	5,9
Minho-Lima	66,8	27,0	6,2	-	60,5	28,4	7,9	3,3
Tâmega	63,9	27,9	8,2	-	58,8	26,0	8,7	6,5

Nota: a) Períodos temporais registados em minutos.

Fonte: INE, *Recenseamento Geral da Habitação e da População*.

Quadro E
População residente empregada ou estudante por meio de transporte utilizado na deslocação



para o local de trabalho ou estudo (%)

Unidade Territorial	1991						
	A	B	C	D	E	F	H
Portugal	51,8	4,5	18,4	7,2	7,8	9,0	1,4
Região Norte	58,3	2,4	15,1	6,7	7,5	9,2	0,8
Alto Trás-os-Montes	73,4	0,6	11,9	4,9	5,7	2,7	1,0
Ave	61,3	1,4	12,5	6,0	8,1	10,3	0,4
Cávado	59,8	1,7	13,8	6,3	7,3	10,4	0,9
Douro	68,6	0,9	12,5	6,6	7,3	3,0	1,2
Entre Douro e Vouga	54,2	0,5	15,5	8,2	4,9	16,2	0,5
Grande Porto	51,5	3,6	21,7	8,4	6,0	7,9	0,9
Minho-Lima	63,5	1,2	12,6	6,3	7,2	8,6	0,7
Tâmega	58,0	4,4	8,4	4,4	12,7	11,6	0,5

Legenda:

A – Desloca-se a pé ; B – Comboio ; C – Automóvel Ligeiro Particular - Condutor ;
D – Automóvel Ligeiro Particular - Passageiro ; E – Transporte Colectivo (empresa ou escola) ;
F – Motociclo ou Bicicleta ; G – Outro Meio.

Fonte: INE, *Recenseamento Geral da Habitação e da População*.

Quadro F

População residente empregada ou estudante por meio de transporte utilizado na deslocação para o local de trabalho ou estudo (%)

Unidade Territorial	2001							
	A	B	C	D	E	F	G	H
Portugal	25,1	15,9	3,2	34,9	10,8	5,2	3,2	1,7
Região Norte	27,9	16,5	1,3	32,6	11,6	6,1	3,4	0,7
Alto Trás-os-Montes	40,2	10,0	0,1	31,5	10,6	4,4	1,2	2,1
Ave	29,7	15,0	0,6	31,5	11,8	7,2	3,6	0,5
Cávado	28,5	16,7	0,6	32,2	11,5	6,3	3,6	0,7
Douro	37,4	11,6	0,4	30,8	12,1	5,6	1,2	0,9
Entre Douro e Vouga	26,2	10,2	0,3	37,3	15,5	3,7	6,0	0,7
Grande Porto	22,9	22,5	2,1	35,4	11,0	2,9	2,6	0,7
Minho-Lima	28,2	13,4	0,6	32,9	12,5	8,4	3,3	0,8
Tâmega	31,4	11,3	1,8	25,3	10,8	13,6	5,3	0,6

Legenda:

A – Desloca-se a pé ; B – Autocarro ; C – Comboio ; D – Automóvel Ligeiro Particular - Condutor ;
E – Automóvel Ligeiro Particular - Passageiro ; F – Transporte Colectivo (empresa ou escola) ;
G – Motociclo ou Bicicleta ; H – Outro Meio.

Fonte: INE, *Recenseamento Geral da Habitação e da População*Quadro G
Rede de Estradas (Km) a)



Ano		Conti- nente	Aveiro	Braga	Bragan- ça	Porto	Viana do Castelo	Vila Real	Viseu
1987	Total	9.961,0	561,0	600,1	560,5	602,3	295,9	486,7	660,0
	Auto-Estradas	211,0	75,0	-	-	13,0	-	-	-
1990	Total	9.513,7	546,7	540,6	511,3	574,5	305,2	415,6	642,9
	Auto-Estradas	318,2	75,7	14,0	-	54,3	-	-	-
1996	Total	9.742,0	554,0	572,0	518,0	619,0	290,0	427,0	647,0
	Auto-Estradas	687,0	76,0	46,0	-	101,0	-	-	-
1999	Total	11.991,0	539,0	761,0	596,0	710,0	373,0	457,0	737,0
	Auto-Estradas	1.441,0	111,0	78,0	-	179,0	70,0	-	46,0
2002	Total	12.399,0	518,0	717,0	673,0	698,0	406,0	523,0	744,0
	Auto-Estradas	1.835,0	124,0	77,0	-	182,0	71,0	-	59,0
2005	Total	12.661,0	489,0	804,0	664,0	713,0	461,0	548,0	800,0
	Auto-Estradas	b)	b)	b)	b)	b)	b)	b)	b)

Notas:

a) Unidade territorial é o Distrito. Importa ressaltar que os Distritos de Aveiro e Viseu apenas consideram algumas unidades concelhias que integram a NUT II Norte, daí que, o valor que é possível obter com o somatório dos distritos não possa ser considerado como total da Região Norte.

b) Dado não disponível.

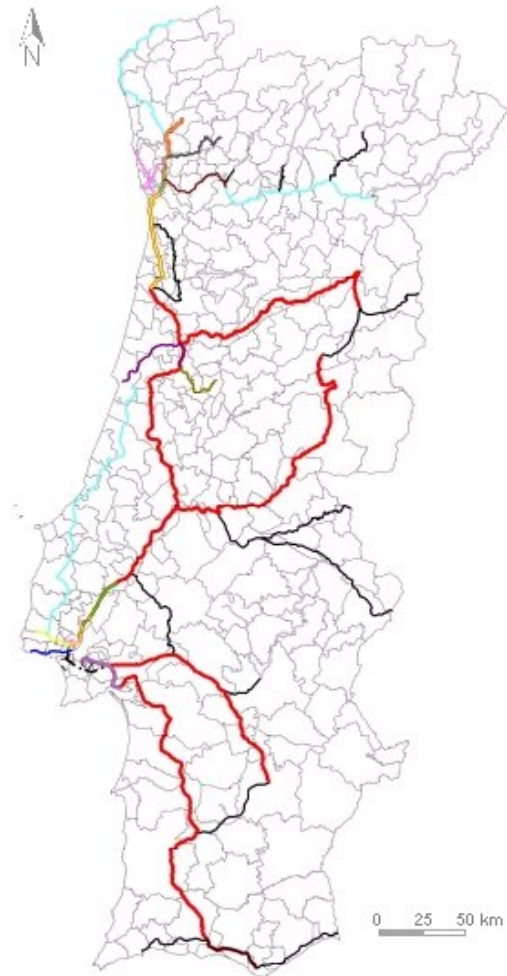
Fonte: INE, *Anuário Estatístico de Portugal*.



Cartograma A
Rede ferroviária de Portugal Continental
por tipo de serviço em 2005

Legenda:

- Área de Coimbra**
 - Linha de Cantanhede
 - Linha da Figueira da Foz
 - Linha de Serpins
- Área de Lisboa**
 - Linha da Azambuja
 - Linha de Cascais
 - Linha de Sintra
 - Linha do Sado
 - Metro de Lisboa
- Área do Porto**
 - Linha de Aveiro
 - Linha de Braga
 - Linha de Guimarães
 - Linha de Lousado
 - Linha de Marco de Canavezes
 - Metro do Porto
- Geral**
 - Intercidades
 - Interregional
 - Regional
 - Linhas Desconhecidas








Fonte: MCOTA / DGOTDU / DSGPPOT – Divisão de Informação



Cartograma B
Rede rodoviária de Portugal
Continental em 2005

Legenda:

-  AUTO-ESTRADAS
-  ITINERÁRIOS PRINCIPAIS
-  ITINERÁRIOS COMPLEMENTARES
-  EN e ER
-  PROJECTADA

Fonte: MCOTA / DGOTDU / DSGPPOT – Divisão de Informação.



Quadro H
Despesas municipais com a gestão e protecção do ambiente, por domínio de intervenção,
entre 1989 e 2005 a) b)

Unidade Territorial	Região Norte			Portugal		
	T.A. 1989-2005	T.A. 1989-1997	T.A. 1999-2005	T.A. 1989-2005	T.A. 1989-1997	T.A. 1999-2005
Domínio						
Total	1.906.122	881.483	1.024.638	7.368.253	3.446.837	3.921.417
Protecção da Qualidade do Ar e Clima	304	190	114	3.499	2.148	1.351
Gestão de Águas Residuais	806.952	477.102	329.850	3.007.501	1.720.011	1.287.490
Gestão dos Resíduos	885.394	288.877	596.517	3.296.890	1.127.164	2.169.727
Protecção dos Solos e Águas Subterrâneas	6.776	1.906	4.870	26.513	11.404	15.109
Protecção da Biodiversidade e da Paisagem	120.698	50.794	69.904	551.191	187.744	363.448
Outros Domínios	85.998	62.614	23.384	482.658	398.366	84.292

Notas:

a) Unidade de Medida: milhares de euros.

b) Valores apresentados são referentes a totais acumulados (T.A.), descartando-se o ano de 1998, para o qual não se dispunha de valores.

Fonte: INE, *Estatísticas do Ambiente*.



Bibliografia e legislação

ANDRESEN, Teresa (2005) – *Norte 2015 – Sustentabilidade do Território: Património natural e paisagístico* (Documento de Enquadramento Preliminar) [Em linha]. Porto: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte. [Consult. 1 Out. 2007]. Disponível em <http://www.ccr-norte.pt/regnorte/norte2015.php>.

ANGULO, Julio Vinuesa; DOMINGUEZ, M. Jesus Vidal (1991) – *Los Procesos de Urbanizacion*. Colección Espacios y Sociedades. Série General n.º 13. Madrid: Editorial Síntesis.

BABO, Alberto Pérez (2005) – *Norte 2015 – Mobilidade, Transportes e Acessibilidade* (Relatório Final) [Em linha]. Porto: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte. [Consult. 1 Out. 2007]. Disponível em http://www.ccr-norte.pt/regnorte/norte2015_ot_mtarefinal.zip.

BEAUJEU-GARDNIER, Jacqueline (1997) – *Geografia Humana*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

BORJA, Jordi ; CASTELLS, Manuel (2001) – *Local y Global: la gestión de las ciudades en la Era de la Información*. 6ª Edição. Madrid: Taurus.

CASTELLS, Manuel (2002) – *A Sociedade em Rede*. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. Volume I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

CASTELLS, Manuel, ed. (2006) – *La Sociedad Red: Una Visión Global*. Madrid: Alianza Editorial.

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE (2000) – *ON – Operação Norte: Programa Operacional Regional Norte* [Em linha]. Porto: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte. [Consult. 24 Jan. 2007]. Disponível em <http://www.ccr-n.pt>.

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO NORTE (2002) – *Programa Operacional da Região Norte-PRONORTE – Relatório Final* [Em linha]. Porto: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte. [Consult. 19 Jul. 2007]. Disponível em <http://www.ccr-n.pt>.

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE (2006) – *NORTE 2015 Competitividade e Desenvolvimento – Uma Visão Estratégica*. [Em linha]. Porto: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte. [Consult. 1 Mar. 2006]. Disponível em <http://www.ccr-n.pt/regnorte/norte2015.php>.

COSTA, Álvaro (1999) – *Infra-Estruturas – Vias de Comunicação e Transporte*. In SANTOS, Luís Delfim e BESSA, Daniel – *Região Norte de Portugal: Atualizar e Aprofundar Conhecimento*. Porto: Edições Afrontamento. p. 29-35.



DIRECÇÃO GERAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO (2004) – *Técnica Jurídica de Elaboração de Regulamentos PMOT* [Em linha]. Lisboa: Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano. [Consult. 6 Jun. 2007]. Disponível em <http://www.dgotdu.pt>.

DIRECÇÃO REGIONAL DE PROSPECTIVA E PLANEAMENTO (2002) – *Relatório de Execução ON – Operação Norte 2001* [Em linha]. Porto: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte. [Consult. 1 Out. 2007]. Disponível em <http://www.ccr-n.pt>.

DIRECÇÃO REGIONAL DE PROSPECTIVA E PLANEAMENTO (2007) – *Programa Operacional da Região do Norte 2000-2006 – Relatório de Execução 2005* [Em linha]. Porto: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte. [Consult. 1 Out. 2007]. Disponível em <http://www.ccr-n.pt>.

DOMINGOS, Estela (1998) – *Análise do Investimento do Sector Público Administrativo (SPA) em Portugal (1977-1993)* [Em linha]. Lisboa: Departamento de Prospectiva e Planeamento. [Consult. 5 Out. 2007]. Disponível em http://www.dpp.pt/gestao/ficheiros/inv_spa.pdf.

FERNANDES, José Palma, coord. (2005) – *Glossário da Sociedade da Informação* [Em linha]. Associação Para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação. [Consult. 17 Jul. 2007]. Disponível em <http://purl.pt/426/1/.pdf>.

FERREIRA, Jorge Ricardo da Costa (2004) – *A Geografia da Sociedade da Informação em Portugal*. Dissertação de Doutoramento. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa: FCSH-UNL.

FIGUEIREDO, Elisabete Maria Melo (2003) – *Um rural para viver, outro para visitar – o ambiente nas estratégias de desenvolvimento para as áreas rurais*. Departamento de Ambiente e Ordenamento da Universidade de Aveiro (Dissertação de Doutoramento). Aveiro: Universidade de Aveiro.

GAMA, António; JACINTO, Rui (2002) – *Fronteiras, Fracturas e Reestruturação dos Territórios: Considerações Sobre os Processos de Marginalização e de Transformação do Rural e do Urbano na Região Centro*. In CAETANO, Lucília, org. – *Território, Globalização e Trajectórias de Desenvolvimento*. Centro de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. p. 193-217.

GEORGE, Pierre (1969) – *Sociologia e Geografia*. Rio de Janeiro: Forense.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1999) – *Indicadores Urbanos do Continente*. Colaboração Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano. Lisboa: INE.

KOVÁCS, Ilona (2002) – *As Metamorfozes do Emprego: Ilusões e Problemas da Sociedade da Informação*. Oeiras: Celta Editora.



MARQUES, Teresa Sá (2005) – *Norte 2015 – Dinâmicas e Desafios Territoriais* (Documento de Enquadramento Preliminar) [Em linha]. Porto: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte. [Consult. 26 Jan. 2007]. Disponível em <http://www.ccr-n.pt/regnorte/norte2015.php>.

MELA, Alfredo (1999) – *A Sociologia das Cidades*. Lisboa: Editorial Estampa.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS (2006) – *Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural* (versão para discussão pública) [Em linha]. Lisboa: Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas. [Consult. 24 Jul. 2007]. Disponível em <http://www.portugal.gov.pt>.

NETO, Hernâni Veloso (2007) – Sociedade da Informação em Portugal: das orientações estratégicas aos resultados. Associação Portuguesa de Sociologia - Encontro: *O Estado da Sociologia em Portugal: Formação, Investigação e Profissionalização*. Lisboa: ISCTE, 19 e 20 de Outubro.

PINHO, Paulo; MONTEIRO, Ana (1999) – Qualidade do Ambiente e Ordenamento do Território da Região Norte. In SANTOS, Luís Delfim; BESSA, Daniel – *Região Norte de Portugal: Actualizar e Aprofundar Conhecimento*. Porto: Edições Afrontamento. p. 13-27.

PORTO, Manuel (1996) – *O Ordenamento do Território Face aos Desafios da Competitividade*. Coimbra: Livraria Almedina.

QUADRO COMUNITÁRIO DE APOIO III (s/d) – *Glossário* [Em linha]. Lisboa: Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, IP. [Consult. 4 Out. 2007]. Disponível em <http://www.qca.pt/glossario/default.asp>.

QUARTEU, Reis Lima (2000) – Património ferroviário ao abandono: Inúmeras estações e apeadeiros a cair aos bocados na linha do Douro e seus ramais [Em linha]. Miranda do Douro: Notícias do Planalto Mirandês. [Consult. 1 Out. 2007]. Disponível em http://www.bragancanet.pt/picote/portugues/imprensa/pub_patrimonio_ferroviano.htm.

SOUSA, Helena (2004) – O Hipersector da Comunicação: Tendências e Desafios [Em Linha]. Braga: Universidade do Minho – Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. [Consult. 15 Jan. 2008]. Disponível em http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/1209/4/hsousa_Comunica%0c3%a7%0c3%a3oSantiago2004.pdf.

WEST, Darrell (2007) – *Global Government, 2007* [Em Linha]. Providence: Brown University [Consult. 27 Set. 2007]. Disponível em <http://www.INSidePolitics.org/egovtdata.html>.



Decreto-Lei n.º 46/89, de 15 de Fevereiro – Fixa a Nomenclatura das Unidades Territoriais Para Fins Estatísticos (NUTS) em Portugal revogando o n.º 3 do Artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 494/74, de 21 de Dezembro, e respectivo anexo, o Despacho Normativo n.º 90/80, de 25 de Fevereiro, o Despacho n.º 5/82, de 21 de Janeiro, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/86, de 26 de Março, e o n.º 4 do Artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 190/86, de 16 de Julho, e respectivo anexo. Diário da República – I Série. N.º 265 – 18-11-1985. p. 3.842-3.845.

Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro – Desenvolve as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo, definindo o regime de coordenação dos âmbitos nacional, regional e municipal do sistema de gestão territorial, o regime geral de uso do solo e o regime de elaboração, aprovação, execução e avaliação dos instrumentos de gestão. Diário da República – I Série-A. N.º 222 – 22-9-1999. p. 6.590-6.622.

Lei n.º 11/1982, de 2 de Junho – Regime de criação e extinção das autarquias locais e de designação e determinação da categoria das povoações. Diário da República – I Série. N.º 125 – 2-6-1982. p. 1.529-1.531.

Lei n.º 142/1985, de 18 de Novembro – Lei quadro da criação de municípios. Diário da República – I Série. N.º 265 – 18-11-1985. p. 3.842-3.845.

Lei n.º 124/97, de 27 de Novembro – Alteração à Lei n.º 124/85, de 18 de Novembro. Diário da República – I Série-A. N.º 275 – 27-11-1997. p. 6.387.

Lei n.º 32/98, de 18 de Junho – Alteração à Lei n.º 124/85, de 18 de Novembro. Diário da República – I Série-A. N.º 275 – 18-6-1998. p. 3.472.

Lei n.º 48/99, de 16 de Junho – Estabelece o regime de instalação de novos municípios. Diário da República – I Série-A. N.º 138 – 16-6-1999. p. 3.445-3.448.

Regulamento (CE) n.º 1257/1999 do Parlamento Europeu e Conselho, de 17 de Maio – Estipula as atribuições e consignações do Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícola ao desenvolvimento rural. Jornal Oficial das Comunidades Europeias. L 160/80-102. 26 de Junho de 1999.

Regulamento (CE) n.º 1.783/1999 do Parlamento Europeu e Conselho, de 12 de Julho – Estipula as atribuições e consignações do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional. Jornal Oficial das Comunidades Europeias. L 213/1-4. 13 de Agosto de 1999.

Regulamento (CE) n.º 1.784/1999 do Parlamento Europeu e Conselho, de 12 de Julho – Estipula as atribuições e consignações do Fundo Social Europeu. Jornal Oficial das Comunidades Europeias. L 213/5-8. 13 de Agosto de 1999.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/86, de 26 de Março – Fixa a Nomenclatura das Unidades Territoriais Para Fins Estatísticos (NUTS) em Portugal. Diário da República – I Série. N.º 102 – 5-5-1986. p. 1.041-1.043.